

ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Parâmetros, resultados fiscais e execução

Ano 5 | n. 1 | 2018



Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira



MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

55ª Legislatura – 2015-2019

PRESIDENTE

Rodrigo Maia

1º VICE-PRESIDENTE

Fábio Ramalho

2º VICE-PRESIDENTE

André Fufuca

1º SECRETÁRIO

Giacobo

2ª SECRETÁRIA

Mariana Carvalho

3º SECRETÁRIO

JHC

4º SECRETÁRIO

André de Paula

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º SUPLENTE

Dagoberto Nogueira

2º SUPLENTE

César Halum

3º SUPLENTE

Pedro Uczai

4º SUPLENTE

Carlos Manato

DIRETOR-GERAL

Lúcio Henrique Xavier Lopes

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Parâmetros, resultados fiscais e execução

Ano 5 | n. 1 | 2018



Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio de Sousa Vieira Lima Filho

CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Diretor: Ricardo Alberto Volpe

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: André Freire da Silva

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretora: Ana Lúcia Mendes

REVISTA ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Órgão responsável:

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da

Câmara dos Deputados – Conof

Anexo II, pavimento superior, ala B, sala 116

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

COLABORADORES:

Artenor Luiz Bosio

Arthur Falcão Freire Kronenberger

Elisângela Moreira da Silva Batista

Eugênio Greggianin

Fernando José de Medeiros

Gabriel Mendonça Tufenkjian

Hélio Martins Tollini

Luiza de Vasconcellos Machado

Márcia Rodrigues de Moura

Maria Emília Miranda Pureza

Túlio Cambraia

Vinicius Oliveira Ribeiro

Projeto gráfico de capa e miolo

Diego Moscardini

Diagramação

Leandro Sacramento e Patrícia Weiss

Revisão

Sandra Serra, Francisco Diniz e Danielle Ribeiro

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809

livraria.camara.leg.br

Orçamento da União em foco : parâmetros, resultados fiscais e execução /
Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.
– Ano 1, n. 1 (nov. 2014) – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara,
2014-.

v.

Annual

ISSN 2358-9833

1. Orçamento público, periódico, Brasil. 2. Fiscalização orçamentária, periódico, Brasil. I. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

CDU 336.12(05)

ORÇAMENTO DA UNIÃO

EM FOCO

Parâmetros, resultados fiscais e execução

» *Período 2000 a 2017*

Lista de siglas

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Bacen	Banco Central do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF	Constituição Federal
Cide-Combustíveis	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
Conof	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
DF	Distrito Federal
EC	Emenda Constitucional
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GND	Grupo de natureza da despesa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ITCMD	Imposto de Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal

MF	Ministério da Fazenda
NFPS	Necessidade de Financiamento do Regime Geral de Previdência Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
Prodasen	Secretaria de Tecnologia de Informação (Senado Federal)
RAP	Restos a pagar
RCB	Receita Corrente Bruta
RCL	Receita Corrente Líquida
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMV	Renda Mensal Vitalícia
RP	Indicador de resultado primário
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Selorc-CN	Sistema de Elaboração Orçamentária do Congresso Nacional
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siop	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPE	Secretaria de Política Econômica
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
UF	Unidade da Federação
UO	Unidade Orçamentária

Sumário

Apresentação.....	13
1 Parâmetros macroeconômicos (2000-2017)	15
Gráfico 1 – PIB projetado no PLOA x PIB efetivo (2000-2017)	16
Tabela 1 – PIB real e nominal (2000-2017)	17
Gráfico 2 – Inflação PLOA x inflação observada (2000-2017)	18
Gráfico 3 – Inflação acumulada nos últimos 12 meses (2017)	19
Gráfico 4 – Taxa Selic (média % ao ano) (2001-2017)	20
Gráfico 5 – Taxa de câmbio média (2003-2017)	21
Gráfico 6 – Estimativas para o PIB de 2017: avaliações bimestrais (SPE/MF) x relatórios de mercado (Focus)	22
2 Resultado fiscal do governo central (2000-2017)	23
Gráfico 7 – Receita e despesa primárias realizadas x resultado primário (em valores nominais constantes) (2000-2017)	24
Gráfico 8 – Receita e despesa primárias realizadas x resultado primário (em % do PIB) (2000-2017)	25
Gráfico 9 – Receita primária líquida prevista e realizada (em valor nominal corrente) (2002-2017)	26
Tabela 2 – Resultado primário anual do governo central (2002-2017).....	27
Tabela 3 – Resultado primário mensal acumulado do governo central (2017)	27
Gráfico 10 – Resultado primário mensal acumulado do governo central (2017)	28
Gráfico 11 – Resultado primário do governo central (em percentual do PIB) (2002-2017)	29
Gráfico 12 – Resultado primário do governo central (em bilhões de reais) (2002-2017)	30
Gráfico 13 – Resultado primário (meta cheia LDO) x resultado primário efetivo (2005-2017)	31
Gráfico 14 – Dívida bruta do governo geral x dívida líquida do setor público consolidado (2006-2017).....	32
Gráfico 15 – Resultados primário e nominal e juros nominais (2002-2017)	33

3	Carga tributária bruta (2002-2017)	35
	Gráfico 16 – Carga tributária bruta (2002-2016).....	36
	Gráfico 17 – Arrecadação tributária por esfera de governo (2002-2016).....	37
	Gráfico 18 – Renúncias tributárias da União (2001-2017).....	38
	Tabela 4 – Principais gastos tributários (2001-2017).....	39
	Gráfico 19 – Renúncias tributárias da União (2017).....	40
	Gráfico 20 – Subsídios creditícios e financeiros (2003-2017).....	41
	Tabela 5 – Subsídios financeiros (explícitos) e creditícios (implícitos) (2003-2017).....	42
	Gráfico 21 – Subsídios creditícios (2017).....	43
	Gráfico 22 – Subsídios financeiros (2017).....	44
4	Receita (2004-2017)	45
	Gráfico 23 – Receitas corrente e de capital: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2017).....	46
	Gráfico 24 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2017).....	47
	Gráfico 25 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação (dividida em tributária, contribuições e demais receitas correntes) (2004-2017).....	48
	Tabela 6 – Receita orçamentária arrecadada x prevista (2015-2017).....	49
	Tabela 7 – Arrecadação mensal por categoria econômica e origem (2017).....	50
	Gráfico 26 – Evolução da receita corrente líquida x bruta (2000-2017).....	51
	Tabela 8 – Receita corrente líquida x bruta – em percentual do PIB (2000-2017).....	52
5	Execução orçamentária anual por esfera (2001-2018)	53
	Tabela 9 – Programação orçamentária x pagamentos (2001-2018).....	54
	Gráfico 27 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2017) – Orçamento fiscal.....	55
	Gráfico 28 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2017) – Orçamento da seguridade social.....	56
	Gráfico 29 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2017) – Orçamento de investimento ...	57

Gráfico 30 – Autógrafo da LOA 2018 – despesas primárias e financeiras.....	58
Gráfico 31 – Autógrafo da LOA 2018 – despesas discricionárias	58
Tabela 10 – Execução orçamentária anual por esfera (2016-2018)	59

6

Classificação da despesa orçamentária por natureza (2000-2017)	61
Gráfico 32 – Dotação autorizada de despesas primárias: obrigatórias x discricionárias (2000-2021).....	62
Gráfico 33 – Percentual liquidado x autorizado – despesas primárias (2002-2017)	63
Gráfico 34 – Proporção da dotação do PAC em relação às despesas discricionárias (2004-2017).....	64
Gráfico 35 – Execução das despesas financeiras e primárias (2017).....	65
Gráfico 36 – Execução das despesas discricionárias (2017)	66
Gráfico 37 – Despesas com pessoal e encargos sociais: autorizado x pago – GND 1 (2001-2017).....	67
Gráfico 38 – Despesa executada com pessoal por elemento de despesa (2001-2017).....	68
Tabela 11 – Evolução das despesas com pessoal x RCL (2014-2018)	69
Gráfico 39 – Despesas com juros e amortização: autorizado x pago – GNDs 2 e 6 (2001-2017).....	70
Gráfico 40 – Outras despesas correntes: autorizado x pago – GND 3 (2001-2017)	71
Gráfico 41 – Execução dos investimentos – GND 4 (2001-2017)	72
Gráfico 42 – Execução acumulada de investimentos (2017).....	73
Gráfico 43 – Execução de inversões financeiras – GND 5 (2001-2017).....	74
Gráfico 44 – Execução acumulada de inversões financeiras (2017).....	75
Tabela 12 – Despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por GND (2016-2017)	76
Gráfico 45 – Percentual de valores pagos x dotação autorizada por GND (2011-2017).....	77

7

Transferências constitucionais e legais (2001-2017)	79
Gráfico 46 – Transferências constitucionais e legais (2001-2017).....	80
Gráfico 47 – Principais transferências constitucionais (2001-2017).....	81
Gráfico 48 – Demais transferências legais (2001-2017)	82
Gráfico 49 – Evolução do FPM x FPE (2001-2017)	83

8	Previdência e assistência social (2000-2017)	85
	Gráfico 50 – Previdência social: receita, despesa e NFPS (2000-2017)	86
	Gráfico 51 – Previdência dos servidores da União: receita, despesa e <i>deficit</i> (2003-2017)	87
	Gráfico 52 – Seguro-desemprego x abono salarial (2004-2017)	88
	Gráfico 53 – Execução do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia (2004-2017)	89
9	Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (2007-2017)	91
	Gráfico 54 – Investimentos e inversões financeiras do PAC (2007-2017)	92
	Tabela 13 – Nível de execução do PAC por GND (2016-2017)	93
	Tabela 14 – Nível de execução do PAC por GND e órgão (2016-2017)	94
10	Execução orçamentária (2004-2017)	97
	Tabela 15 – Execução por função (2004-2017)	98
	Tabela 16 – Execução por função (2016-2017)	100
	Tabela 17 – Execução por subfunção (2005-2017)	102
	Tabela 18 – Execução por subfunção (2016-2017)	105
	Tabela 19 – Execução por órgão (2005-2017)	109
	Tabela 20 – Execução por órgão (2016-2017)	113
11	Créditos adicionais (2000-2017)	117
	Gráfico 55 – Acréscimos líquidos ao orçamento vigente decorrentes de créditos adicionais (2000-2017).....	118
	Gráfico 56 – Créditos extraordinários (2001-2017).....	119
	Gráfico 57 – Créditos adicionais (2017).....	120
	Tabela 21 – Créditos adicionais (2017).....	120
12	Limites de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) (2007-2017)	121
	Gráfico 58 – Participação por órgão no contingenciamento (2017).....	122
	Gráfico 59 – Contingenciamento: autorizado na LOA x limites dos decretos (2007-2017)	123

	Gráfico 60 – Emendas x montante inicial do contingenciamento (2007-2017).....	124
13	Execução de emendas (2010-2017).....	125
	Gráfico 61 – Total de emendas por órgão (2017).....	126
	Tabela 22 – Execução de emendas individuais exclusivas (2012-2017).....	127
	Tabela 23 – Percentual de pagamento de emendas individuais em relação ao valor autorizado (2012-2017)	128
	Tabela 24 – Pagamento de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais e coletivas por região/UF (2017)	129
	Tabela 25 – Execução de emendas coletivas exclusivas (2012-2017)	131
14	Restos a pagar (2013-2017).....	133
	Tabela 26 – Restos a pagar inscritos e pagos por GND (2017).....	134
	Tabela 27 – Restos a pagar de investimentos e inversões financeiras (2017)	135
	Tabela 28 – Restos a pagar inscritos e pagos por modalidade de aplicação (2017)	136
	Tabela 29 – Restos a pagar por Poder/órgão (2017)	137
	Tabela 30 – Restos a pagar de emendas individuais exclusivas (2013-2017)	138
	Tabela 31 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas (2013-2017).....	138
	Tabela 32 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas, por órgão (2017).....	139
15	Tópicos especiais sobre a despesa pública (2007-2018).....	141
	Gráfico 62 – Regra de ouro (2007-2017)	142
	Gráfico 63 – Cumprimento da regra de ouro da LOA (2018).....	143
	Tabela 33 – Teto de gastos (2016-2018).....	144
	Gráfico 64 – Mínimo da Saúde (2012-2017).....	147
	Gráfico 65 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação – MDE (2007-2017).....	148

Apresentação

Este boletim, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof), da Câmara dos Deputados, elenca as principais séries históricas e outras informações relacionadas à gestão do orçamento da União no período de 2000 a 2017. O objetivo é disponibilizar aos parlamentares e à sociedade, de forma simples e sintética, os principais parâmetros, resultados fiscais, receitas e despesas previstas e realizadas na lei orçamentária anual dos últimos anos.

A publicação contribui com o esforço da Câmara dos Deputados para oferecer à sociedade total transparência na alocação, execução e fiscalização dos recursos públicos. Inova ao reunir informações dispersas em diversos documentos e oferecer ao leitor a possibilidade de avaliar o processo orçamentário sob diversas óticas

Agradeço aos servidores da Conof que participaram diretamente da elaboração deste boletim, assim como aos parceiros dos diversos órgãos da Casa que contribuíram com este trabalho.

Ricardo Alberto Volpe

*Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização
Financeira, da Câmara dos Deputados*

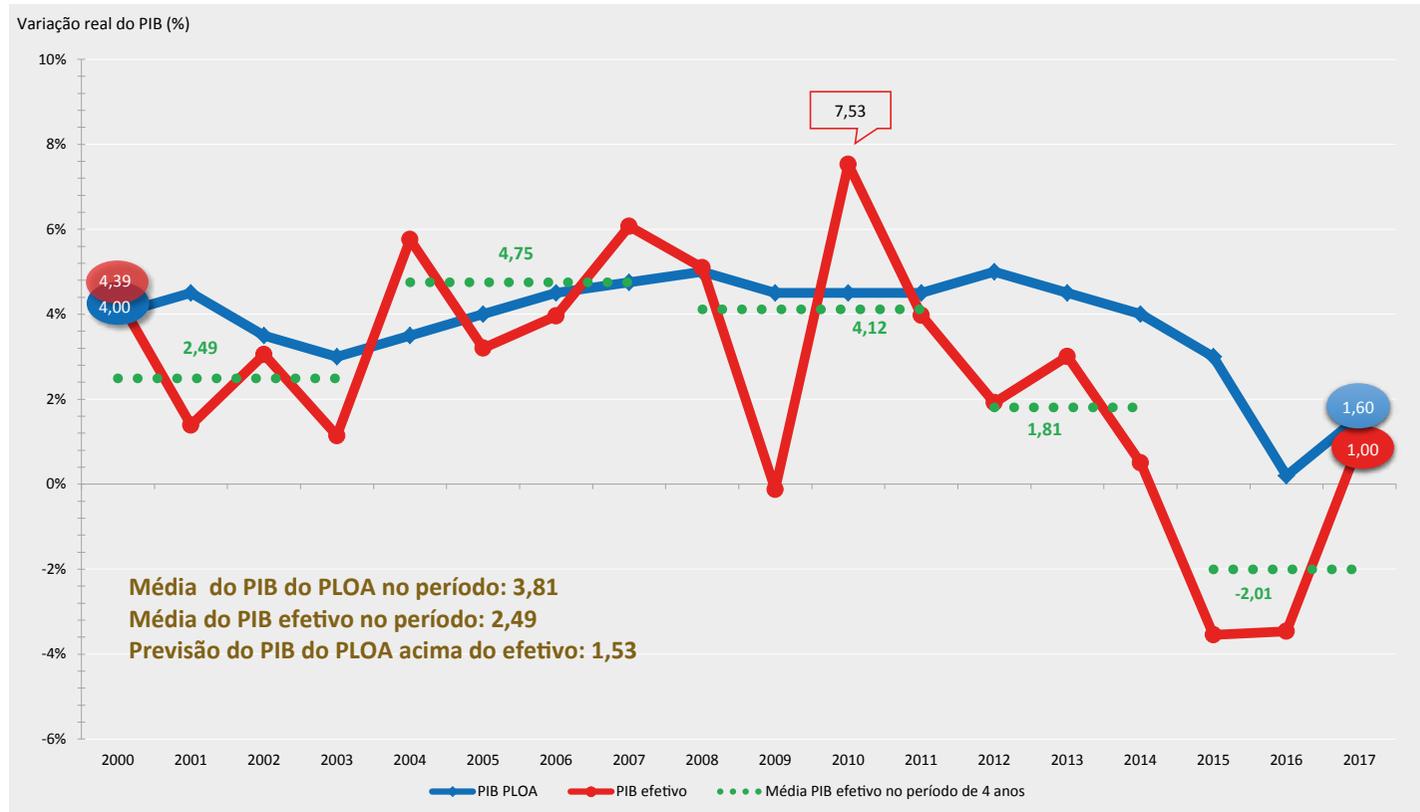
Os parâmetros macroeconômicos utilizados no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) são estimativas elaboradas pela Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda, para uma série de indicadores, tais como o PIB real e nominal, as taxas de inflação (IPCA, INPC, IGP-DI), de juros (Selic e TJLP) e de câmbio, o valor da massa salarial, do salário mínimo, das importações, o nível da produção industrial, o preço de combustíveis, entre outros

Tais parâmetros são relevantes, pois afetam diretamente o processo de elaboração do orçamento, tanto na estimativa das receitas quanto na fixação de alguns gastos. Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária no Congresso Nacional, esses parâmetros podem ser revistos. Cenários demasiadamente otimistas ou pessimistas podem levar ao irrealismo da peça orçamentária, razão pela qual sempre é um desafio técnico-político acomodar as legítimas demandas da sociedade por bens e serviços dentro da capacidade fiscal do Estado.

Neste capítulo estão destacados os principais parâmetros e metas fiscais projetados para fins de elaboração das leis orçamentárias anuais do período de 2000 a 2017, cotejando-os com os resultados efetivamente alcançados ao longo do período considerado.

1 Parâmetros MACROECONÔMICOS (2000-2017)

Gráfico 1 – PIB projetado no PLOA x PIB efetivo (2000-2017)



Fonte: IBGE/PLOA.

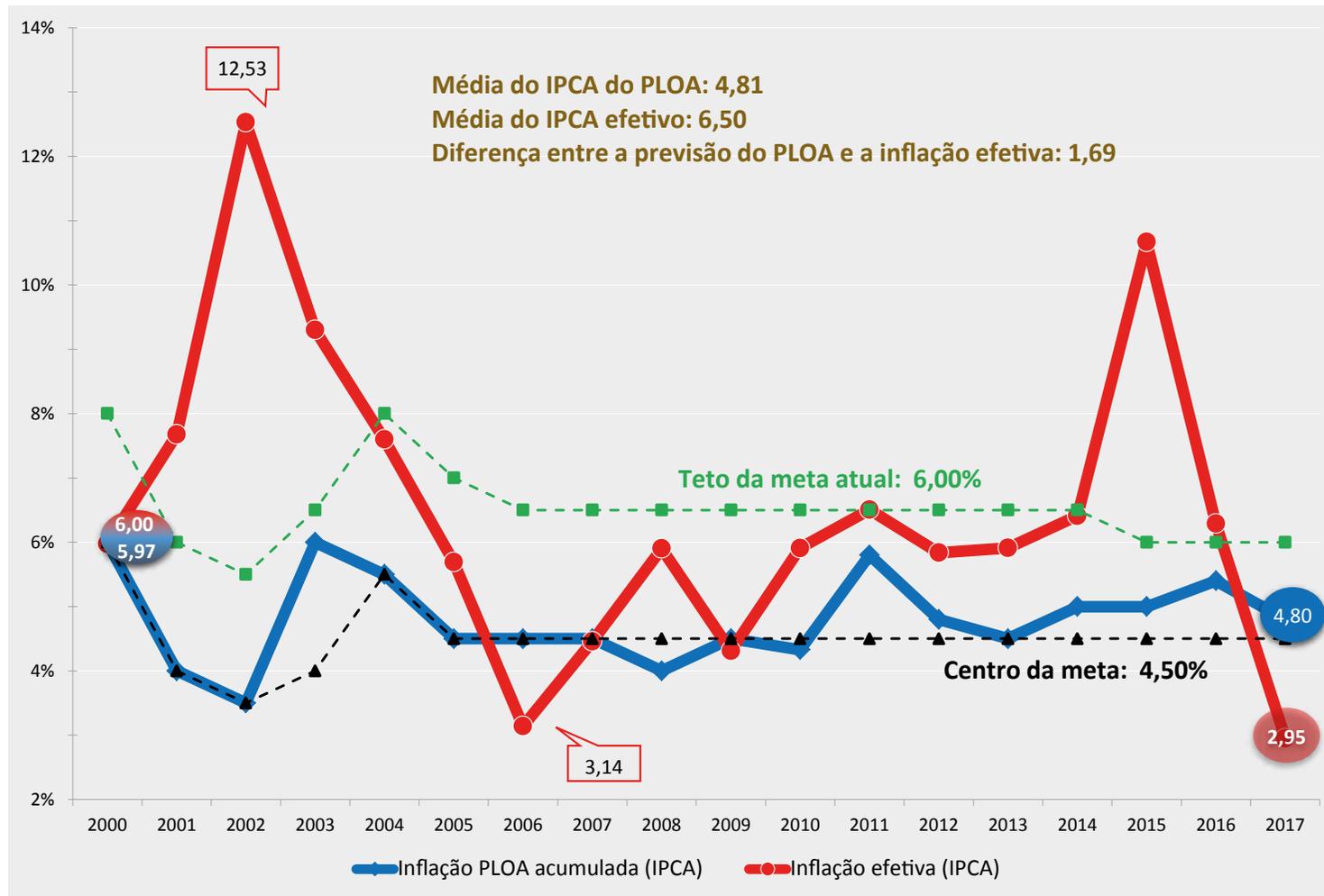
Obs.: Mudanças nos PIBs ocorrem eventualmente em razão de ajustes metodológicos do IBGE.

Tabela 1 – PIB real e nominal (2000-2017)

Ano	Preços correntes em R\$ 1,00	Variação % real	População em milhares	Preços correntes em R\$ 1,00 <i>per capita</i>
2000	1.199.092.070.940	4,39	173.448	6.913
2001	1.315.755.467.831	1,39	175.895	7.480
2002	1.488.787.255.158	3,05	178.288	8.350
2003	1.717.950.396.424	1,14	180.627	9.511
2004	1.957.751.212.963	5,76	182.913	10.703
2005	2.170.584.500.000	3,20	185.144	11.724
2006	2.409.449.940.000	3,96	187.322	12.863
2007	2.720.262.930.000	6,07	189.445	14.359
2008	3.109.803.100.000	5,09	191.514	16.238
2009	3.333.039.350.000	-0,13	193.528	17.223
2010	3.885.847.000.000	7,53	195.488	19.878
2011	4.376.382.000.000	3,97	197.394	22.171
2012	4.814.760.000.000	1,92	199.245	24.165
2013	5.331.619.000.000	3,00	201.041	26.520
2014	5.778.953.000.000	0,50	202.783	28.498
2015	6.000.570.460.100	-3,77	204.470	29.347
2016	6.266.894.736.444	-3,59	206.102	30.407
2017	6.559.940.259.751	0,99	207.678	31.587

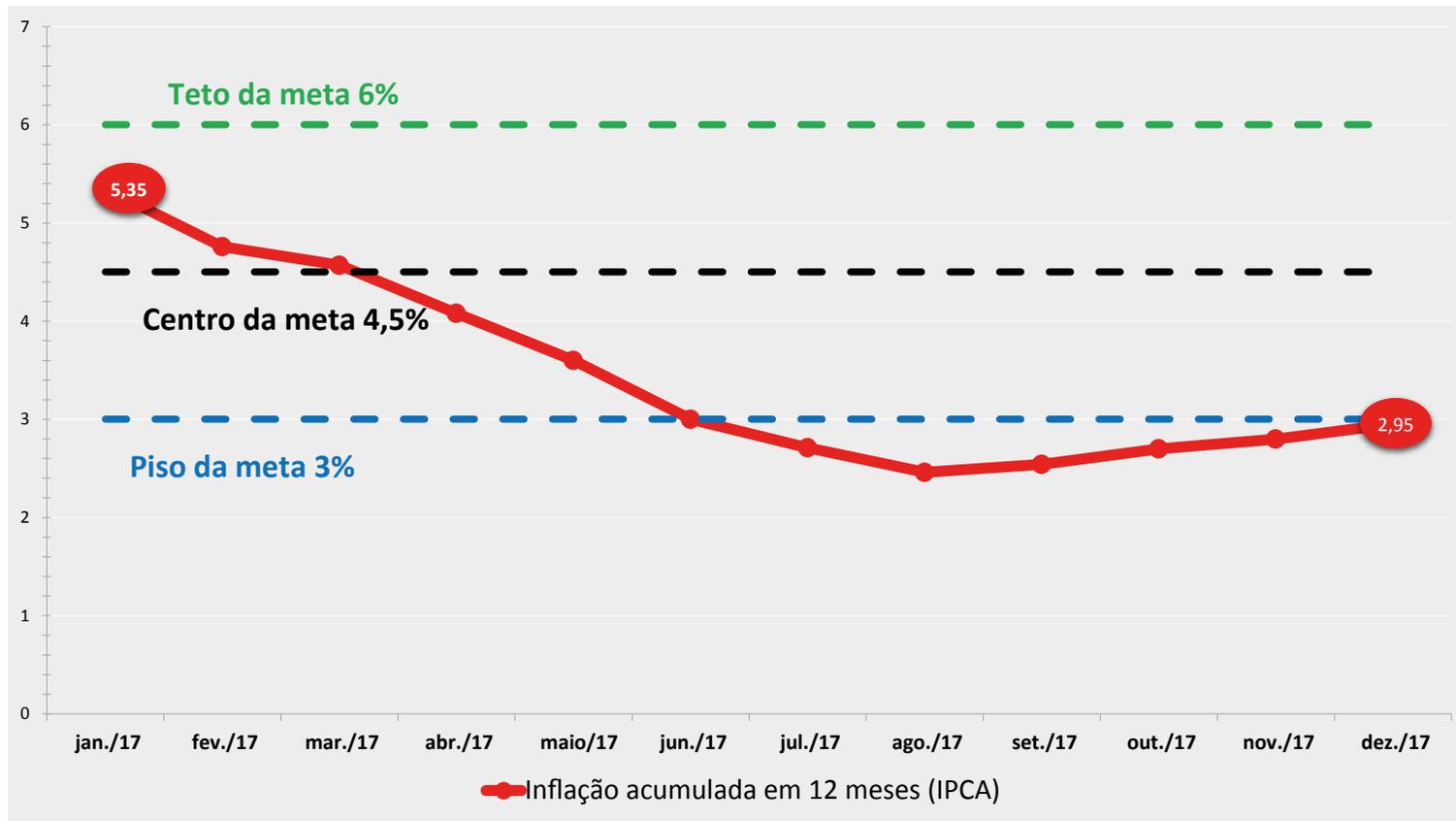
Fonte: IBGE e Bacen.

Gráfico 2 – Inflação PLOA x inflação observada (2000-2017)



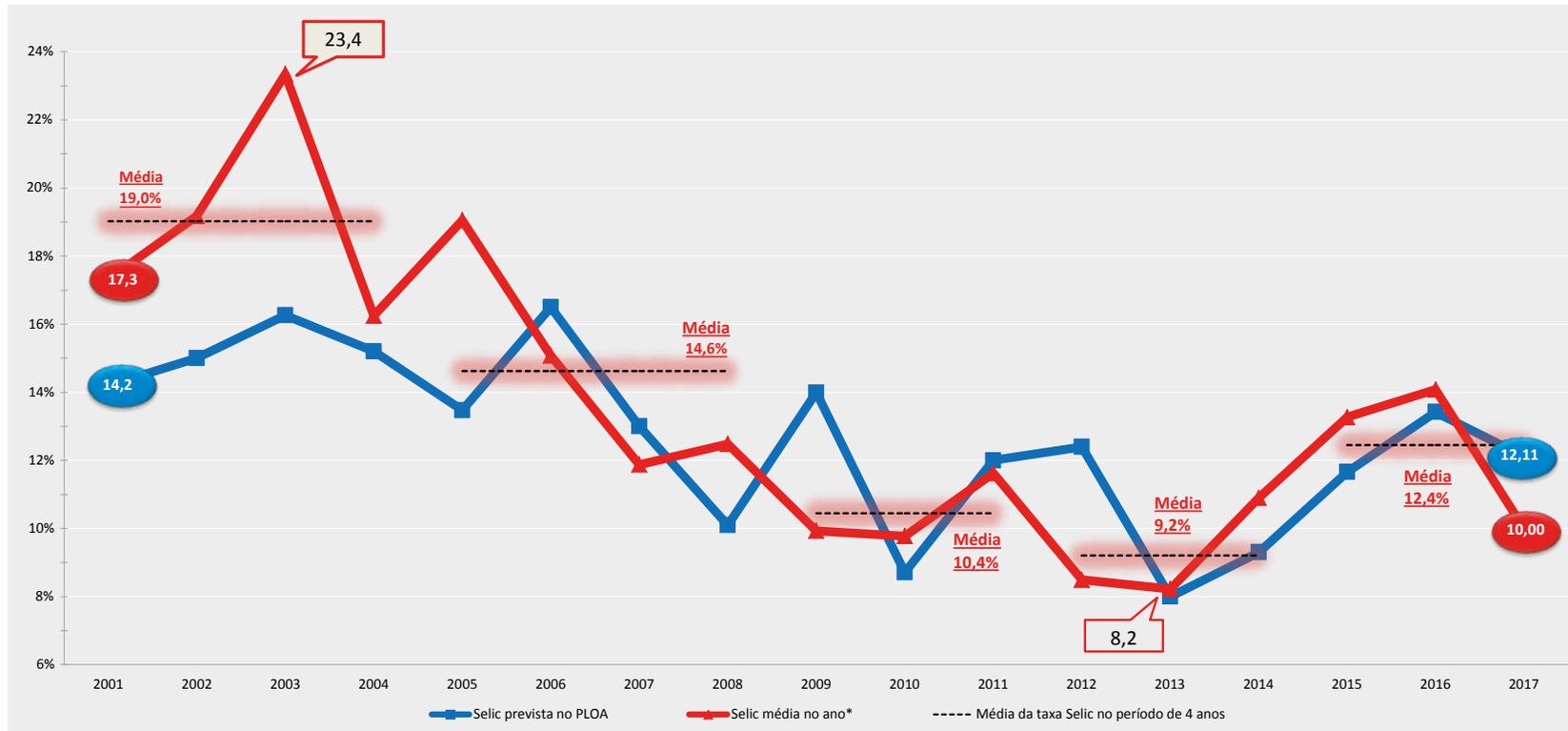
Fonte: IBGE/PLOA.

Gráfico 3 – Inflação acumulada nos últimos 12 meses (2017)



Fonte: Bacen.

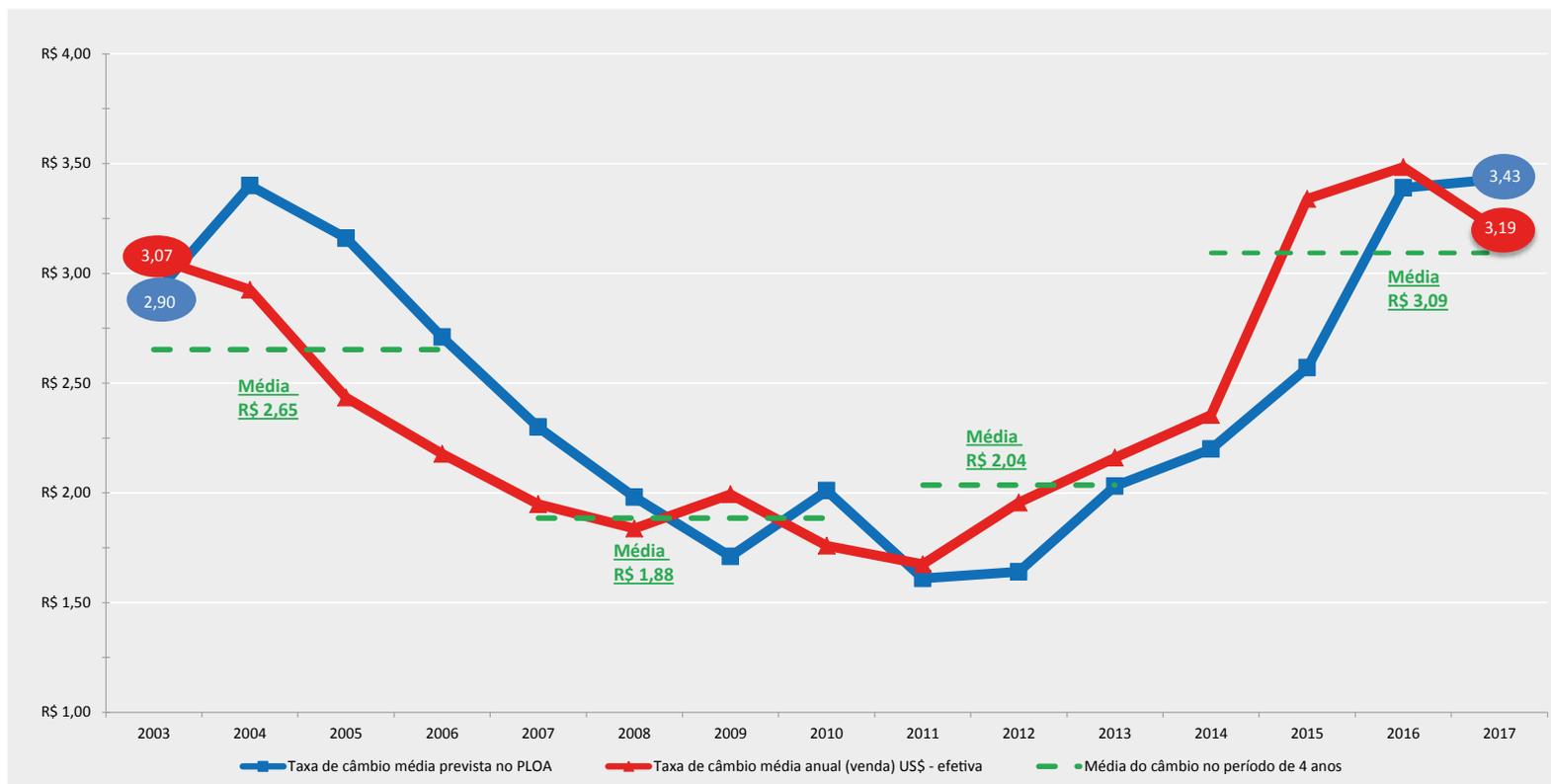
Gráfico 4 – Taxa Selic (média % ao ano) (2001-2017)



Fonte: PLOA, Bacen e www.portaldefinancas.com.

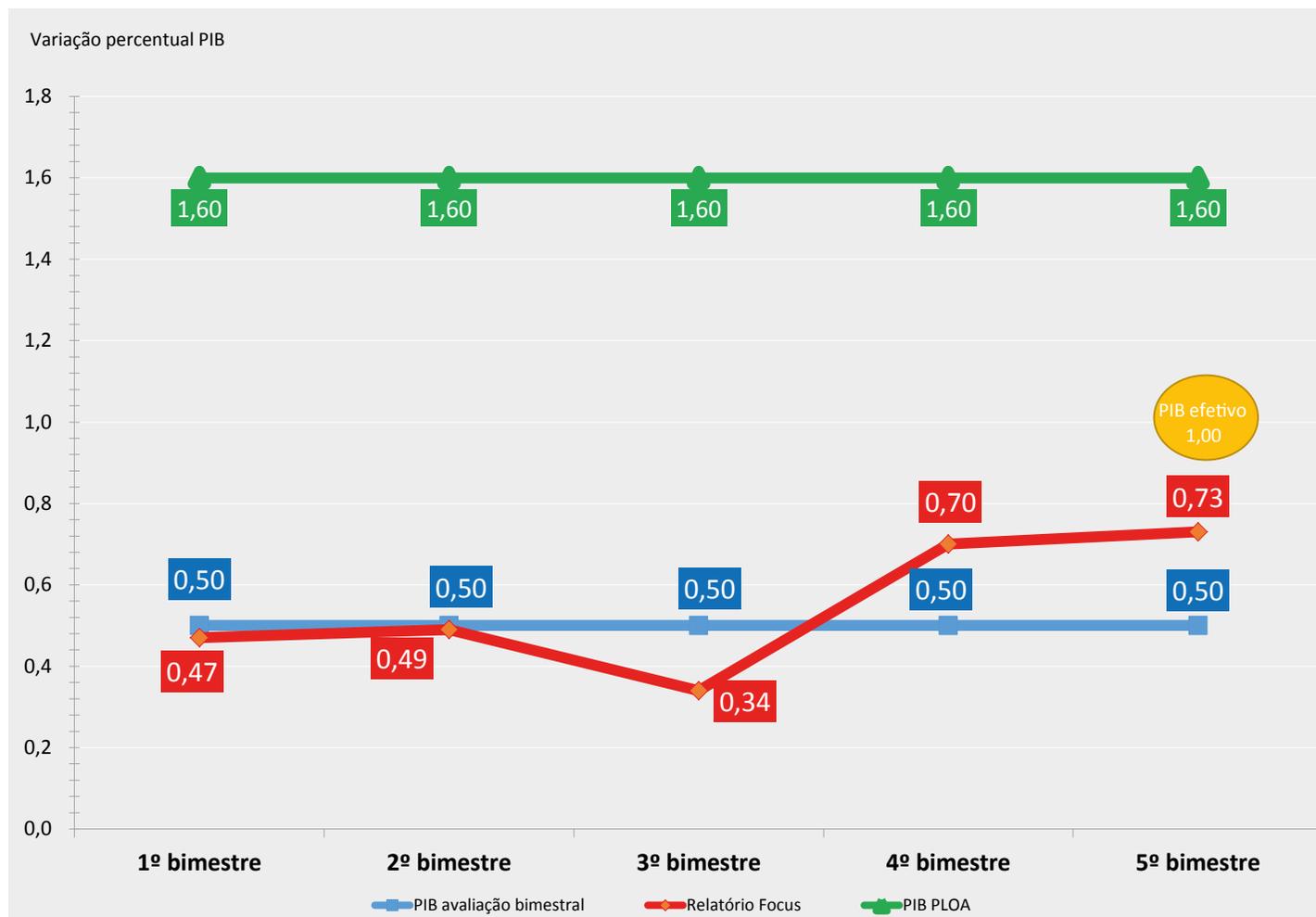
* Taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic para títulos federais.

Gráfico 5 – Taxa de câmbio média (2003-2017)



Fonte: PLOA/Bacen.

Gráfico 6 – Estimativas para o PIB de 2017: avaliações bimestrais (SPE/MF) x relatórios de mercado (Focus)

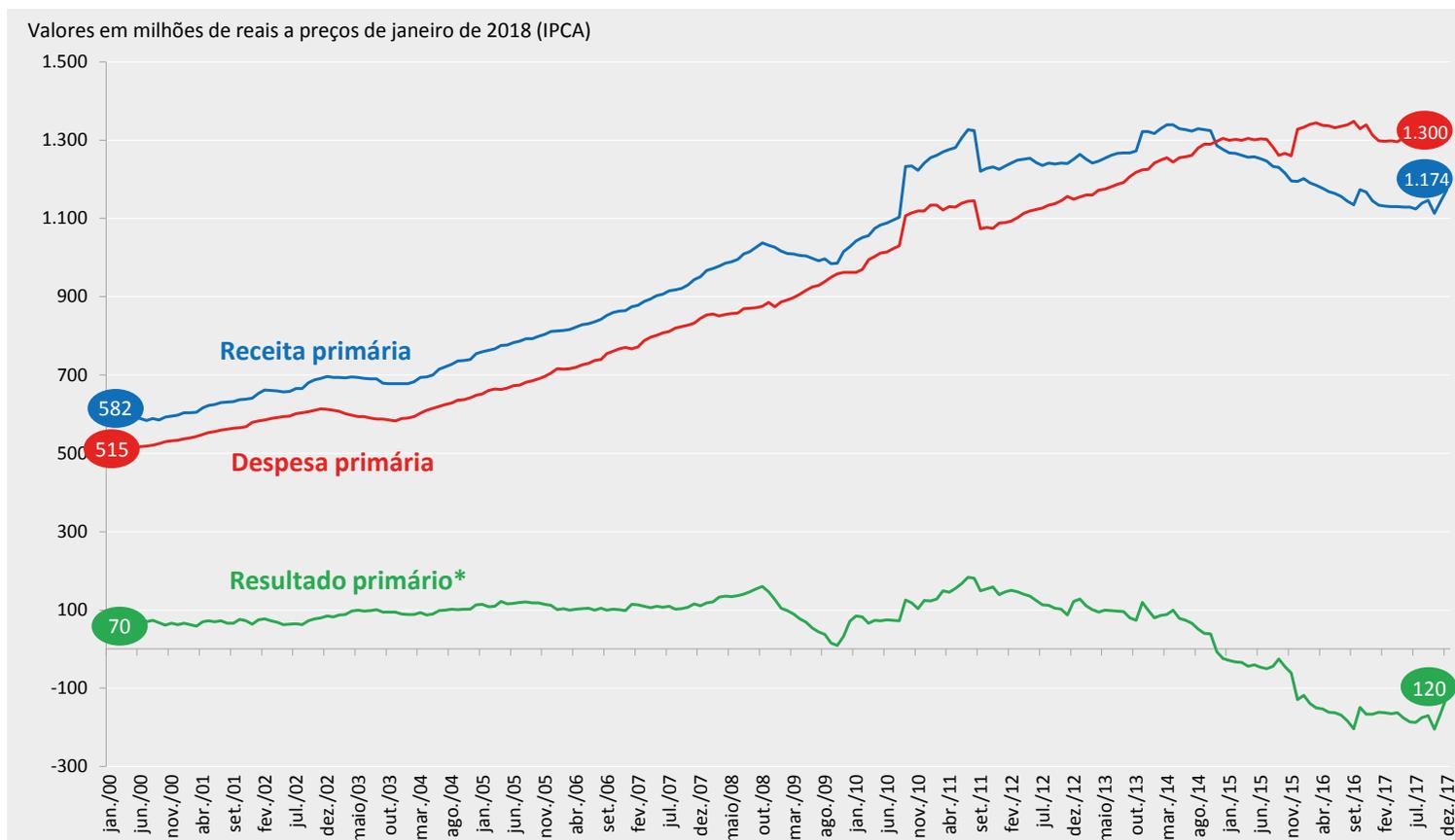


Fonte: Relatórios de Avaliação Bimestrais SOF/STN e Relatórios Focus do Banco Central.

O estabelecimento de metas para o resultado primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) norteia a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) e tem por objetivo estabilizar ou reduzir a trajetória da dívida. Os gráficos 7 e 8 mostram que, no período, a taxa de crescimento das receitas primárias, tanto em valores reais quanto em percentual do PIB, foi bastante semelhante à de crescimento das despesas primárias até o ano de 2008. Em 2009, ápice da crise econômica mundial, houve forte redução da receita sem a respectiva redução da despesa. Em 2010, o crescimento atípico da receita se deve à operação de cessão onerosa de barris de petróleo à Petrobras. A partir de 2011, evidencia-se um processo de redução do dinamismo das receitas, ao passo que as despesas continuaram ou até aceleraram seu ritmo de crescimento. Observa-se que o quadro fiscal agrava-se rapidamente a partir de 2014, diante da combinação de forte queda na arrecadação e da persistência do nível das despesas, particularmente das obrigatórias, o que culminou com a obtenção de *deficit* primários nos quatro últimos anos da série.

2 Resultado fiscal do GOVERNO CENTRAL (2000-2017)

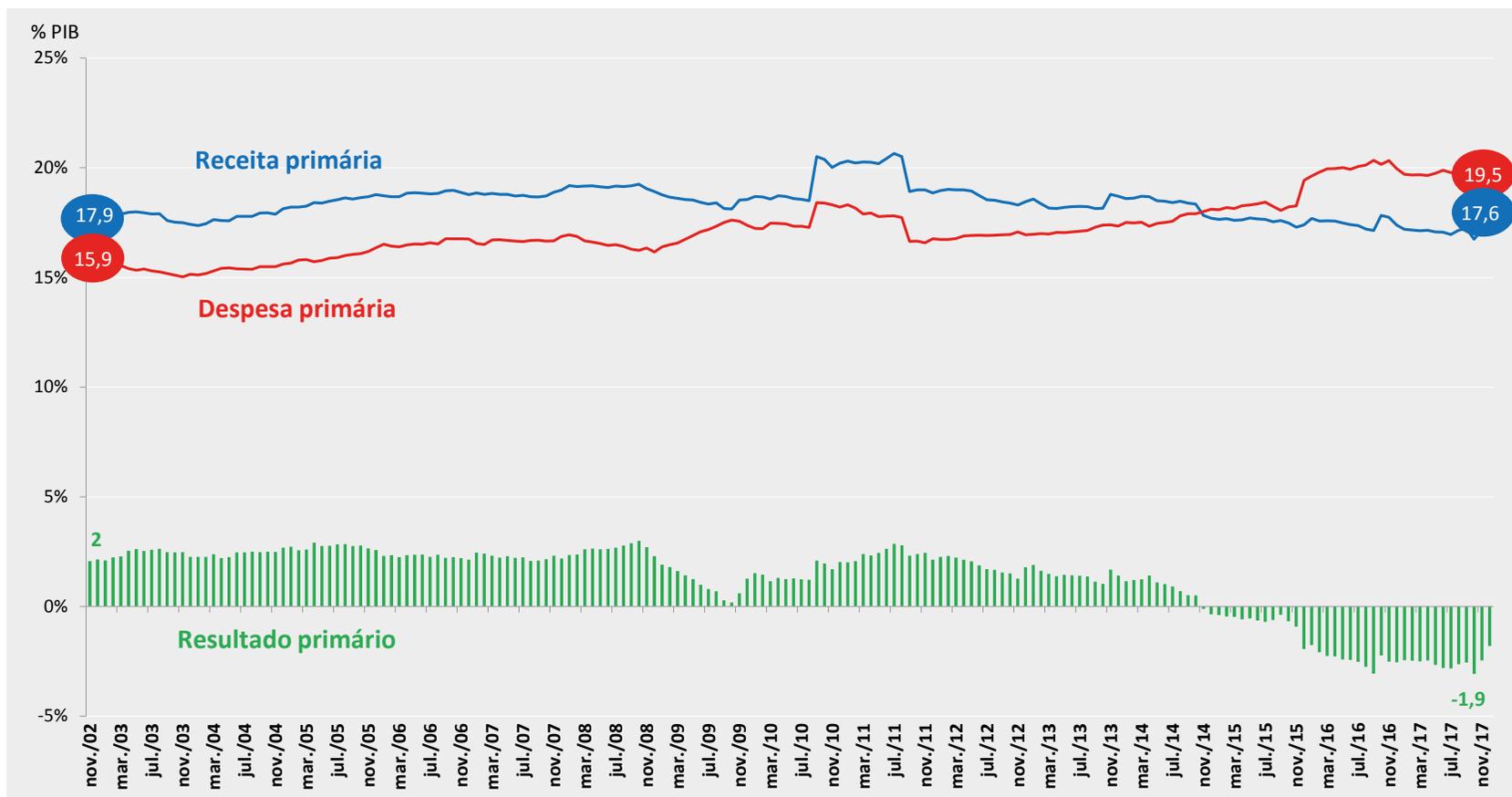
Gráfico 7 – Receita e despesa primárias realizadas x resultado primário (em valores nominais constantes) (2000-2017)



* Eventual diferença entre o resultado primário e o cálculo de receitas menos despesas primárias é justificada pelas metodologias acima e abaixo da linha, utilizadas respectivamente pela STN e pelo Banco Central.

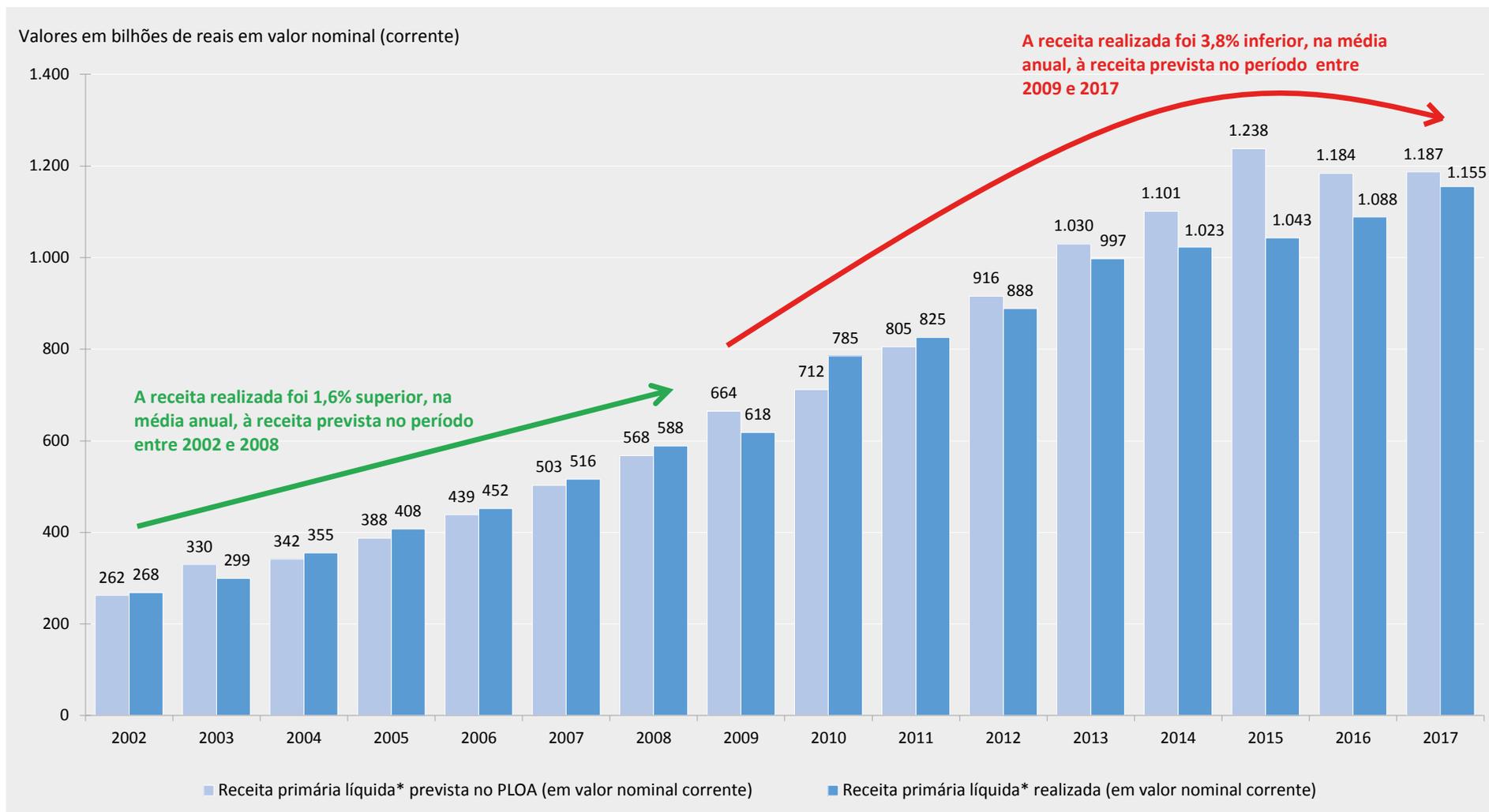
Fonte: STN.

Gráfico 8 – Receita e despesa primárias realizadas x resultado primário (em % do PIB) (2000-2017)



Fonte: STN/Bacen.

Gráfico 9 – Receita primária líquida prevista e realizada (em valor nominal corrente) (2002-2017)



Fonte: STN/PLOA.

* Receita primária líquida de transferências constitucionais por repartição de receita.

Tabela 2 – Resultado primário anual do governo central (2002-2017)

Valores em bilhões de reais

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Resultado primário realizado abaixo da linha pelo governo central (governo federal e Banco Central) em valores correntes	31,92	38,74	52,39	55,74	51,35	59,44	71,31	42,44	78,72	93,04	86,09	75,29	-20,47	-116,66	-159,47	-118,44
Resultado primário realizado em % do PIB	2,14%	2,26%	2,68%	2,57%	2,13%	2,19%	2,29%	1,27%	2,03%	2,13%	1,79%	1,41%	-0,35%	-1,95%	-2,55%	-1,81%

Fonte: Bacen.

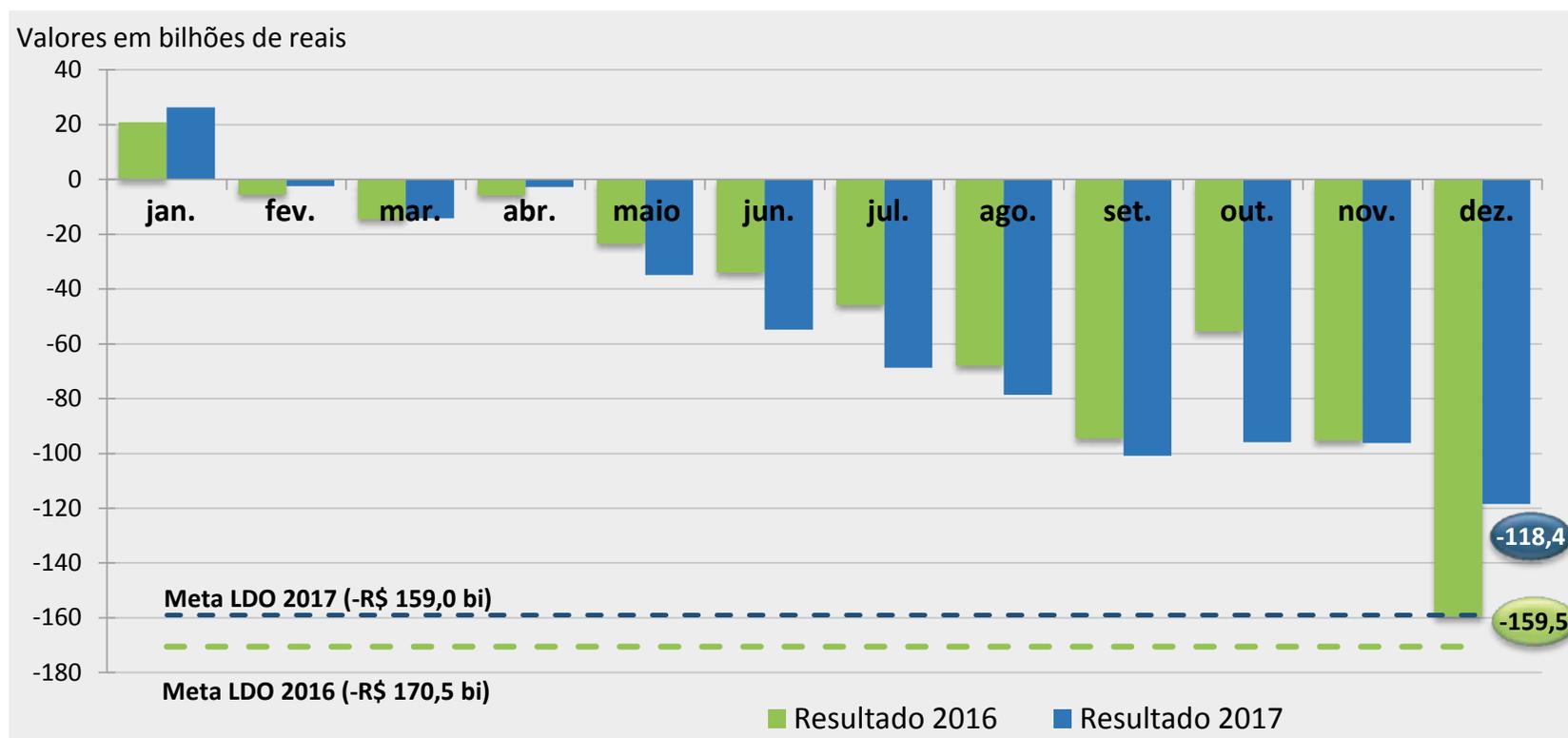
Tabela 3 – Resultado primário mensal acumulado do governo central (2017)

Valores em bilhões de reais

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Resultado primário do governo central acumulado	26,3	-2,5	-14,2	-2,7	-34,8	-54,8	-68,7	-78,6	-100,9	-95,9	-96,3	-118,4

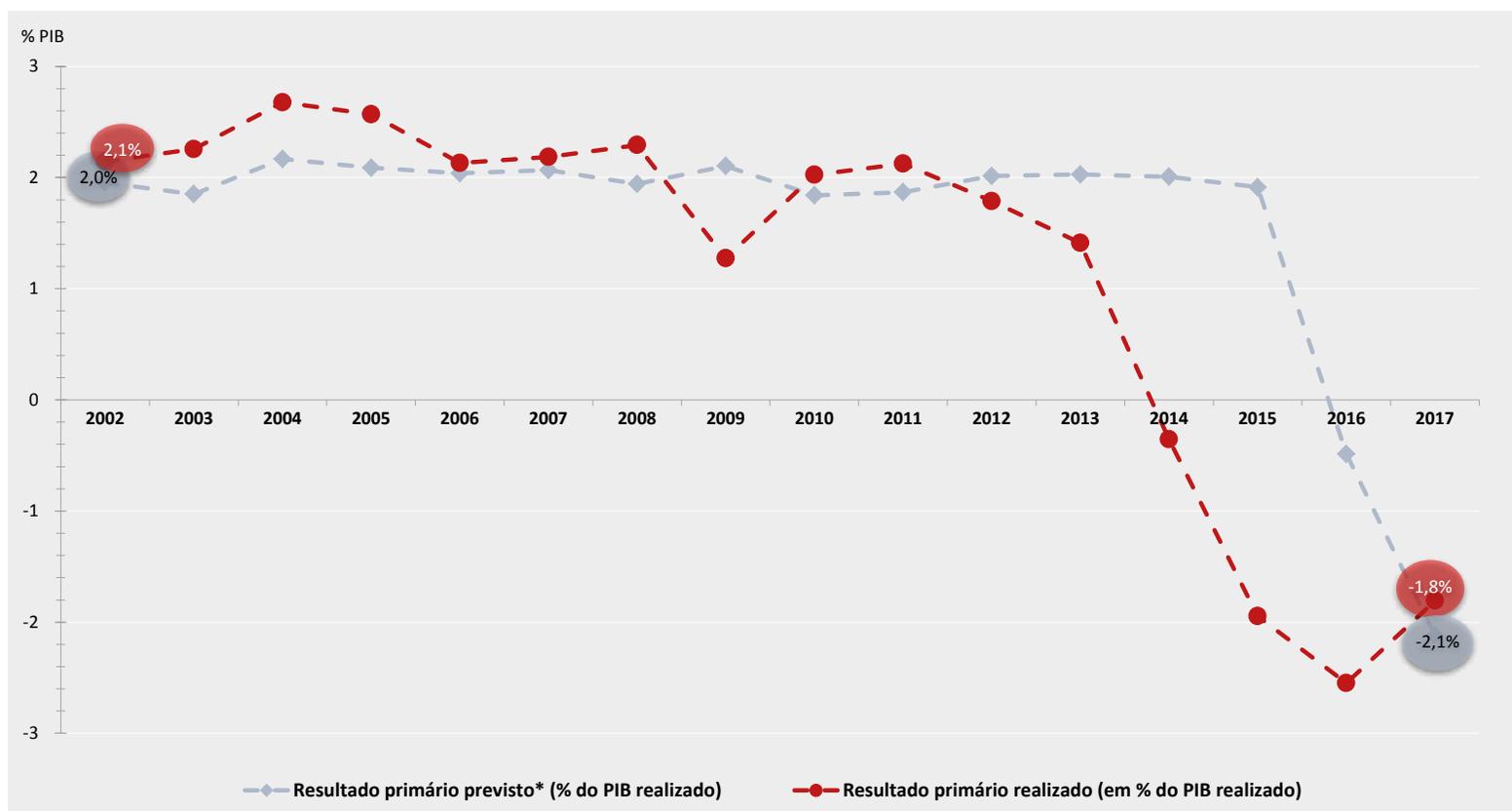
Fonte: Bacen.

Gráfico 10 – Resultado primário mensal acumulado do governo central (2017)



Fonte: Monitor Fiscal.

Gráfico 11 – Resultado primário do governo central (em percentual do PIB) (2002-2017)



Fonte: PLOA/IBGE/Bacen.

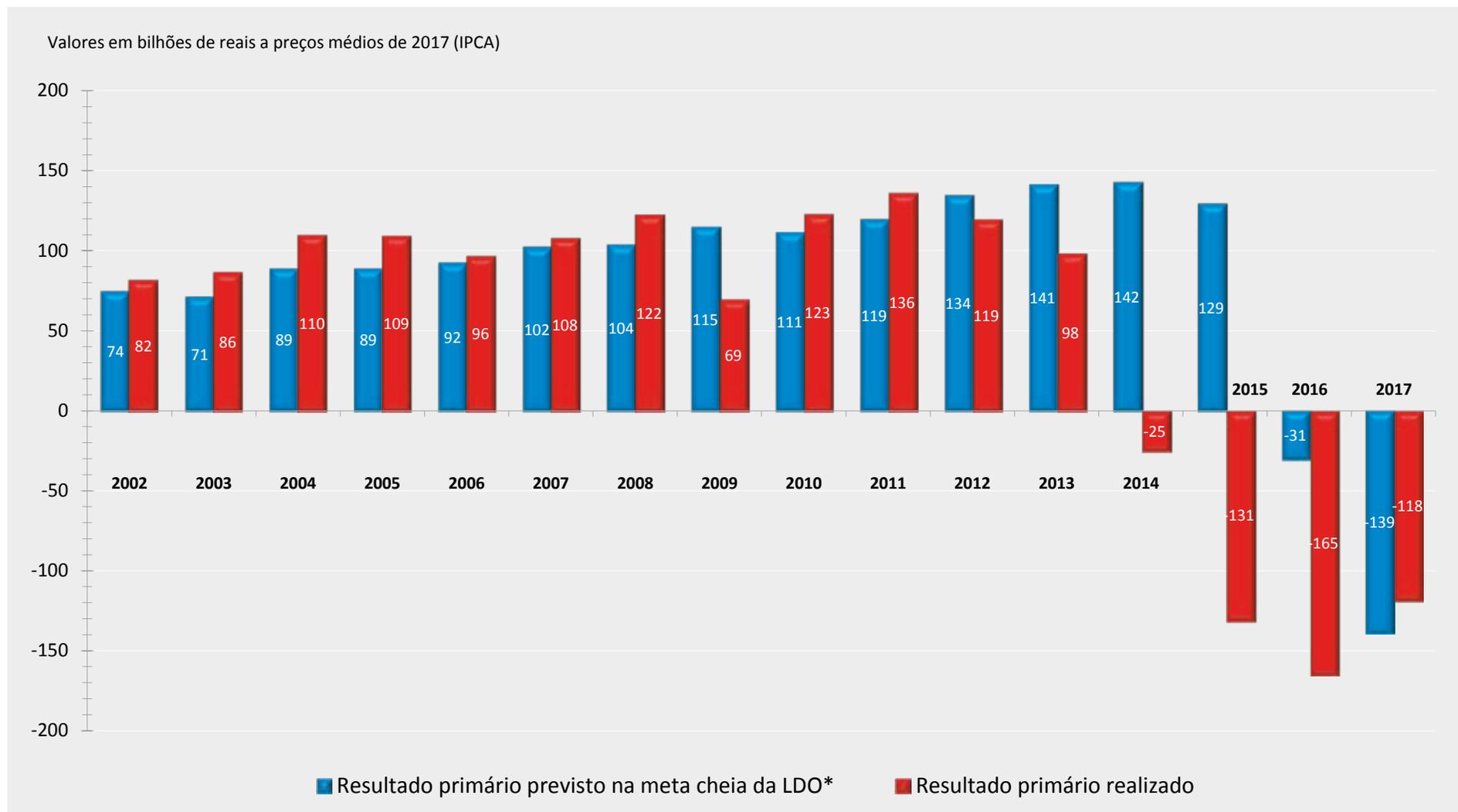
* Meta cheia inicial da LDO, sem considerar as alterações posteriores da meta.

De 2002 a 2006, o resultado primário obtido foi superior ao estabelecido nas leis de diretrizes orçamentárias (LDO). A partir de 2005, as LDOs passaram a autorizar abatimento, das despesas primárias, dos investimentos realizados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A partir de 2009, as metas previstas passaram a ser cumpridas com o abatimento do PAC (e, no caso de 2014, também com abatimento de desonerações), resultando em *superavit* primários

inferiores àqueles previstos nas LDOs (metas cheias) em 2012 e 2013 e em *deficit* primários entre 2014 e 2016. Em 2017, o *deficit* primário permaneceu elevado, mas inferior à meta.

Os gráficos 12 e 13 mostram as trajetórias das metas previstas nas LDOs, os investimentos do PAC passíveis de dedução da meta e os resultados efetivamente alcançados.

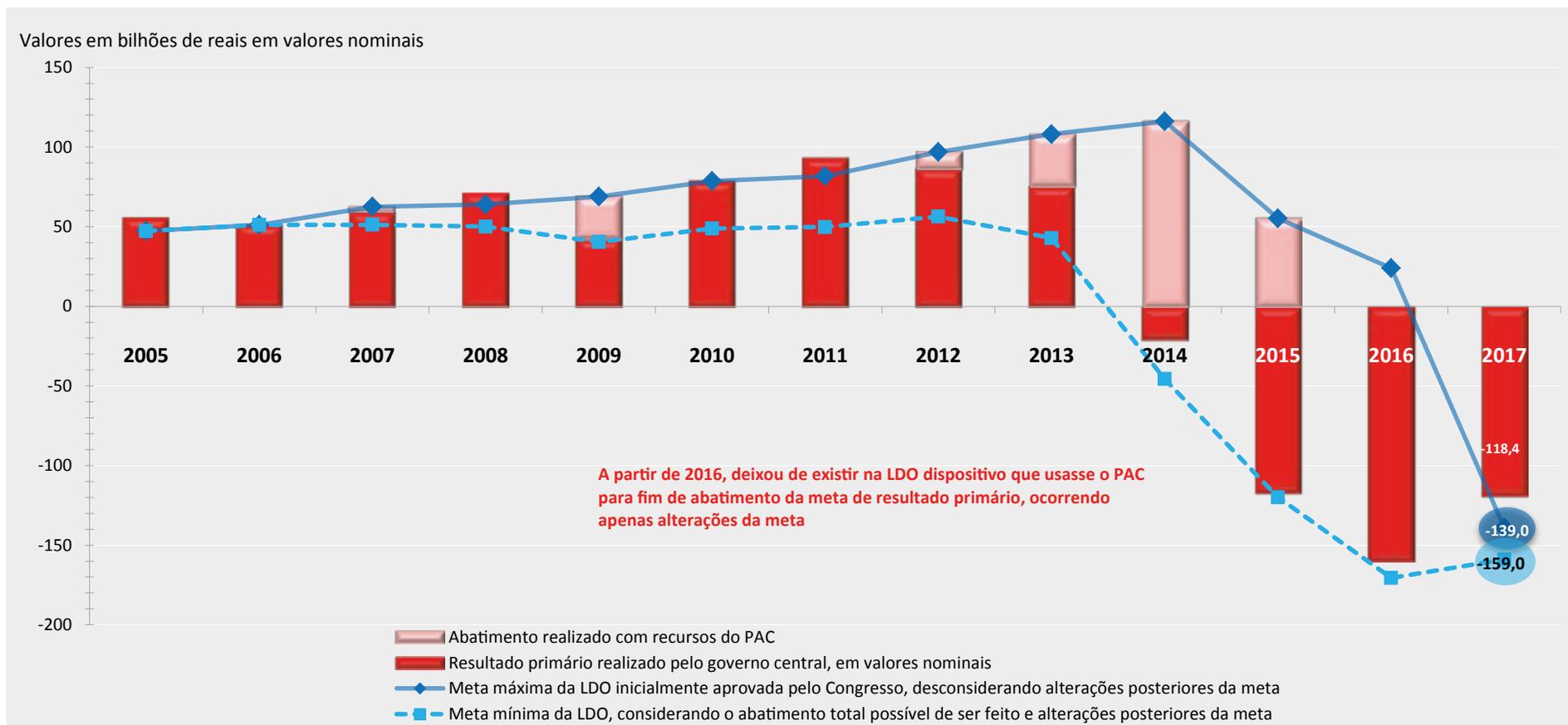
Gráfico 12 – Resultado primário do governo central (em bilhões de reais) (2002-2017)



Fonte: PLOA/IBGE/Bacen.

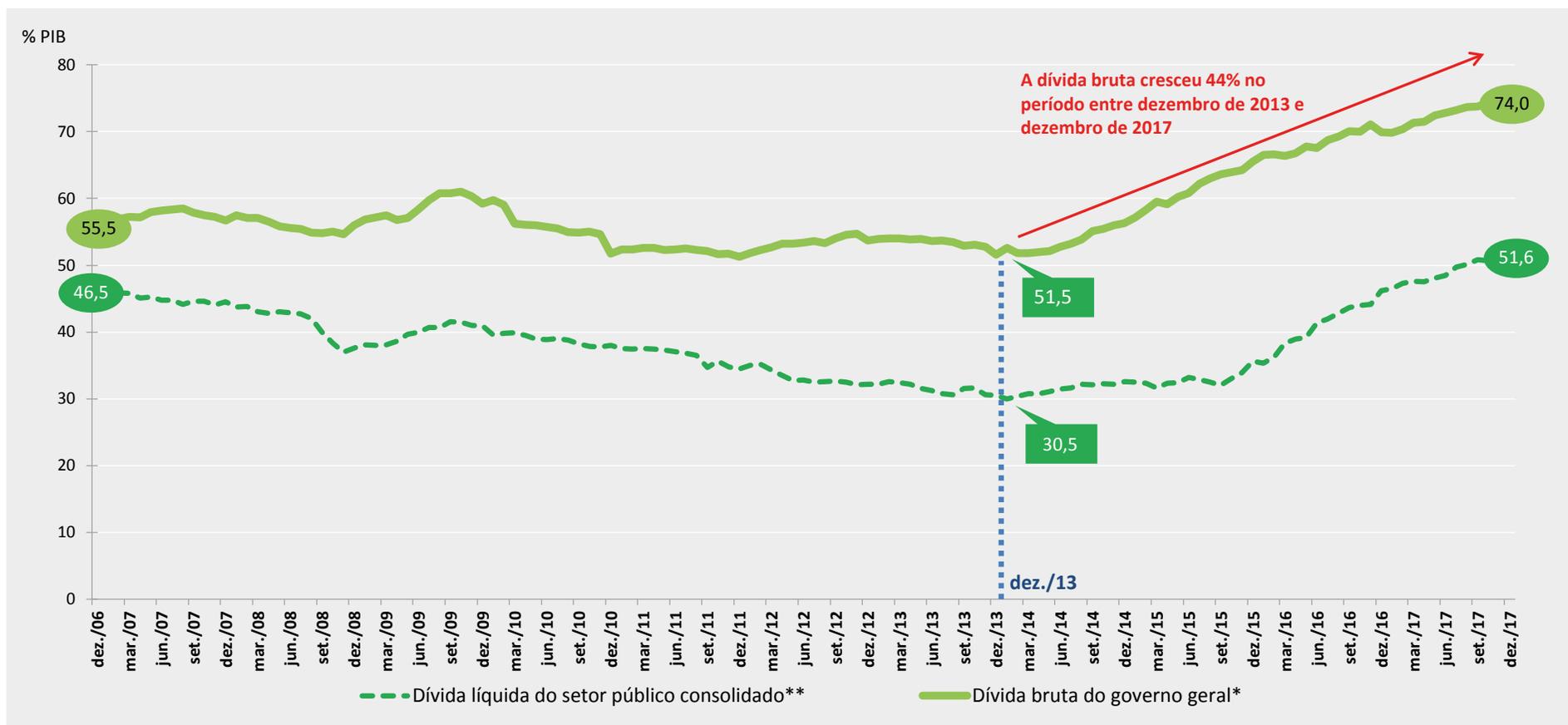
* Meta cheia inicial da LDO, sem considerar as alterações posteriores da meta.

Gráfico 13 – Resultado primário (meta cheia LDO) x resultado primário efetivo (2005-2017)



Fonte: Relatório de cumprimento de metas fiscais/STN/Bacen.

Gráfico 14 – Dívida bruta do governo geral x dívida líquida do setor público consolidado (2006-2017)

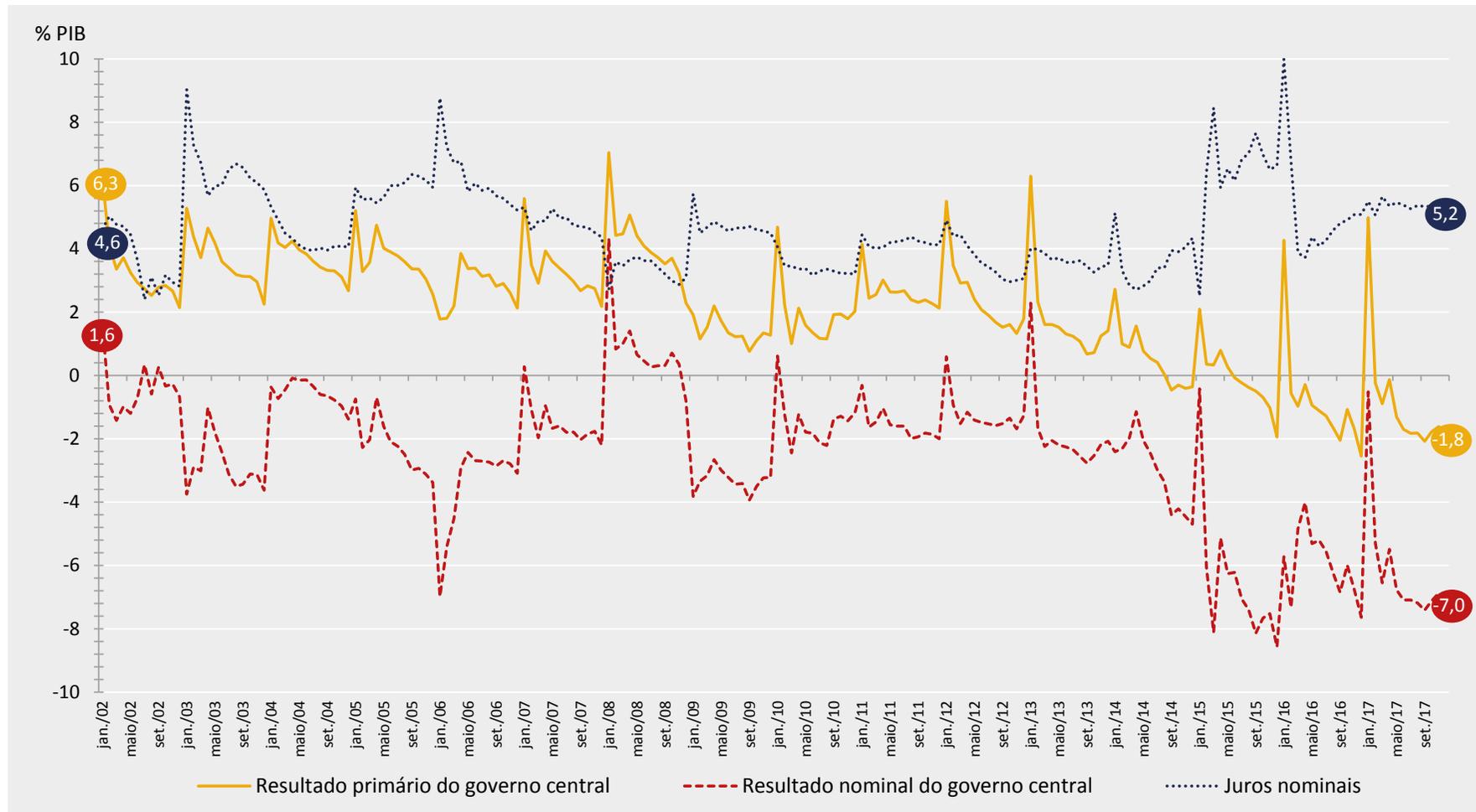


Fonte: Bacen.

* Dívida bruta do governo geral abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

** Setor público consolidado abrange administrações diretas e indiretas nas esferas federal, estaduais e municipais, o sistema público de previdência social e as empresas estatais não financeiras federais, estaduais e municipais, além da empresa Itaipu Binacional.

Gráfico 15 – Resultados primário e nominal e juros nominais (2002-2017)

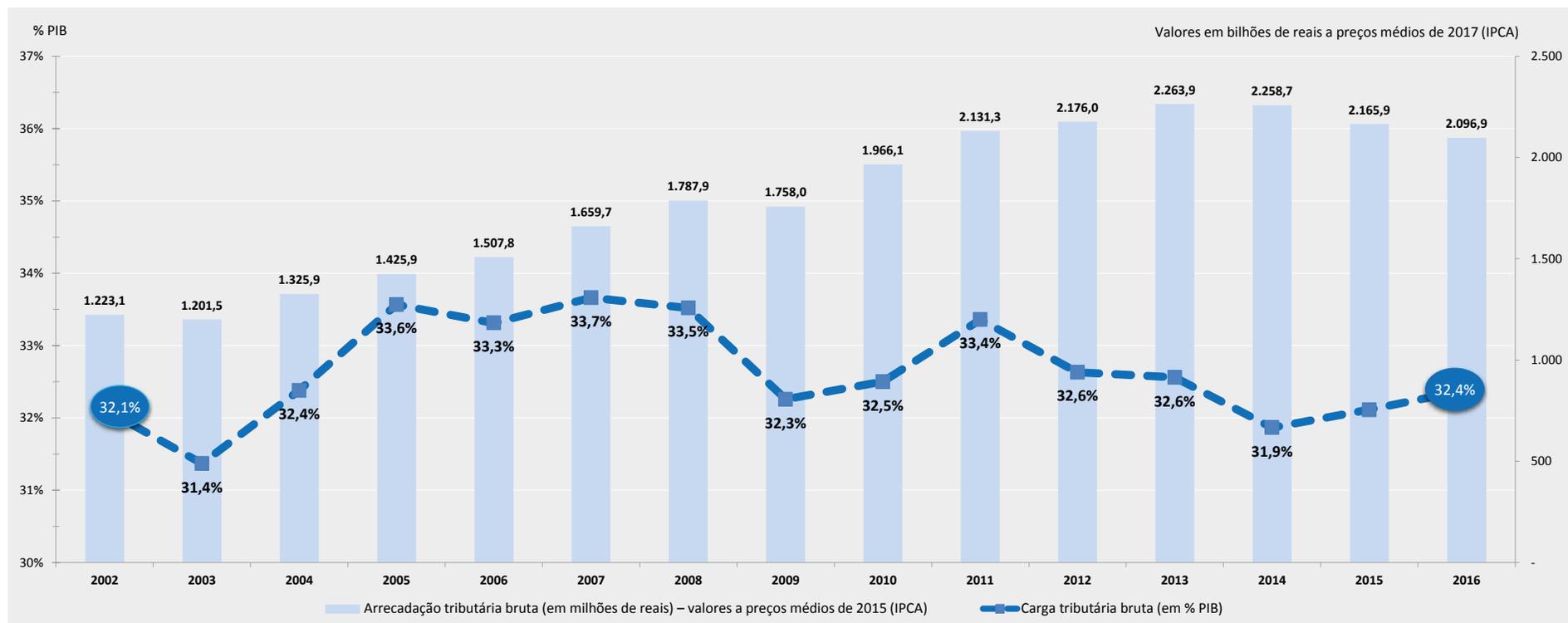


Fonte: Bacen.

A carga tributária corresponde à relação entre o montante de impostos, taxas e contribuições arrecadados pelas três esferas de governo e o PIB do país. O gráfico 16 mostra a evolução desse indicador entre 2002 e 2016, cumprindo alertar que tais percentuais foram calculados com base nos valores do PIB revisados pelo IBGE em 2015, que incorporam alteração metodológica recomendada pela ONU. Observam-se variações importantes em 2009 e 2010, indicando os efeitos financeiros da crise econômica, e a recuperação em 2011, em que prevaleceu o bom desempenho dos tributos federais. Contudo, esse quadro favorável não se sustentou nos anos seguintes. De acordo com os dados oficiais mais recentes, a carga tributária de 2016, de 32,4% do PIB, indica uma queda de mais de um ponto percentual frente aos números prevalentes no período pré-crise.

3 Carga tributária BRUTA (2002-2017)

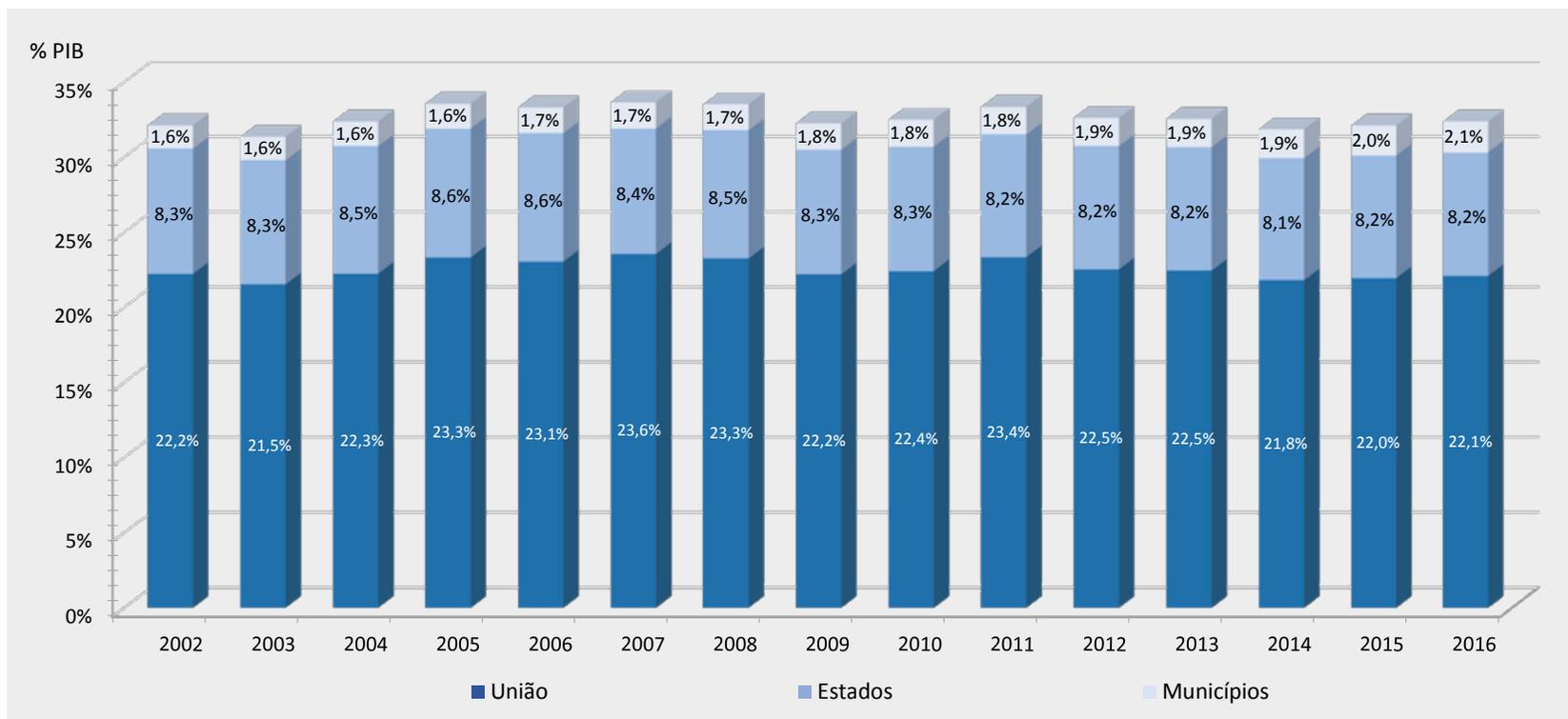
Gráfico 16 – Carga tributária bruta (2002-2016)



Fonte: Receita Federal.

Obs.: Valor nominal do PIB considera nova metodologia adotada pelo IBGE.

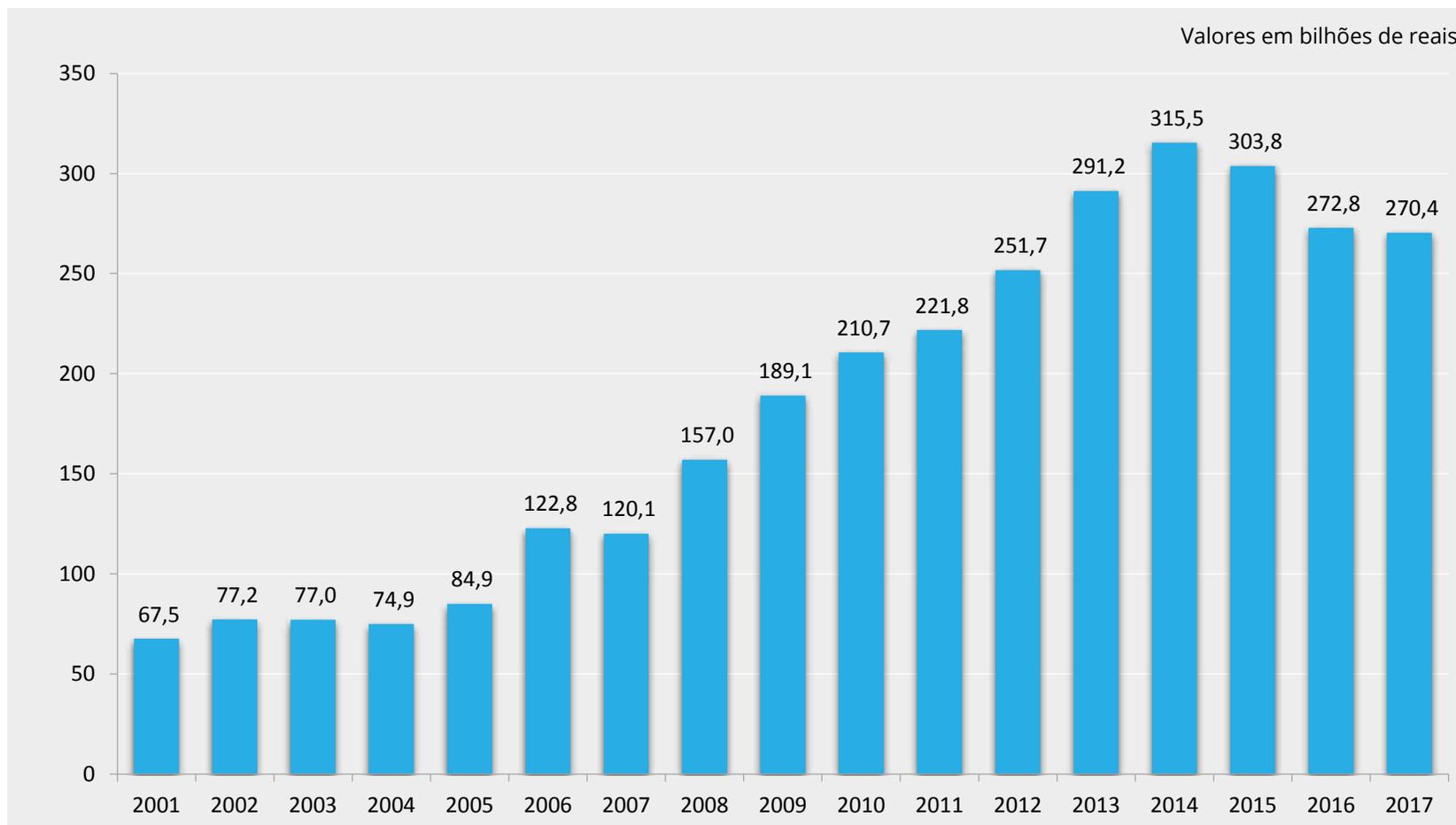
Gráfico 17 – Arrecadação tributária por esfera de governo (2002-2016)



Fonte: Receita Federal.

Obs.: Valor nominal do PIB considera nova metodologia adotada pelo IBGE.

Gráfico 18 – Renúncias tributárias da União (2001-2017)



Fonte: Orçamento de subsídios da União/Ministério da Fazenda.

Obs.: Gastos tributários ou renúncias tributárias são exceções ao sistema tributário de referência, como as isenções, deduções ou anistias.

Tabela 4 – Principais gastos tributários (2001-2017)

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

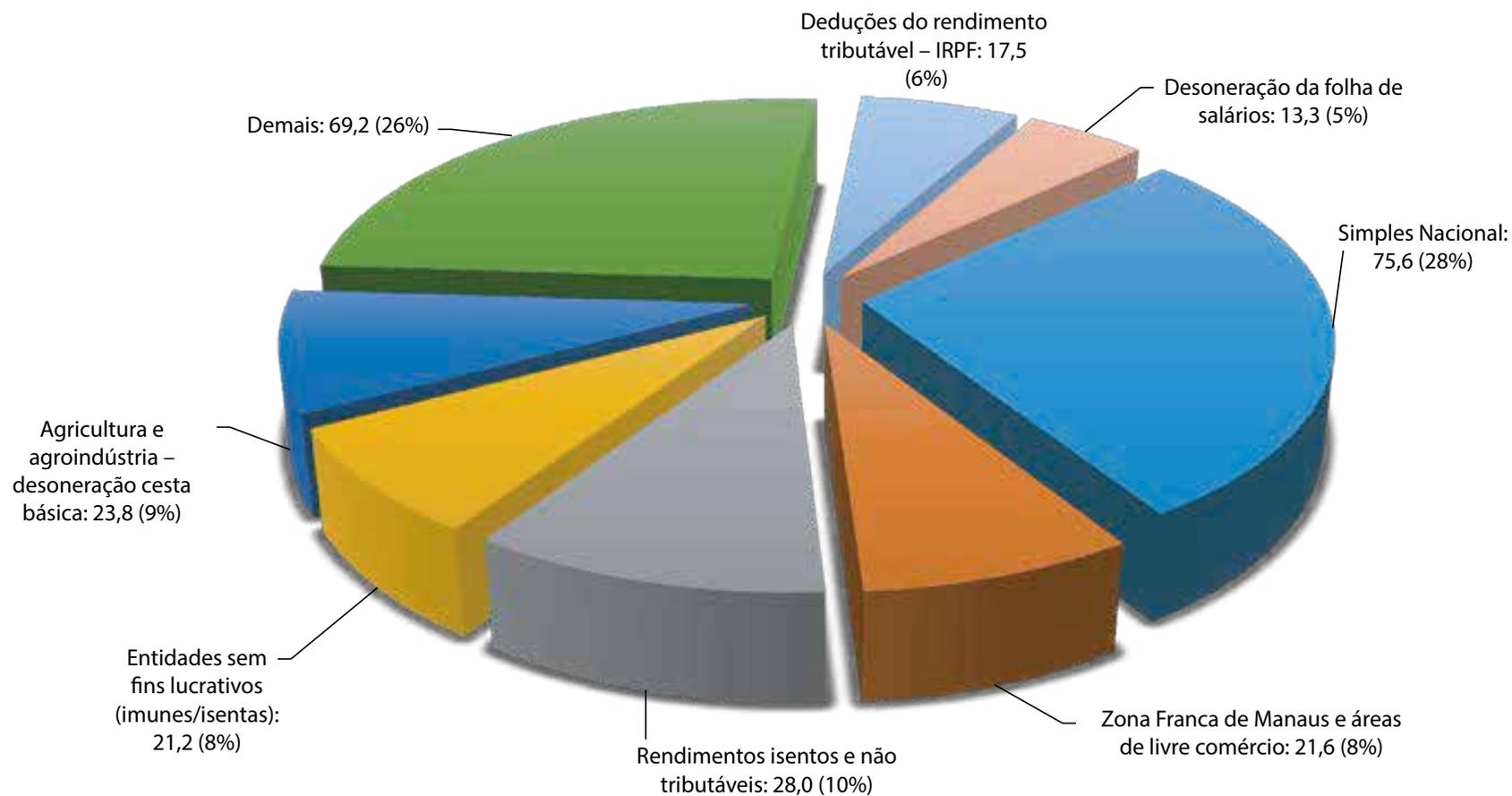
Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Simplex Nacional	13,4	16,5	19,7	26,4	26,2	28,3	32,7	32,6	49,8	56,5	59,7	74,1	80,9	83,0	77,8	75,2	75,6
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	9,2	10,6	8,1	7,7	9,0	21,1	13,6	25,5	21,6	26,9	27,7	28,9	30,8	29,7	26,1	21,5	21,6
Rendimentos Isentos e não Tributáveis – IRPF	16,8	16,0	13,5	5,1	5,8	7,4	7,6	12,2	18,4	19,2	20,5	21,2	23,2	24,7	26,8	28,2	28,0
Entidades sem Fins Lucrativos – Imunes/Isentas	5,0	5,6	6,5	11,4	13,5	9,6	18,5	19,4	19,5	20,9	21,3	23,8	23,9	25,4	21,9	21,2	21,2
Agricultura e Agroindústria – Desoneração Cesta Básica	1,8	2,6	4,0	3,9	3,2	8,4	12,9	12,1	16,0	15,4	16,8	18,4	24,1	24,1	24,4	23,4	23,8
Deduções do Rendimento Tributável – IRPF	12,2	13,2	6,9	5,4	5,8	5,9	5,9	7,6	15,0	14,8	15,5	16,6	16,8	17,4	17,3	17,7	17,5
Desoneração da Folha de Salários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0	16,0	27,1	28,3	15,0	13,3
Benefícios do Trabalhador	0,4	0,3	0,4	2,3	4,0	8,6	4,2	6,8	8,1	8,9	9,2	10,2	11,7	11,8	11,2	10,8	11,0
Poupança e Letra Imobiliária Garantida	-	-	-	0,0	0,0	1,3	-	-	4,9	5,4	6,3	6,0	6,6	7,9	8,4	8,1	6,9
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos	-	-	1,9	2,0	2,7	7,4	3,5	4,0	5,7	5,6	5,2	5,8	5,7	6,2	7,4	9,4	9,3
Desenvolvimento Regional	4,0	2,3	5,1	3,2	4,3	7,9	8,2	7,5	6,7	9,1	9,1	7,8	7,5	7,4	6,6	5,8	5,9
Programa de Inclusão Digital	-	-	-	-	-	1,2	-	2,3	2,1	2,0	2,8	4,1	7,6	7,3	5,6	-	-
Informática e Automação	-	3,7	3,4	1,7	2,7	3,8	4,0	5,6	5,1	5,6	5,5	6,2	6,4	6,4	5,6	4,9	5,0
Setor Automotivo	-	-	1,7	1,8	2,1	1,4	1,8	3,3	2,8	3,1	2,5	1,7	3,3	4,6	4,7	4,9	5,2
Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica	-	-	-	0,5	0,7	1,4	2,5	5,5	3,5	3,9	3,3	3,7	3,7	3,7	3,8	3,7	3,7
Reidi	-	-	-	-	-	-	-	0,1	1,0	1,9	2,0	2,9	2,9	2,9	2,8	2,7	2,7
Olimpíada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0,1	0,3	0,7	0,2
Financiamentos Habitacionais	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,6	0,7	0,8	1,3	2,8	2,0	2,0	2,4	2,1	1,5	1,5
Embarcações e Aeronaves	-	-	0,5	0,4	0,4	1,2	-	1,7	1,4	1,2	1,4	1,5	2,0	2,1	2,4	2,2	2,1
Microempreendedor Individual (MEI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	0,7	1,0	1,2	1,6	1,7	2,1
Transporte Coletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	1,7	1,7	1,7	1,7
Cultura e Audiovisual	0,8	0,6	0,8	0,5	0,8	1,7	1,5	1,7	1,4	1,7	1,8	1,6	1,6	1,7	1,7	1,6	1,7
Álcool	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	1,7	1,6	-	-
Prouni	-	-	-	-	-	0,4	0,2	0,7	0,9	0,9	0,8	1,1	1,4	1,4	1,9	1,9	1,9
Termoeletricidade	-	-	-	0,0	0,6	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,5	0,7	0,7	0,5	0,5
REPUBL-Redes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,2	0,2	0,3	-
Petroquímica	-	-	0,4	0,5	1,2	0,6	-	0,7	0,4	0,5	0,6	0,8	1,5	1,6	1,0	0,6	0,4
Demais	3,7	5,5	4,0	1,8	1,6	4,8	2,2	6,9	4,0	5,8	6,5	7,3	8,1	9,9	9,4	7,6	7,6
Total	67,5	77,2	77,0	74,9	84,9	122,8	120,1	157,0	189,1	210,7	221,8	251,7	291,2	315,5	303,8	272,8	270,4

Fonte: Orçamento de subsídios da União/Ministério da Fazenda.

Obs.: Gastos tributários ou renúncias tributárias são exceções ao sistema tributário de referência, como as isenções, deduções ou anistias.

Gráfico 19 – Renúncias tributárias da União (2017)

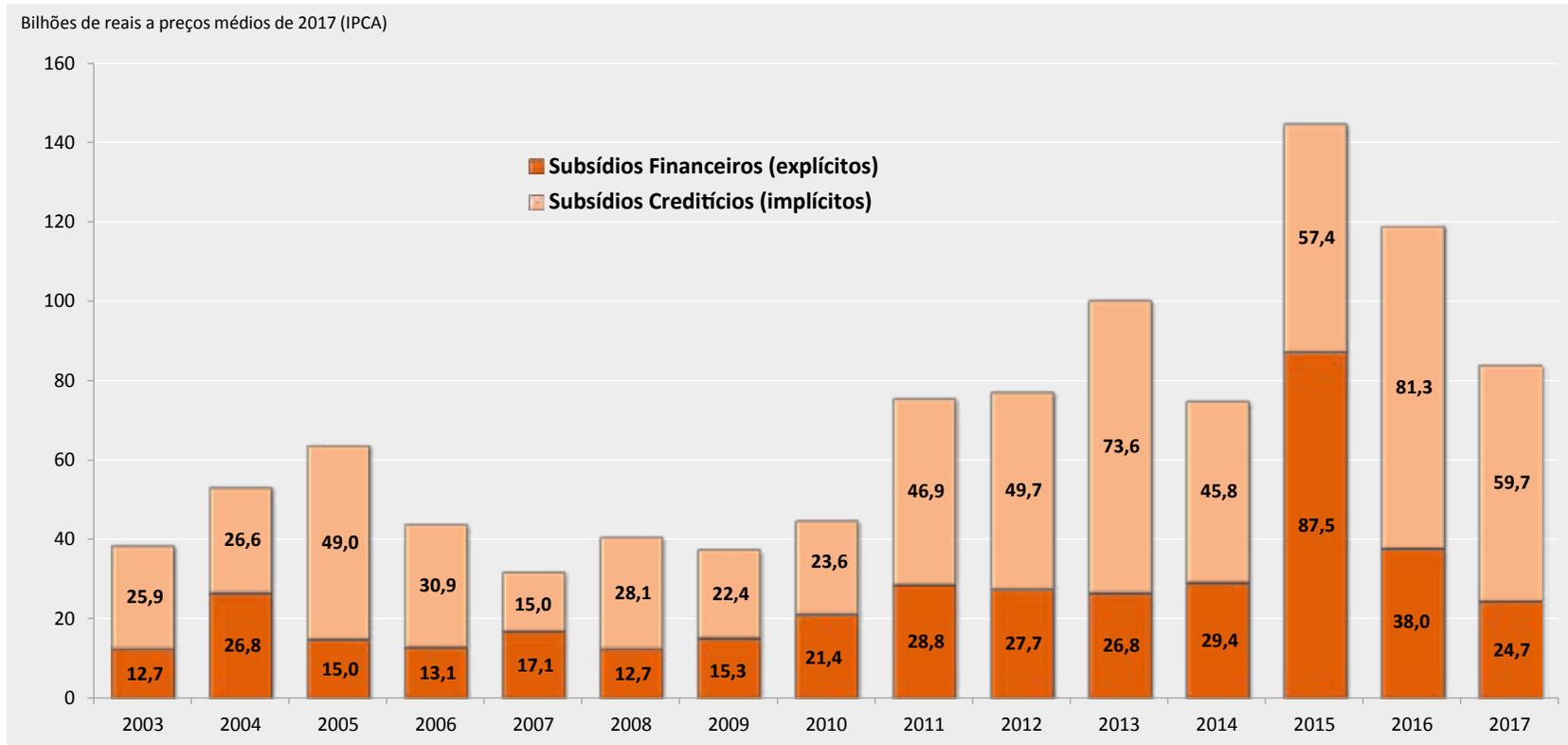
Valores em bilhões de reais



Fonte: Orçamento de subsídios da União/Ministério da Fazenda.

Obs.: Gastos tributários ou renúncias tributárias são exceções ao sistema tributário de referência, como as isenções, deduções ou anistias.

Gráfico 20 – Subsídios creditícios e financeiros (2003-2017)



Fonte: Orçamento de subsídios da União/Ministério da Fazenda.

Obs.: Subsídios financeiros ou explícitos são desembolsos efetivos realizados por meio de subvenções econômicas, assim como assunção de dívidas pela União, alocados no orçamento. Subsídios creditícios ou implícitos são gastos decorrentes de fundos e programas do Governo federal; em geral, não estão alocados no orçamento.

Tabela 5 – Subsídios financeiros (explícitos) e creditícios (implícitos) (2003-2017)

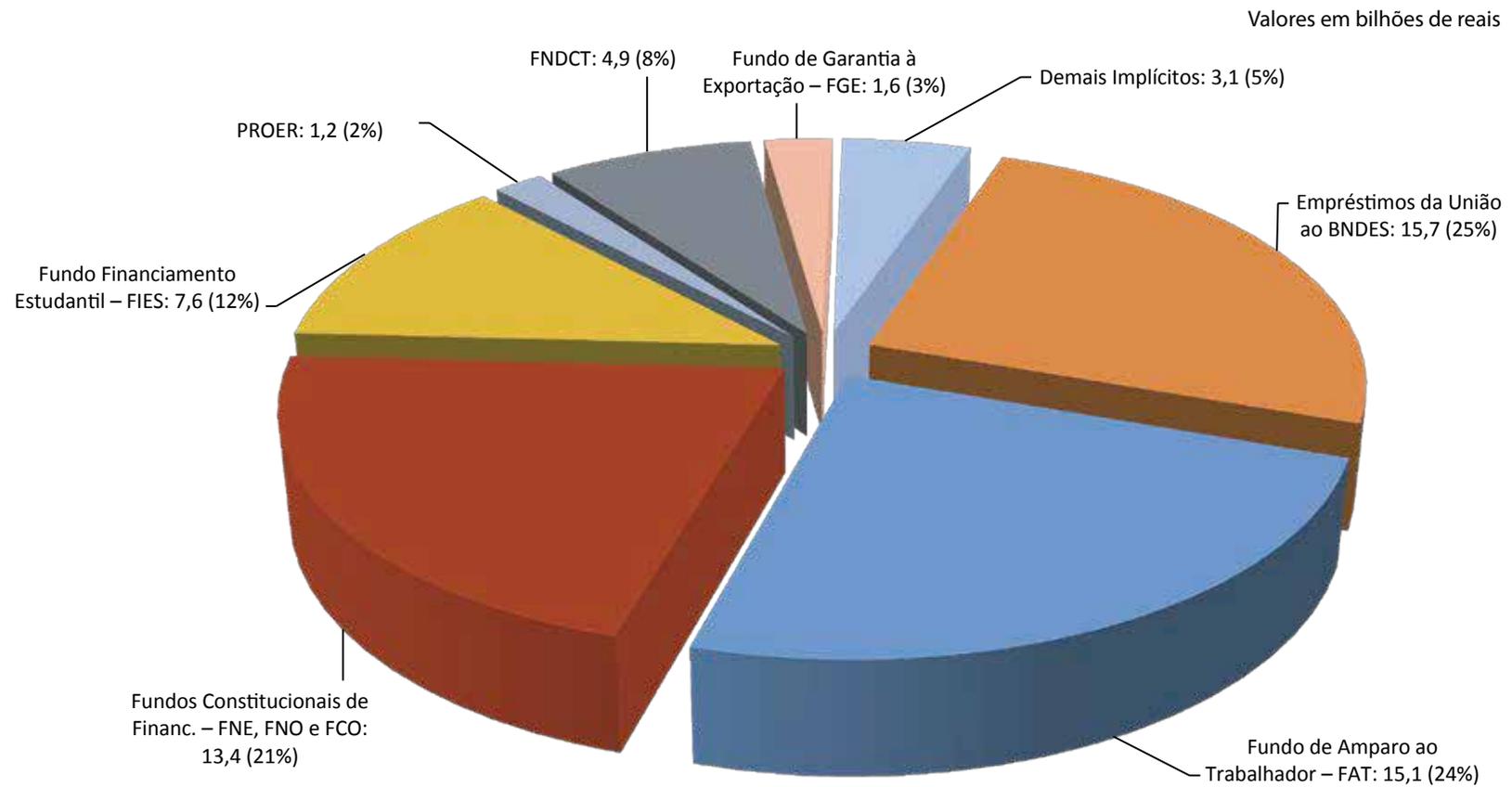
Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Benefícios Financeiros (explícitos)	12,7	26,8	15,0	13,1	17,1	12,7	15,3	21,4	28,8	27,7	26,8	29,4	87,5	38,0	24,7
Programa de Sustentação do Investimento – PSI	-	-	-	-	-	-	-	-	0,6	1,0	0,2	0,1	34,1	10,6	7,9
Minha Casa Minha Vida – MCMV	-	-	-	-	-	-	2,6	2,4	11,3	15,6	18,5	21,4	23,3	8,2	3,6
PRONAF (Equalização)	1,3	1,3	1,5	2,0	1,0	1,4	1,3	0,5	3,2	3,3	2,2	0,6	11,4	5,6	4,1
Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS	1,2	17,1	0,3	1,9	6,4	5,0	1,1	10,1	8,1	0,9	0,0	-	4,1	3,7	0,6
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	0,6	0,7	0,5	0,9	0,0	0,0	(0,1)	(0,0)	0,0	0,1	0,4	0,1	2,8	3,1	2,2
Subvenções de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	-	2,3	2,6	2,6	1,7	2,3	2,8	2,6	1,8	2,2	2,6	2,8	2,4	2,3	2,4
Custeio Agropecuário	0,8	0,2	0,4	0,6	1,7	0,8	0,3	0,8	1,3	1,8	0,2	0,8	5,8	1,9	2,0
Demais Explícitos	8,9	5,2	9,8	5,0	6,2	3,2	7,4	5,0	2,4	2,7	2,7	3,6	3,5	2,6	1,9
Benefícios Creditícios (implícitos)	25,9	26,6	49,0	30,9	15,0	28,1	22,4	23,6	46,9	49,7	73,6	45,8	57,4	81,3	59,7
Empréstimos da União ao BNDES	-	-	-	-	-	0,0	7,5	13,2	15,4	17,1	13,9	26,1	21,3	30,2	15,7
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT	8,8	14,6	23,4	17,5	9,4	6,5	(1,4)	(2,3)	13,7	14,7	16,3	5,8	6,1	16,4	15,1
Fundos Constitucionais de Financ. – FNE, FNO e FCO	7,1	5,9	19,9	8,0	7,5	9,5	8,8	9,6	11,2	11,0	10,7	12,2	14,2	15,5	13,4
Fundo Financiamento Estudantil – FIES	0,7	0,4	0,6	0,3	0,6	3,0	1,0	1,5	0,0	0,7	0,8	2,3	7,5	11,8	7,6
Fundo da Marinha Mercante – FMM	0,8	0,9	0,9	1,0	0,9	2,3	0,0	(0,0)	2,7	(0,3)	4,7	2,5	2,5	3,0	(2,9)
PROER	4,9	2,3	2,2	2,6	(4,6)	(2,6)	4,8	(0,5)	(0,4)	3,1	22,7	0,7	0,9	1,2	1,2
FNDCT	-	-	-	-	-	0,5	0,4	0,3	0,5	0,5	1,3	(5,1)	1,8	0,4	4,9
Fundo de Garantia à Exportação – FGE	-	-	-	-	-	7,2	(0,0)	1,2	1,2	0,5	(0,6)	(0,3)	(0,2)	(0,2)	1,6
Demais Implícitos	3,7	2,5	2,0	1,5	1,2	1,6	1,4	0,7	2,8	2,5	3,9	1,7	3,3	3,1	3,1
TOTAL	38,6	53,4	64,0	44,0	32,0	40,8	37,7	45,0	75,8	77,4	100,5	75,2	144,9	119,3	84,3

Fonte: Orçamento de subsídios da União/Ministério da Fazenda.

Obs.: Subsídios financeiros ou explícitos são desembolsos efetivos realizados por meio de subvenções econômicas, assim como assunção de dívidas pela União, alocados no orçamento. Subsídios creditícios ou implícitos são gastos decorrentes de fundos e programas do Governo federal; em geral, não estão alocados no orçamento.

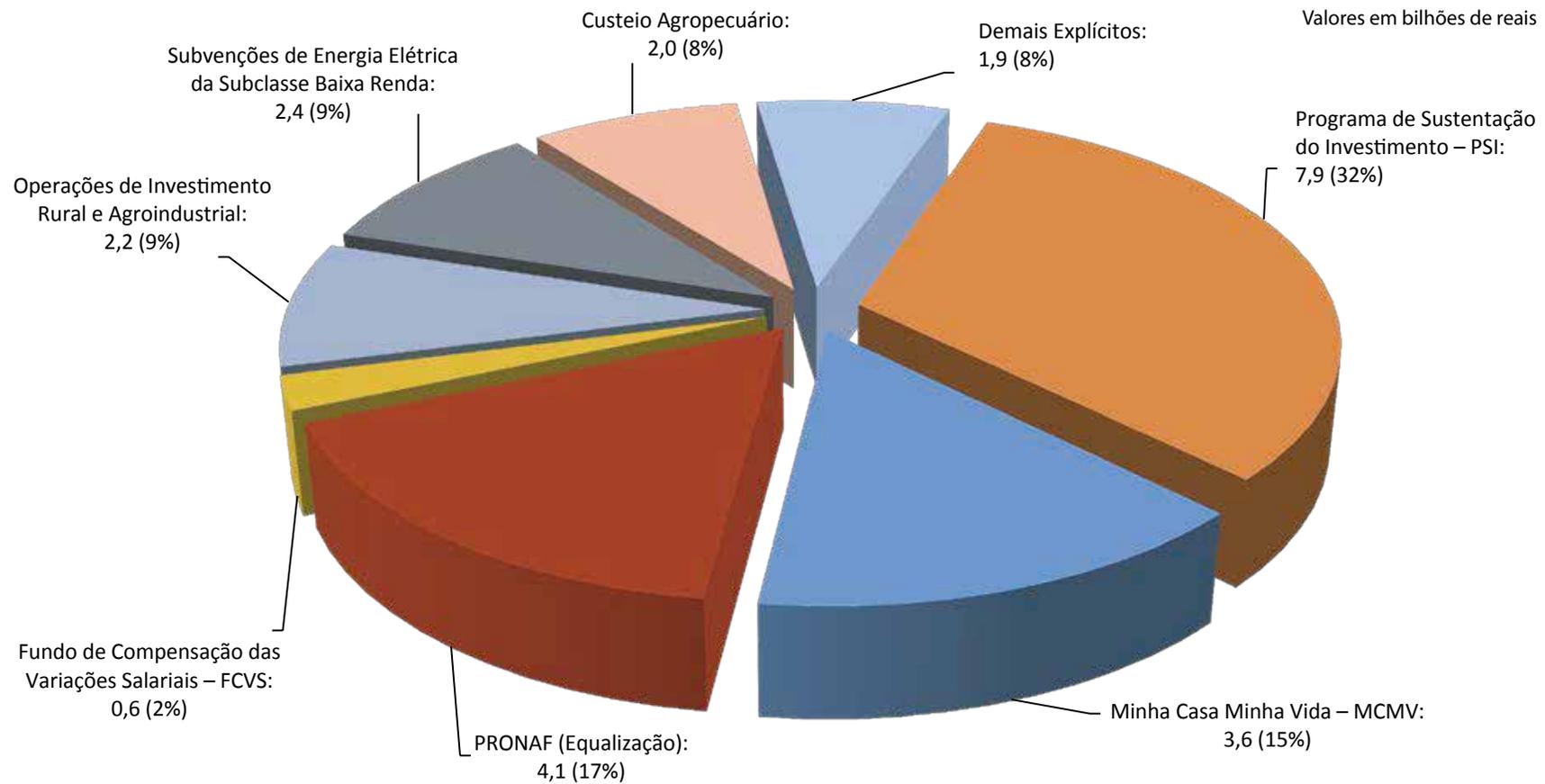
Gráfico 21 – Subsídios creditícios (2017)



Fonte: Orçamento de subsídios da União/Ministério da Fazenda.

Obs.: Subsídios creditícios ou implícitos são gastos decorrentes de fundos e programas do Governo federal; em geral, não estão alocados no orçamento.

Gráfico 22 – Subsídios financeiros (2017)



Fonte: Orçamento de subsídios da União/Ministério da Fazenda.

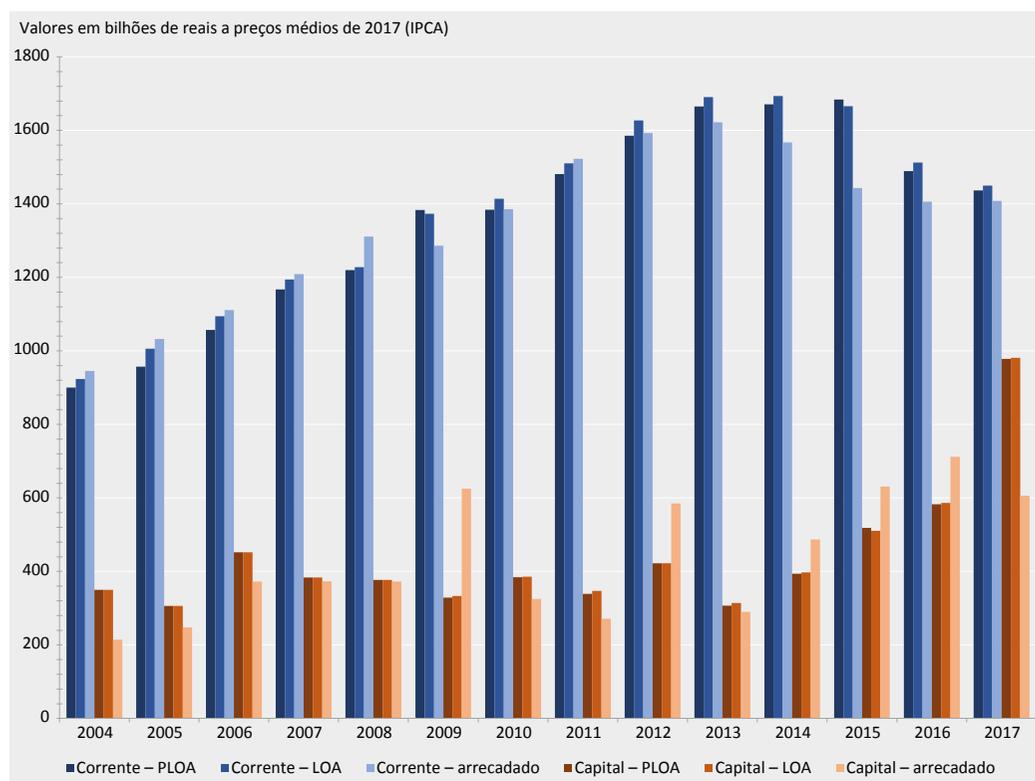
Obs.: Subsídios creditícios ou implícitos são gastos decorrentes de fundos e programas do Governo federal; em geral, não estão alocados no orçamento.

Receitas, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental. As receitas podem ser classificadas de acordo com várias perspectivas, sendo as mais importantes: categoria econômica (corrente e capital) e origem (originária, derivada, transferências e outras).

No caso das receitas correntes, tal classificação serve para identificar se elas são compulsórias (tributos e contribuições), provenientes das atividades em que o Estado atua diretamente na produção (agropecuárias, industriais ou de prestação de serviços), da exploração do seu próprio patrimônio (patrimoniais), de transferências destinadas ao atendimento de despesas correntes ou, ainda, de outros ingressos correntes. No caso das receitas de capital, distinguem-se as provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de amortização dos empréstimos, de transferências destinadas ao atendimento de despesas de capital ou, ainda, de outros ingressos de capital.

4 RECEITA (2004-2017)

Gráfico 23 – Receitas corrente e de capital: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2017)



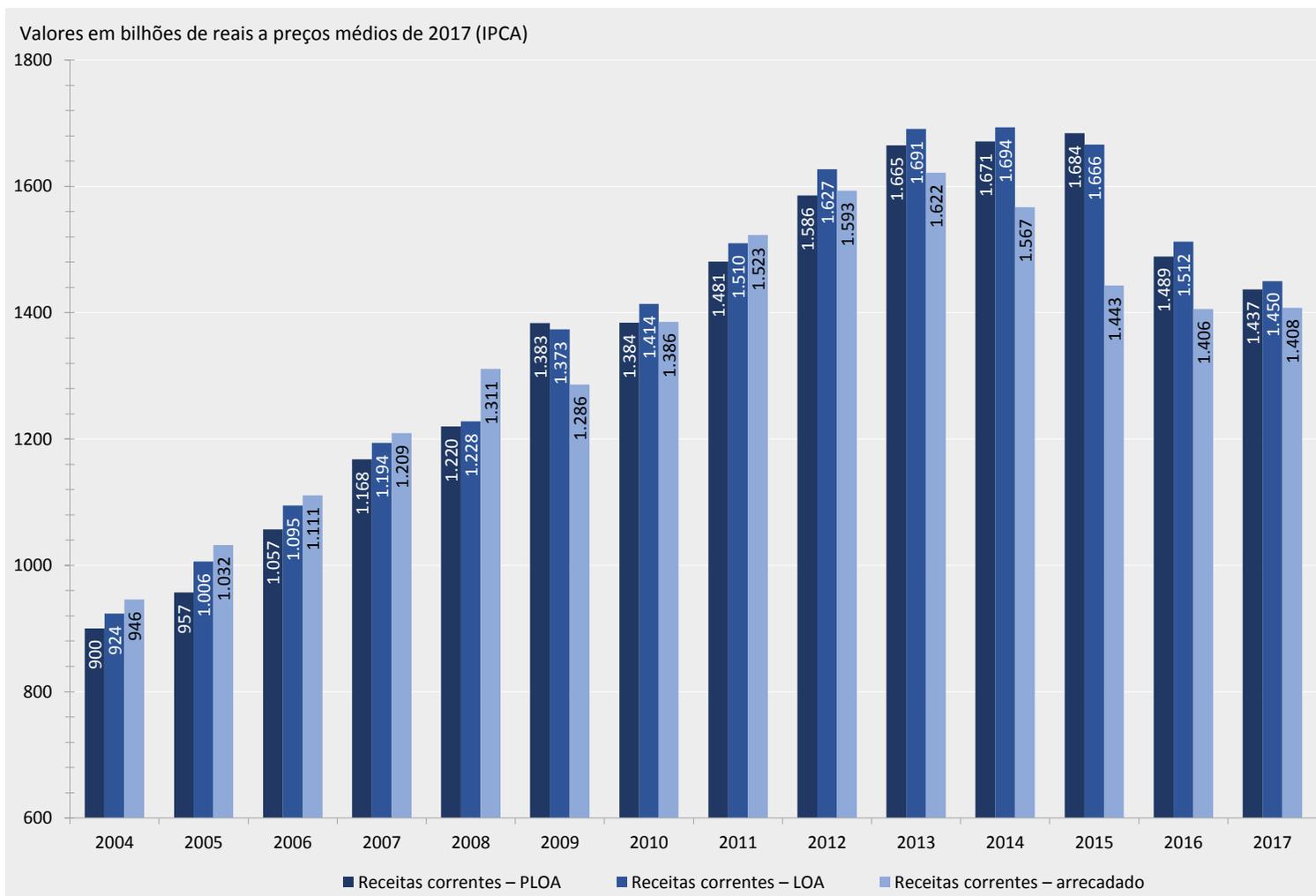
Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Exclusive receitas intraorçamentárias e refinanciamento da dívida.

Os gráficos 23, 24 e 25 permitem comparar os valores das receitas correntes e de capital da esfera federal previstas no projeto de lei orçamentária, com as alterações efetuadas pelo Congresso Nacional na lei aprovada e com os montantes efetivamente arrecadados em cada exercício. Observa-se que, até 2008, as projeções da receita corrente pelo Poder Legislativo vinham sendo superadas pelo montante efetivamente realizado. A partir de 2009, começam a evidenciar-se frustrações nos níveis da receita realizada (exceto em 2011). A forte queda real observada na arrecadação da receita corrente, em 2015, da ordem de 7,9% em relação aos números

de 2014, e de 11%, em relação a 2013, reflete um quadro recessivo sem precedentes, que contaminou as principais bases de incidência de tributos federais relativas ao faturamento e ao lucro do setor produtivo, bem como à folha de salários devida por empregados e empregadores. Esse cenário de queda das receitas se manteve em 2016, com queda real das receitas correntes de 2,6% ante 2015, mas em ritmo menos acentuado. Em 2017, as receitas correntes reverteram sua trajetória de queda e estabilizaram-se no patamar de 2016.

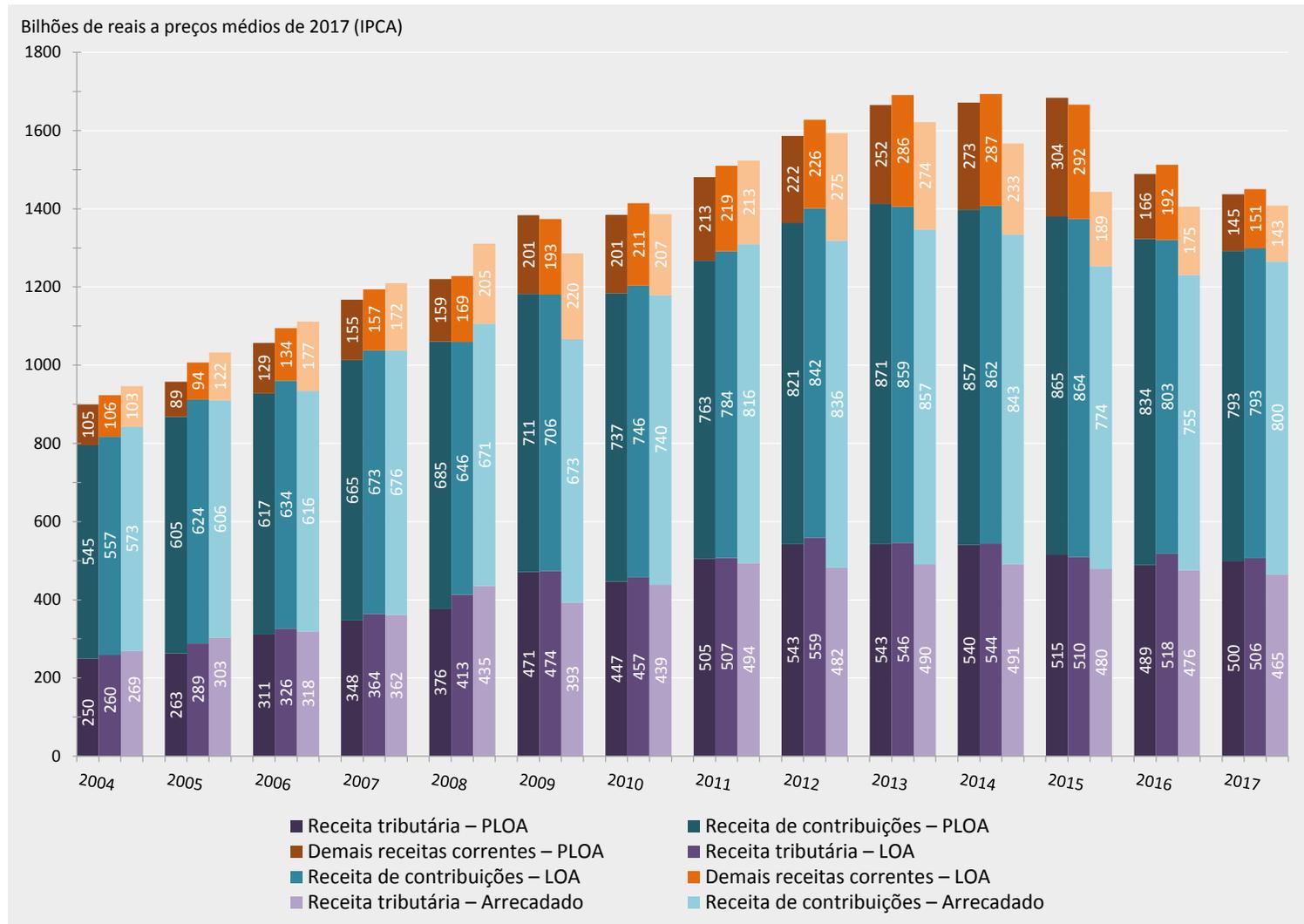
Gráfico 24 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Exclui receitas intraorçamentárias e refinanciamento da dívida. Em razão da crise fiscal dos últimos anos, as receitas correntes voltaram para o mesmo patamar de 2010.

Gráfico 25 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação
(dividida em tributária, contribuições e demais receitas correntes) (2004-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Exclui receitas intraorçamentárias e de capital.

Tabela 6 – Receita orçamentária arrecadada x prevista (2016-2017)

Valores em milhões de reais

Categoria econômica	Origem	2016			2017			Variação % (E)/(B)
		LOA (A)	Arrecadação acumulada (B)	Diferença (B) - (A)	LOA (D)	Arrecadação acumulada (E)	Diferença (E) - (D)	
Receitas correntes	Receitas de contribuições	776.230,2	729.914,7	-46.315,5	792.634,5	799.733,0	7.098,5	9,6%
	Receita tributária	500.334,9	459.761,7	-40.573,2	506.229,2	464.984,5	-41.244,8	1,1%
	Receita patrimonial	95.525,0	74.625,6	-20.899,4	83.282,1	99.907,6	16.625,4	33,9%
	Outras receitas correntes	37.083,2	42.844,9	5.761,7	27.706,1	37.226,7	9.520,7	-13,1%
	Receita de serviços	50.583,3	41.728,5	-8.854,8	37.168,9	38.325,1	1.156,2	-8,2%
	Receita industrial	964,3	1.042,4	78,1	1.735,1	881,0	-854,2	-15,5%
	Transferências correntes	1.352,3	1.162,2	-190,1	1.365,8	1.387,5	21,6	19,4%
	Receita agropecuária	28,9	21,8	-7,1	28,7	19,0	-9,7	-13,1%
	Receitas correntes a classificar	0,0	7.829,7	7.829,7	-	-34.592,7	-34.592,7	-541,8%
Subtotal	1.462.102,1	1.358.931,5	-103.170,6	1.450.150,5	1.407.871,6	-42.278,9	3,6%	
Receitas de capital	Operações de crédito	331.041,8	295.006,1	-36.035,7	622.711,1	428.793,4	-193.917,8	45,4%
	Outras receitas de capital	154.596,1	248.945,3	94.349,1	329.561,7	101.236,3	-228.325,4	-59,3%
	Amortização de empréstimos	49.940,2	143.101,3	93.161,1	20.726,4	75.258,6	54.532,2	-47,4%
	Alienação de bens	31.238,4	1.234,4	-30.004,0	8.074,3	739,2	-7.335,1	-40,1%
	Transferências de capital	238,4	66,3	-172,1	222,5	127,5	-95,0	92,4%
	Subtotal	567.054,8	688.353,3	121.298,5	981.296,0	606.154,9	-375.141,2	-11,9%
Total	2.029.156,9	2.047.284,8	18.127,9	2.431.446,5	2.014.026,5	-417.420,0	-1,6%	

Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Exclusive receitas intraorçamentárias e refinanciamento da dívida.

Tabela 7 – Arrecadação mensal por categoria econômica e origem (2017)

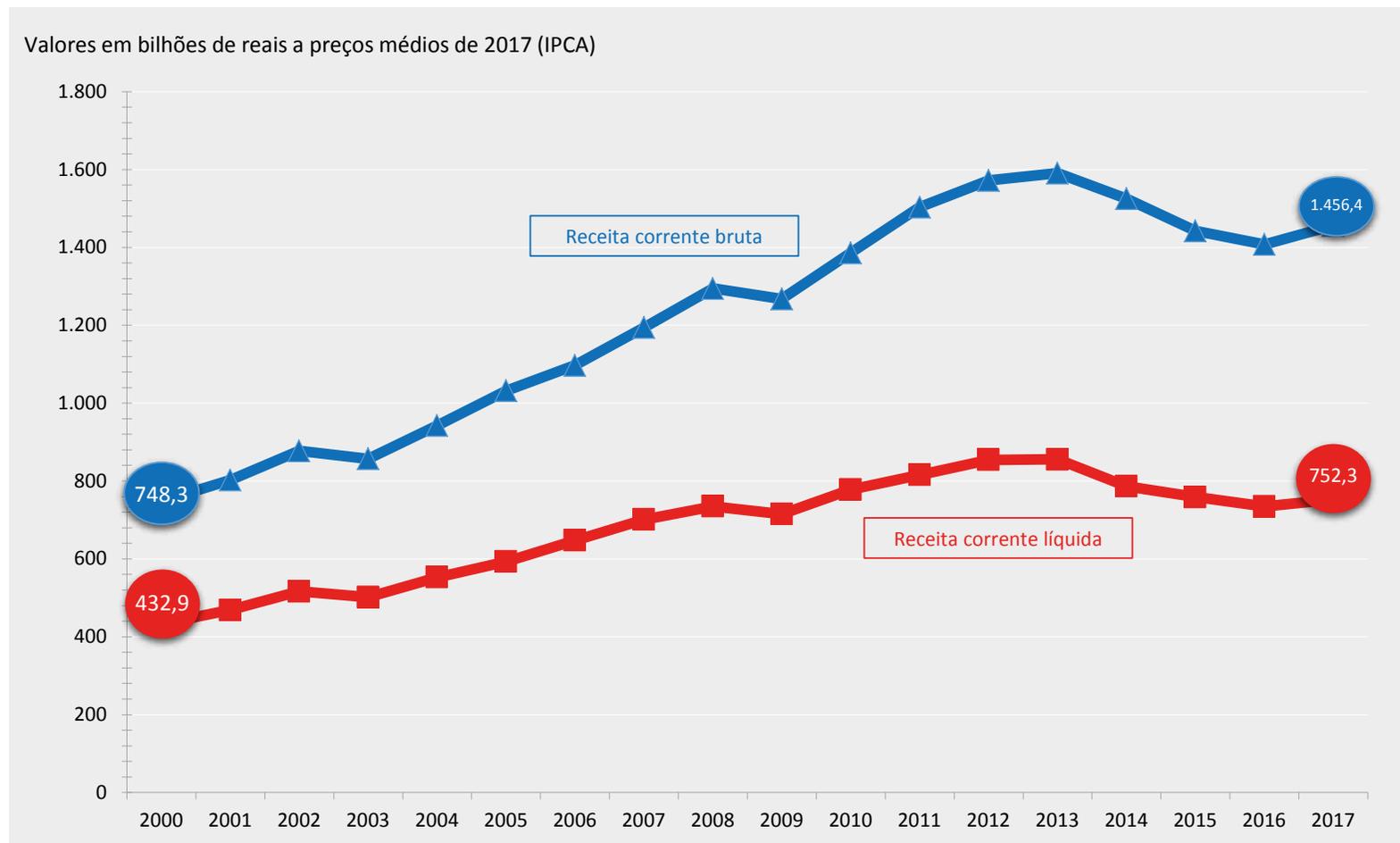
Valores em milhões de reais

Categoria econômica	Origem	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Receitas correntes	Receitas de contribuições	72.585,3	56.772,6	60.350,5	61.821,4	58.008,0	58.975,7	61.062,5	62.175,6	63.634,6	66.160,5	96.723,6	81.462,8	799.733,0
	Receita tributária	56.590,0	32.024,4	36.759,1	48.083,8	33.129,7	36.907,9	37.601,0	31.787,8	31.909,5	41.175,3	34.291,1	44.724,8	464.984,5
	Receita patrimonial	8.545,9	4.538,1	5.569,6	9.416,3	4.070,5	6.265,4	10.012,9	4.515,3	4.066,4	7.945,7	17.559,8	17.401,7	99.907,6
	Receita de serviços	7.682,9	1.596,0	2.355,8	3.309,1	2.634,4	2.588,3	7.751,6	1.940,4	1.879,7	2.319,6	2.089,8	2.177,6	38.325,1
	Demais receitas correntes	2.395,9	1.506,1	3.588,0	2.166,1	3.609,7	2.485,3	2.261,0	10.002,9	4.874,5	4.877,7	(22.356,3)	(10.489,4)	4.921,4
	Subtotal	147.800,0	96.437,2	108.623,0	124.796,6	101.452,2	107.222,6	118.689,0	110.422,1	106.364,7	122.478,7	128.308,1	135.277,5	1.407.871,6
Receitas de capital	Operações de crédito	119.163,5	49,9	34.388,6	1.011,3	2.544,3	71.655,9	58.002,9	44.484,6	8.006,4	12.501,1	43.456,3	33.528,7	428.793,4
	Amortização de empréstimos	2.347,2	2.515,0	2.621,2	1.781,5	2.514,7	1.750,1	1.916,1	1.963,9	34.389,7	19.695,9	2.102,4	1.660,7	75.258,6
	Alienação de bens	25,5	66,6	263,3	74,8	24,2	29,4	33,1	23,7	47,9	52,2	12,9	85,5	739,2
	Demais receitas de capital	7.570,2	7.231,5	14.706,0	7.890,1	6.528,0	6.943,3	5.613,8	6.350,0	18.360,8	6.301,0	6.554,2	7.314,8	101.363,8
	Subtotal	129.106,5	9.863,0	51.979,2	10.757,7	11.611,2	80.378,7	65.565,8	52.822,3	60.804,8	38.550,2	52.125,7	42.589,7	606.154,9
Total		76.906,5	106.300,2	160.602,2	135.554,2	113.063,4	187.601,3	184.254,8	63.244,4	167.169,5	161.028,9	180.433,8	177.867,2	2.014.026,5

Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Exclui receitas intraorçamentárias e refinanciamento da dívida.

Gráfico 26 – Evolução da receita corrente líquida x bruta (2000-2017)



Fonte: STN.

O art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), define a Receita Corrente Líquida (RCL) como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas também correntes, deduzidos os

valores transferidos pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, por determinação constitucional ou legal, e as contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, nos termos mencionados na alínea *a* do inciso I e no inciso II do art. 195 e no art. 239 da Constituição.

Tabela 8 – Receita corrente líquida x bruta – em percentual do PIB (2000-2017)

Valores em bilhões de reais

Ano	Receita corrente bruta nominal (RCB)	Receita corrente líquida nominal (RCL)	Valor do PIB corrente	RCB em % do PIB	RCL em % do PIB
2000	252,5	146,1	1.199,1	21,1%	12,2%
2001	289,4	168,9	1.315,8	22,0%	12,8%
2002	343,1	201,9	1.488,8	23,0%	13,6%
2003	384,4	224,9	1.718,0	22,4%	13,1%
2004	450,6	264,4	1.957,8	23,0%	13,5%
2005	527,3	303,0	2.170,6	24,3%	14,0%
2006	584,1	344,7	2.409,4	24,2%	14,3%
2007	658,9	386,7	2.720,3	24,2%	14,2%
2008	754,7	428,6	3.109,8	24,3%	13,8%
2009	775,4	437,2	3.333,0	23,3%	13,1%
2010	890,1	499,9	3.885,8	22,9%	12,9%
2011	1.029,6	558,7	4.376,4	23,5%	12,8%
2012	1.134,7	616,9	4.814,8	23,6%	12,8%
2013	1.219,6	656,1	5.331,6	22,9%	12,3%
2014	1.243,3	641,6	5.779,0	21,5%	11,1%
2015	1.282,5	674,5	5.995,8	21,4%	11,2%
2016	1.360,5	709,9	6.259,2	21,7%	11,3%
2017	1.407,9	727,3	6.559,9	21,5%	11,1%

Fonte: STN.

A Lei Orçamentária Anual estima a receita e fixa a despesa da União em cada exercício financeiro. Esse diploma legal compreende os orçamentos das esferas fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais (art. 165, § 5º, da CF).

5 Execução orçamentária anual POR ESFERA (2001-2018)

Tabela 9 – Programação orçamentária x pagamentos (2001-2018)

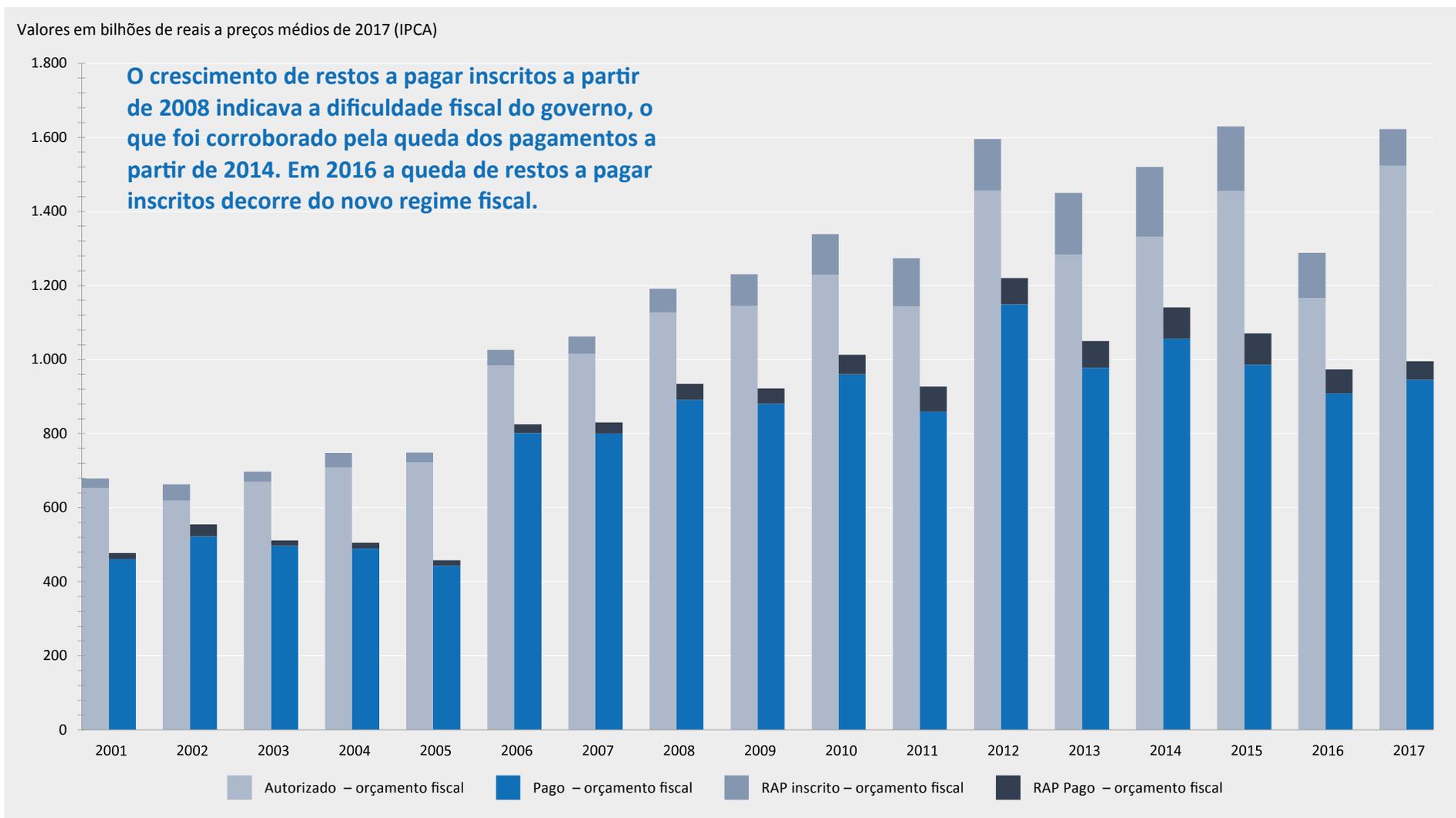
Valores em bilhões de reais a preços médios de 2016 (IPCA)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	LOA 2018
LOA – Dotação autorizada (F + S + I + R + T)	2.798,2	1.960,2	2.588,3	3.298,3	3.389,2	3.487,9	3.152,9	3.029,9	3.077,2	3.476,6	3.522,6	3.691,3	3.784,6	3.862,0	3.849,0	3.417,2	3.799,0	3.575,2
Dotação autorizada + RAP inscrito																		
Orçamento fiscal (F)	678,3	663,8	697,4	747,8	749,2	1.026,3	1.062,7	1.191,3	1.230,5	1.338,4	1.273,4	1.595,3	1.450,0	1.520,6	1.629,3	1.287,8	1.622,4	1.094,2
Orçamento da seguridade (S)	435,2	468,3	481,5	522,6	551,7	614,2	645,5	673,5	766,7	802,5	835,1	899,7	939,8	974,6	971,8	988,2	1.003,6	1.005,1
Orçamento de investimento das estatais (I)	43,7	56,2	57,7	64,4	70,1	76,8	96,6	115,5	134,3	159,0	151,6	146,2	160,7	136,4	114,7	78,8	85,4	68,8
Refinanciamento da dívida (R)	1.501,4	617,1	1.202,4	1.807,1	1.830,5	1.567,7	1.130,0	796,7	674,5	916,8	990,5	760,6	938,3	917,7	841,0	793,4	838,0	1.157,2
Transferências a estados, DF e municípios* (T)	139,5	154,8	149,3	156,3	187,8	202,9	218,2	253,0	271,1	259,9	272,1	289,5	295,8	312,8	292,3	268,9	249,6	249,9
Orçamento líquido autorizado (F + S + I)	1.157,3	1.188,3	1.236,6	1.334,8	1.370,9	1.717,3	1.804,8	1.980,2	2.131,6	2.299,9	2.260,1	2.641,2	2.550,5	2.631,5	2.715,8	2.354,9	2.711,4	2.168,1
Pago + RAP pago																		
Orçamento fiscal (F)	478,1	554,8	511,3	505,7	458,5	825,6	829,8	934,0	921,9	1.013,1	927,4	1.220,2	1.049,8	1.140,7	1.071,0	966,2	987,8	-
Orçamento da seguridade (S)	413,9	446,3	446,4	481,3	513,8	565,6	604,5	602,6	687,7	742,7	772,1	821,2	862,6	897,9	886,8	919,7	942,9	-
Orçamento de investimento das estatais (I)	36,0	48,3	48,5	51,8	55,0	61,7	72,1	91,7	116,3	130,7	120,4	135,7	148,0	117,1	90,3	58,4	50,4	-
Refinanciamento da dívida (R)	613,0	603,0	844,9	762,0	978,2	707,9	679,3	476,4	434,4	581,3	699,8	414,1	598,6	756,5	643,3	676,4	467,0	-
Transferências a estados, DF e municípios* (T)	133,7	150,0	142,0	149,7	171,6	182,5	199,0	233,8	212,0	222,8	250,0	249,9	250,3	258,3	239,5	247,1	234,5	-
Orçamento líquido pago (F + S + I)	928,0	1.049,4	1.006,3	1.038,8	1.027,3	1.452,9	1.506,4	1.628,3	1.725,9	1.886,5	1.819,9	2.177,0	2.060,4	2.155,7	2.048,1	1.944,2	1.981,1	-

Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

* Transferências a estados, DF e municípios correspondem às despesas do órgão orçamentário "73000".

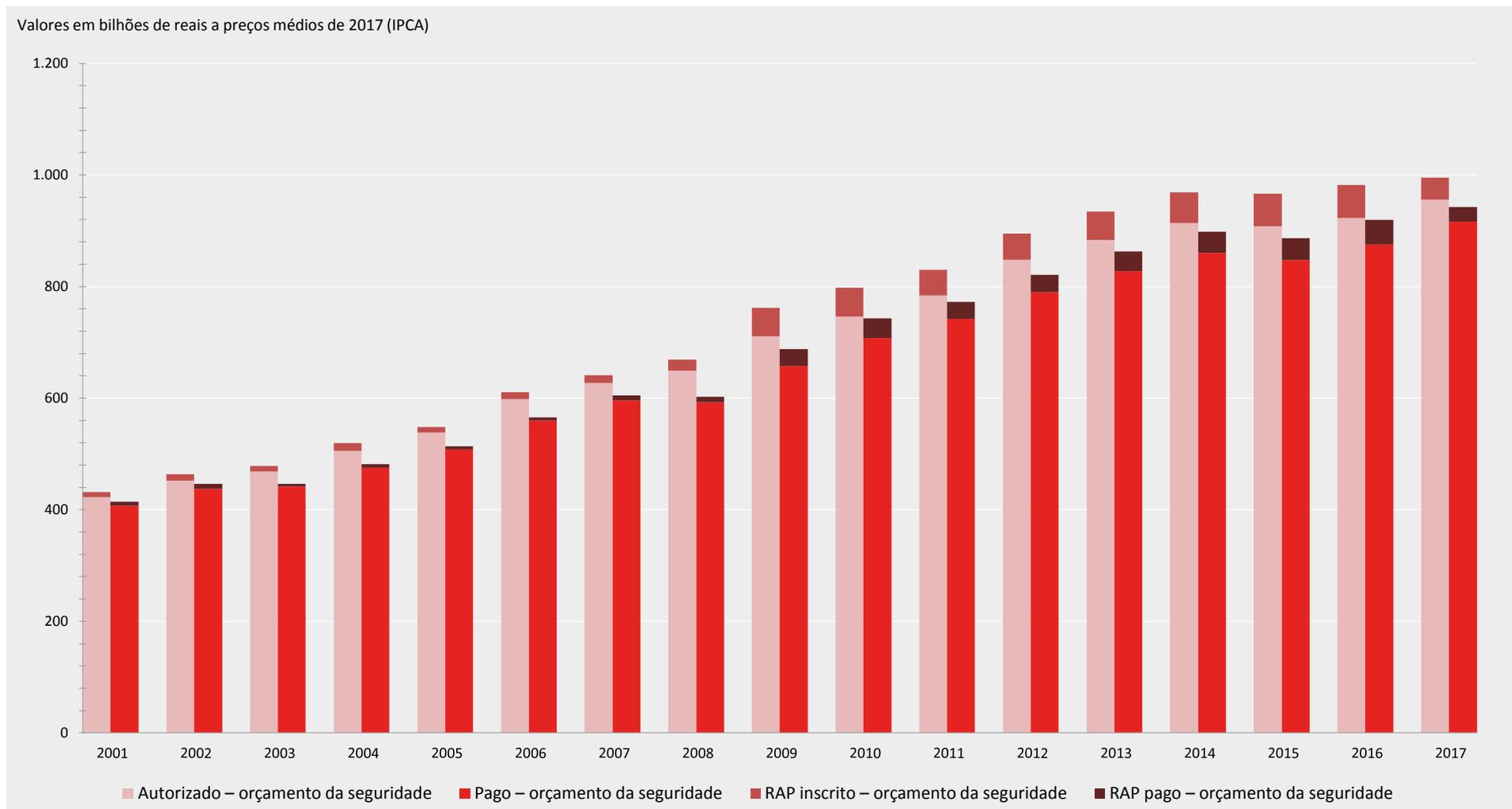
Gráfico 27 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2017) – Orçamento fiscal



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Orçamento fiscal excluídos o refinanciamento da dívida, fonte 143, e as transferências a estados, DF e municípios correspondentes às despesas do órgão orçamentário "73000".

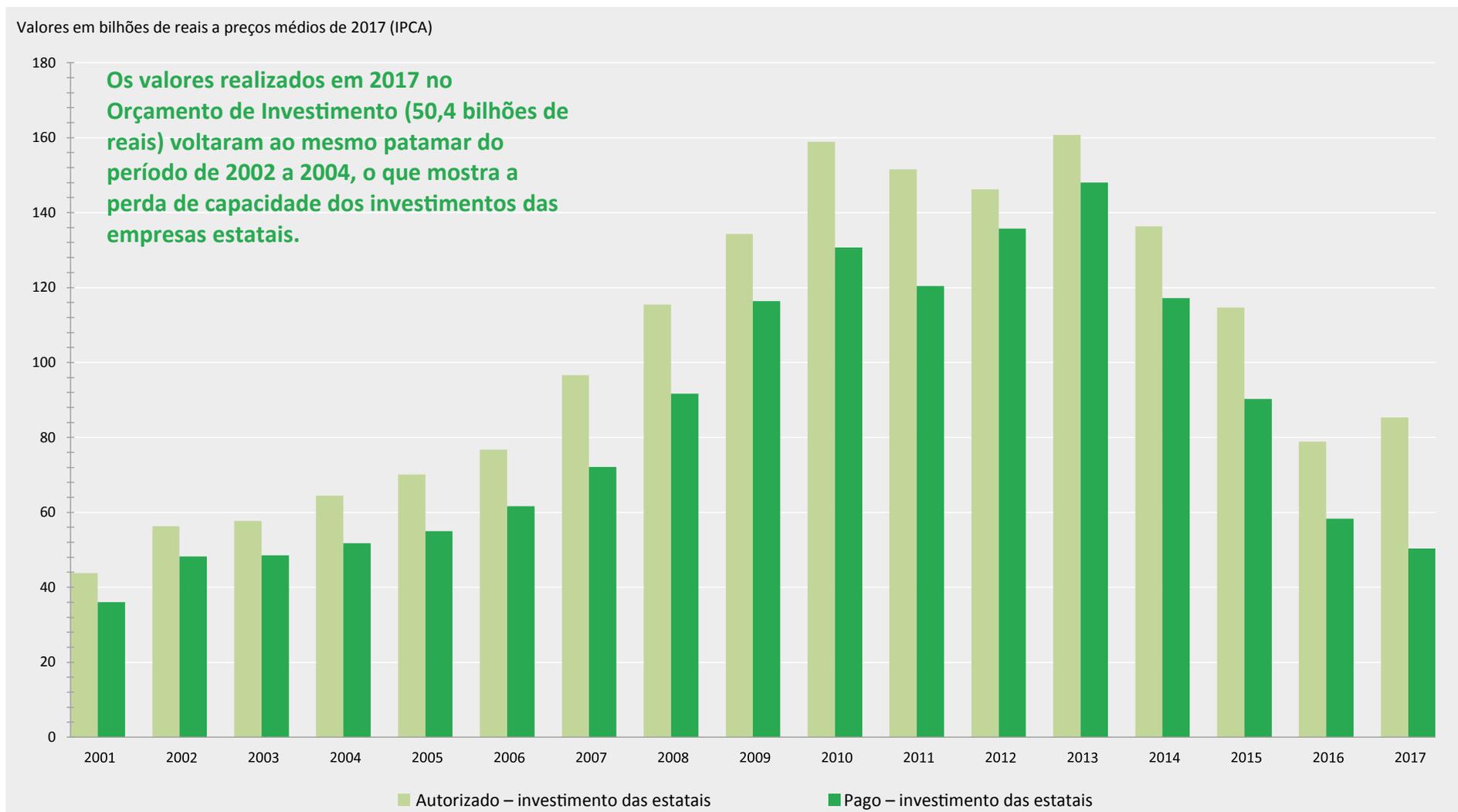
Gráfico 28 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2017) – Orçamento da seguridade social



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Orçamento da seguridade social excluídos o refinanciamento da dívida, fonte 143, e as transferências a estados, DF e municípios correspondentes às despesas do órgão orçamentário "73000".

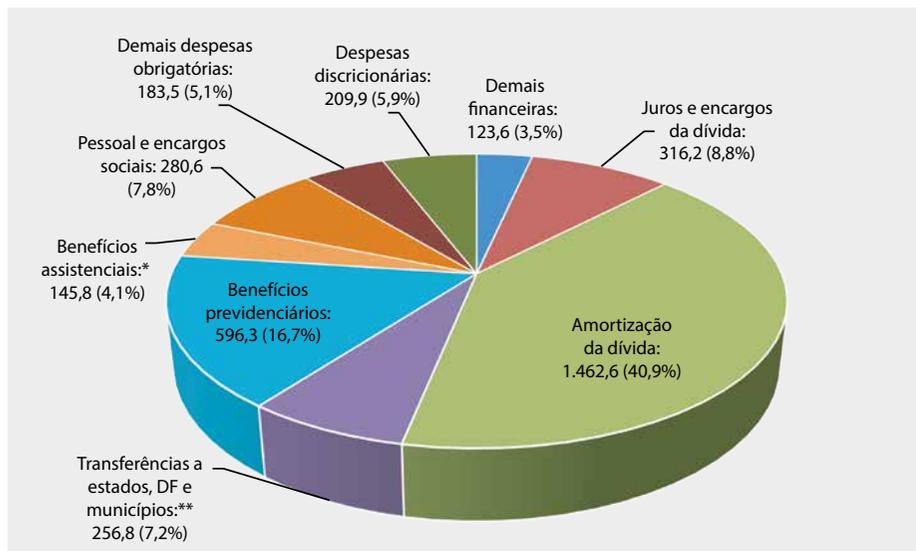
Gráfico 29 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2017) – Orçamento de investimento



Fonte: Siop/Sest.

Gráfico 30 – Autógrafo da LOA 2018 – despesas primárias e financeiras

Valores em bilhões de reais



Fonte: Prodasen/Siafi.

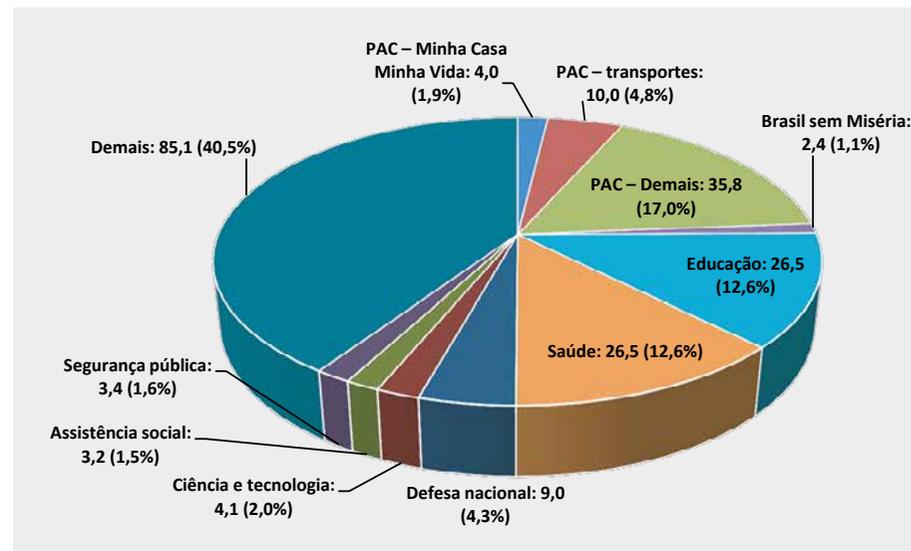
Obs.: Orçamentos fiscal, seguridade social e investimentos das estatais.

* Benefícios assistenciais incluem as ações: 8442 – Transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza (bolsa família); 00H5 – Benefícios de prestação continuada (BPC) e da renda mensal vitalícia (RMV) à pessoa idosa; 00IN – Benefícios de prestação continuada (BPC) à pessoa com deficiência e da renda mensal vitalícia (RMV) à pessoa com invalidez; 00H4 – Pagamento de seguro desemprego; 0581 – Abono salarial.

** Transferências a estados, DF e municípios correspondem ao montante obrigatório do código "73000" da classificação de órgão orçamentário.

Gráfico 31 – Autógrafo da LOA 2018 – despesas discricionárias

Valores em bilhões de reais



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais.

*Exclusive o montante obrigatório do programa Brasil sem Miséria.

Tabela 10 – Execução orçamentária anual por esfera (2016-2018)

Valores em bilhões de reais

Esfera	2016							2017							2018	
	PL	LOA	Autorizado	Empenhado	Pago	RP inscrito	RP pago	PL	LOA	Autorizado	Empenhado	Pago	RP inscrito	RP pago	PL	LOA
Orçamento fiscal	942,5	961,4	1.127,9	930,4	878,9	117,0	55,1	1.278,1	1.280,4	1.523,5	999,7	946,3	98,9	41,5	1.090,6	1.094,2
Orçamento da seguridade social	836,2	860,6	892,3	869,0	840,1	57,2	43,3	930,7	941,3	955,7	945,2	908,0	39,6	41,5	996,5	997,6
Orçamento de investimento	96,9	96,9	76,0	-	56,4	-	-	89,8	90,0	85,4	-	50,4	-	-	68,8	68,8
Total	1.875,6	1.918,8	2.096,3	1.799,4	1.775,5	174,2	98,4	2.298,6	2.311,8	2.564,6	1.944,9	1.904,7	138,5	83,0	2.155,8	2.160,7

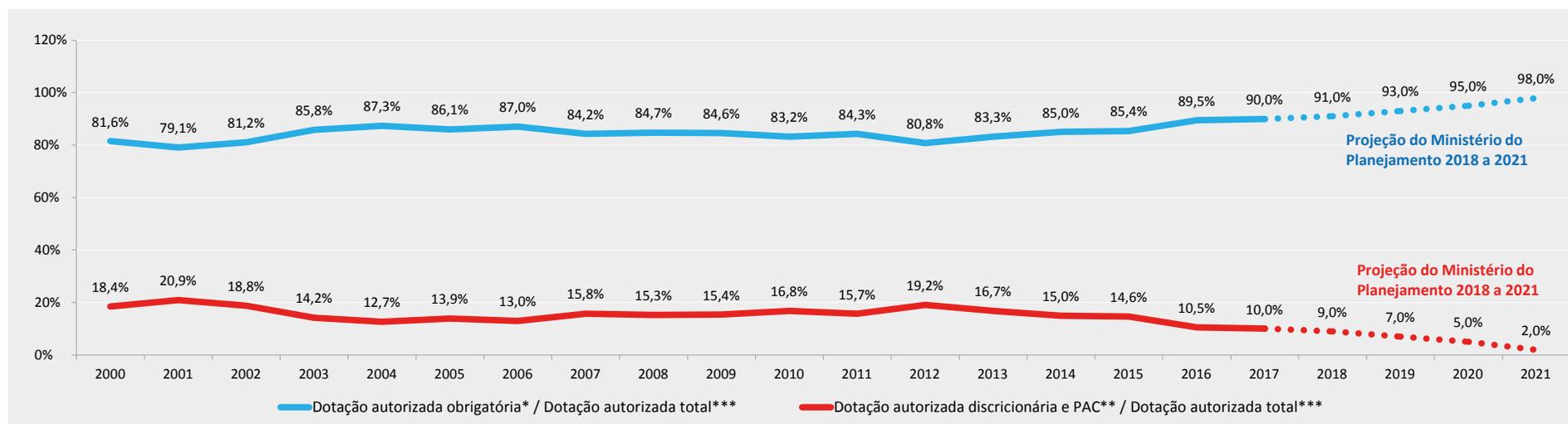
Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Orçamento fiscal excluídos o refinanciamento da dívida, fonte 143, e as transferências a estados, DF e municípios correspondentes às despesas do órgão orçamentário "73000"

A classificação orçamentária da despesa é feita com base na categoria econômica e no seu elemento. O grupo de natureza de despesa agrega elementos com as mesmas características quanto ao objeto do gasto: pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida; outras despesas correntes; investimentos; inversões financeiras e amortização da dívida.

Classificação da despesa orçamentária POR NATUREZA (2000-2017)

Gráfico 32 – Dotação autorizada de despesas primárias: obrigatórias x discricionárias (2000-2021)



Fonte: Prodasen/Siafi/Siop e apresentação do Ministério do Planejamento referente ao PLDO 2019 (para os anos de 2018 a 2021).

Orçamentos fiscal e da seguridade social.

* Filtro: RP 1.

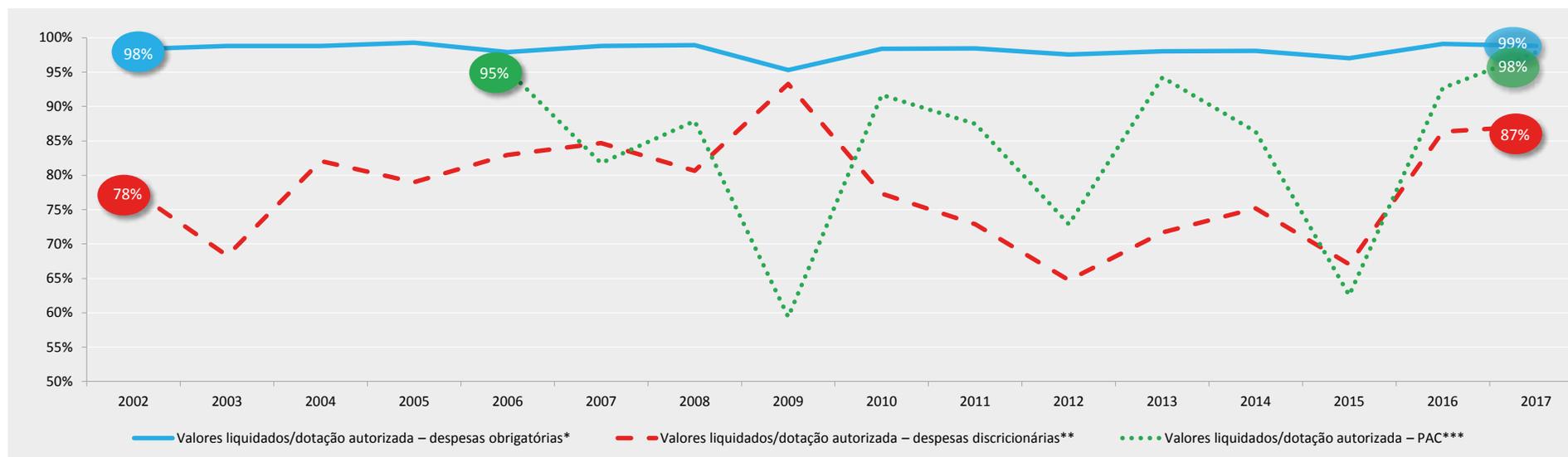
** Filtro: RP 2, 3, 6 e 7.

***Dotação autorizada total não inclui RP 0 – despesas financeiras, a fim de se analisarem apenas despesas primárias.

O gráfico 32 mostra que atualmente o percentual de despesas obrigatórias representa 90% das despesas primárias do governo federal, e estudo da Conof mostra que, até 2021, esse percentual chegará a 98% do total. Essa projeção demonstra

que o nível da rigidez orçamentária dos gastos públicos inviabiliza o crescimento dos investimentos públicos e o alcance de taxas maiores de crescimento do PIB.

Gráfico 33 – Percentual liquidado x autorizado – despesas primárias (2002-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

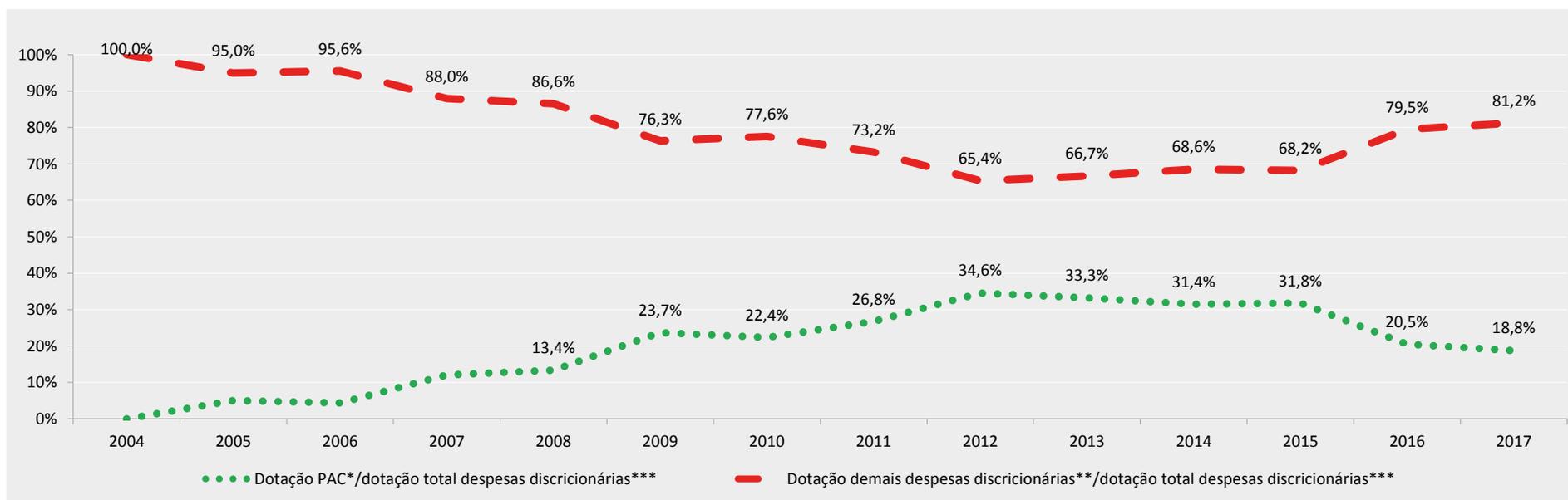
Obs.: Orçamentos fiscal e da seguridade social.

* Filtro: RP 1.

** Filtro: RP 2, 6 e 7.

*** Filtro: RP 3.

Gráfico 34 – Proporção da dotação do PAC em relação às despesas discricionárias (2004-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

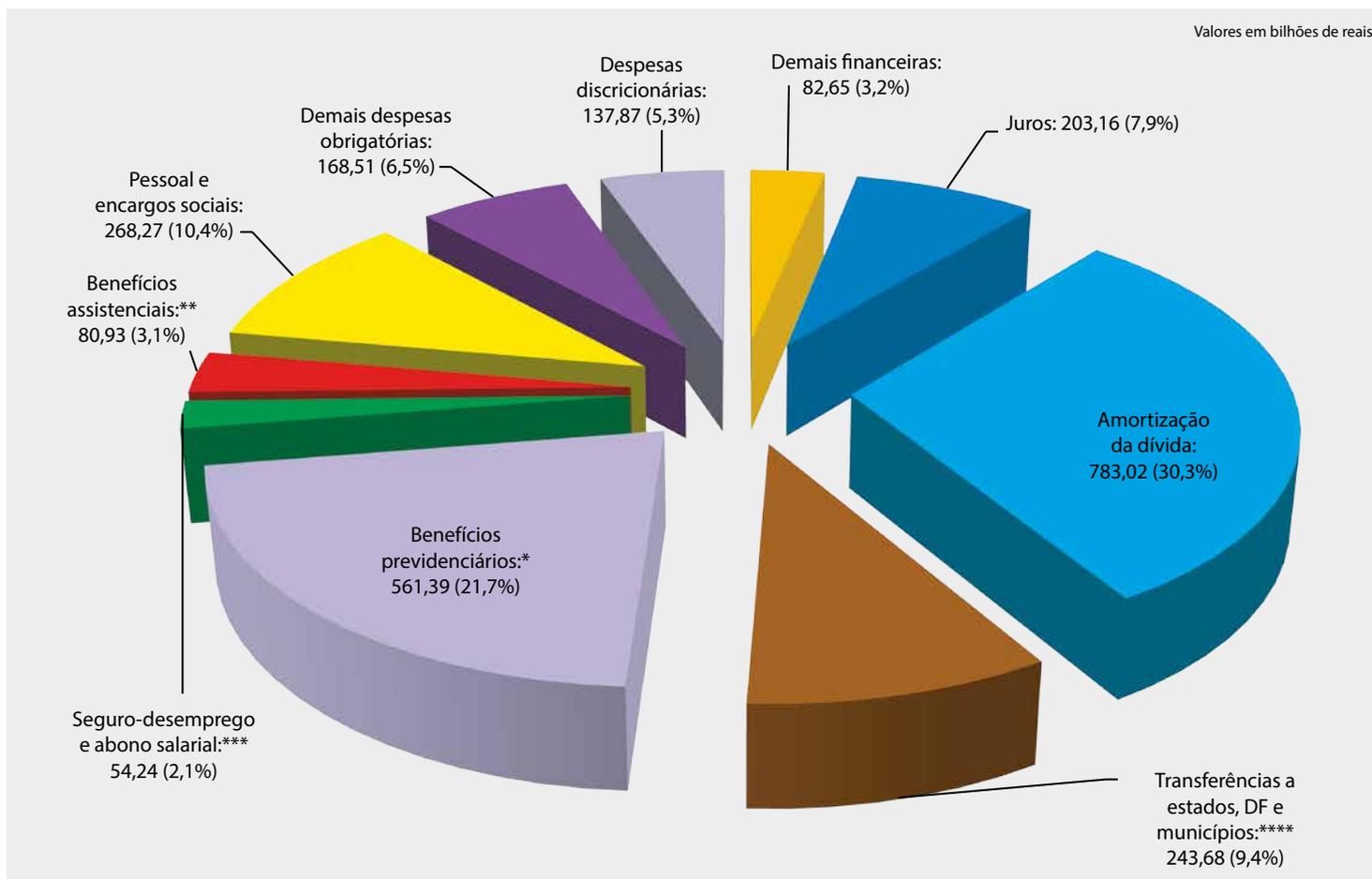
Obs.: Orçamentos fiscal e da seguridade social.

* Filtro: RP 3.

** Filtro: RP 2, 6 e 7.

***Dotação total discricionária não inclui RP 0 – despesas financeiras, nem RP 1 – despesas obrigatórias.

Gráfico 35 – Execução das despesas financeiras e primárias (2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Orçamentos fiscal e da seguridade social.

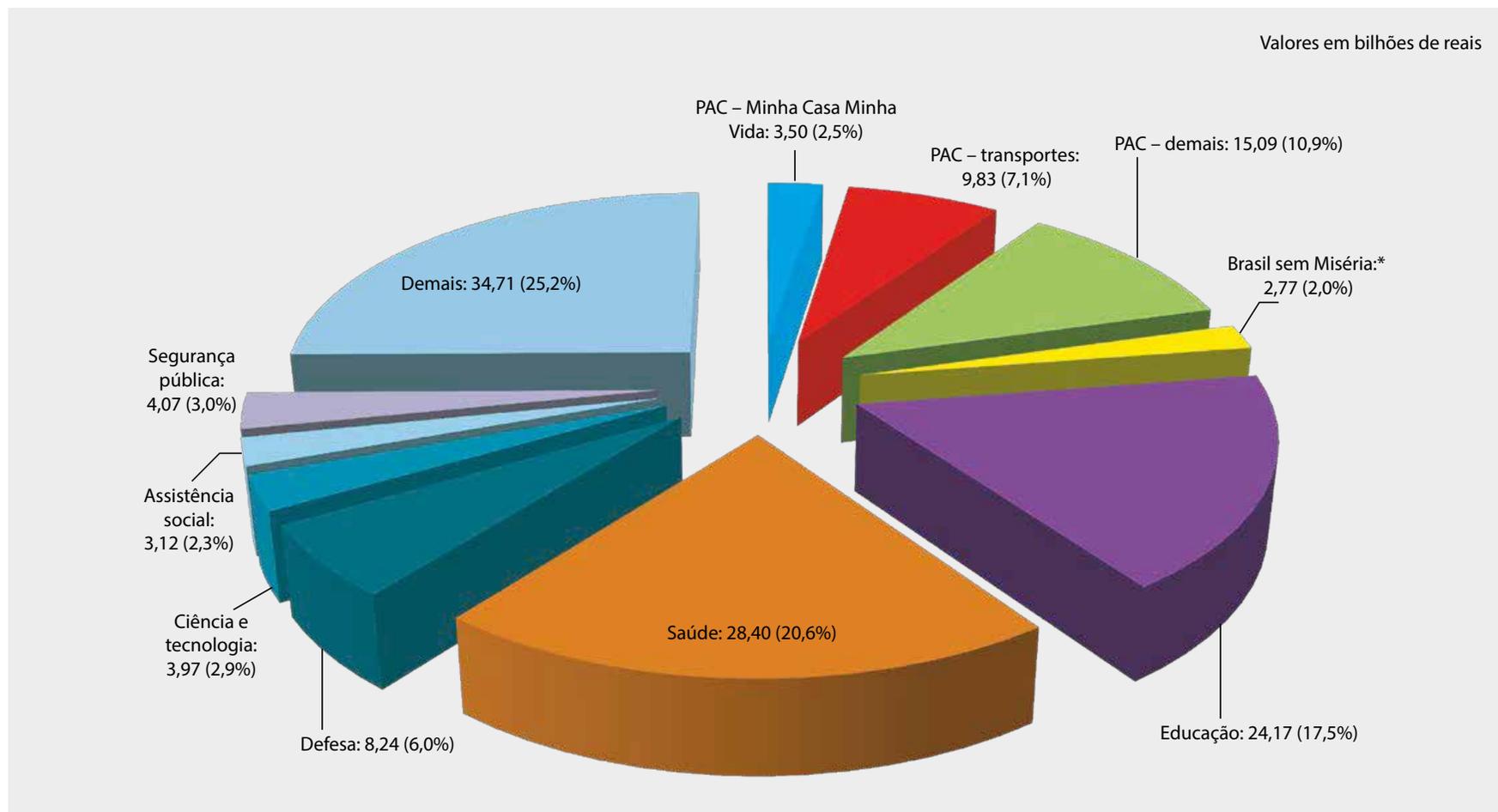
* UO 55902 – Fundo do regime geral de previdência social.

** Benefícios assistenciais incluem as ações: 8442 – Transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza (bolsa família); 00H5 – Benefícios de prestação continuada (BPC) e da renda mensal vitalícia (RMV) à pessoa idosa; 00IN – Benefícios de prestação continuada (BPC) à pessoa com deficiência e da renda mensal vitalícia (RMV) à pessoa com invalidez.

*** 00H4 – Pagamento de seguro desemprego; 0581 – Abono salarial.

**** Transferências a estados, DF e municípios correspondem ao montante obrigatório do código "73000" da classificação de órgão orçamentário.

Gráfico 36 – Execução das despesas discricionárias (2017)

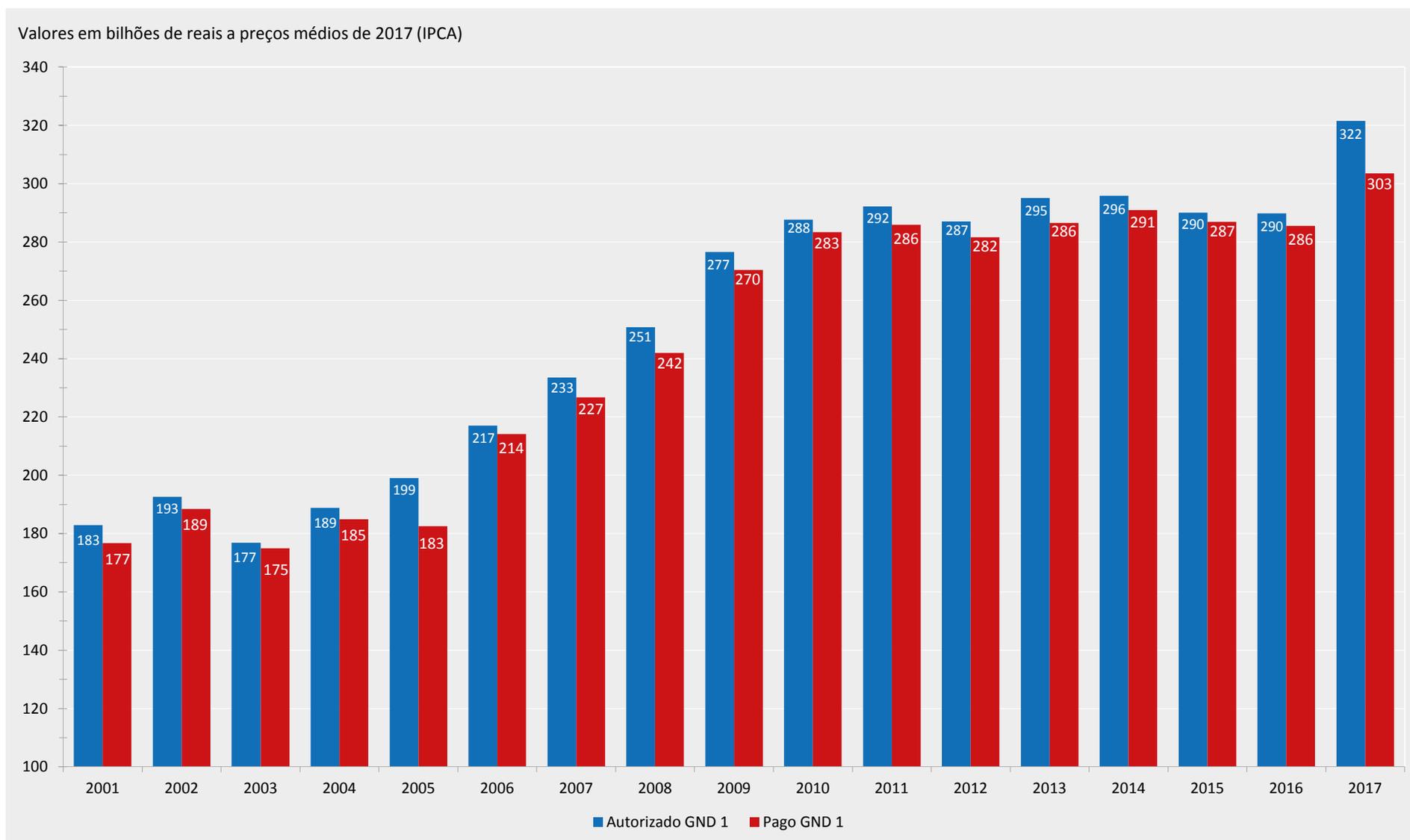


Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Orçamentos fiscal e da seguridade social.

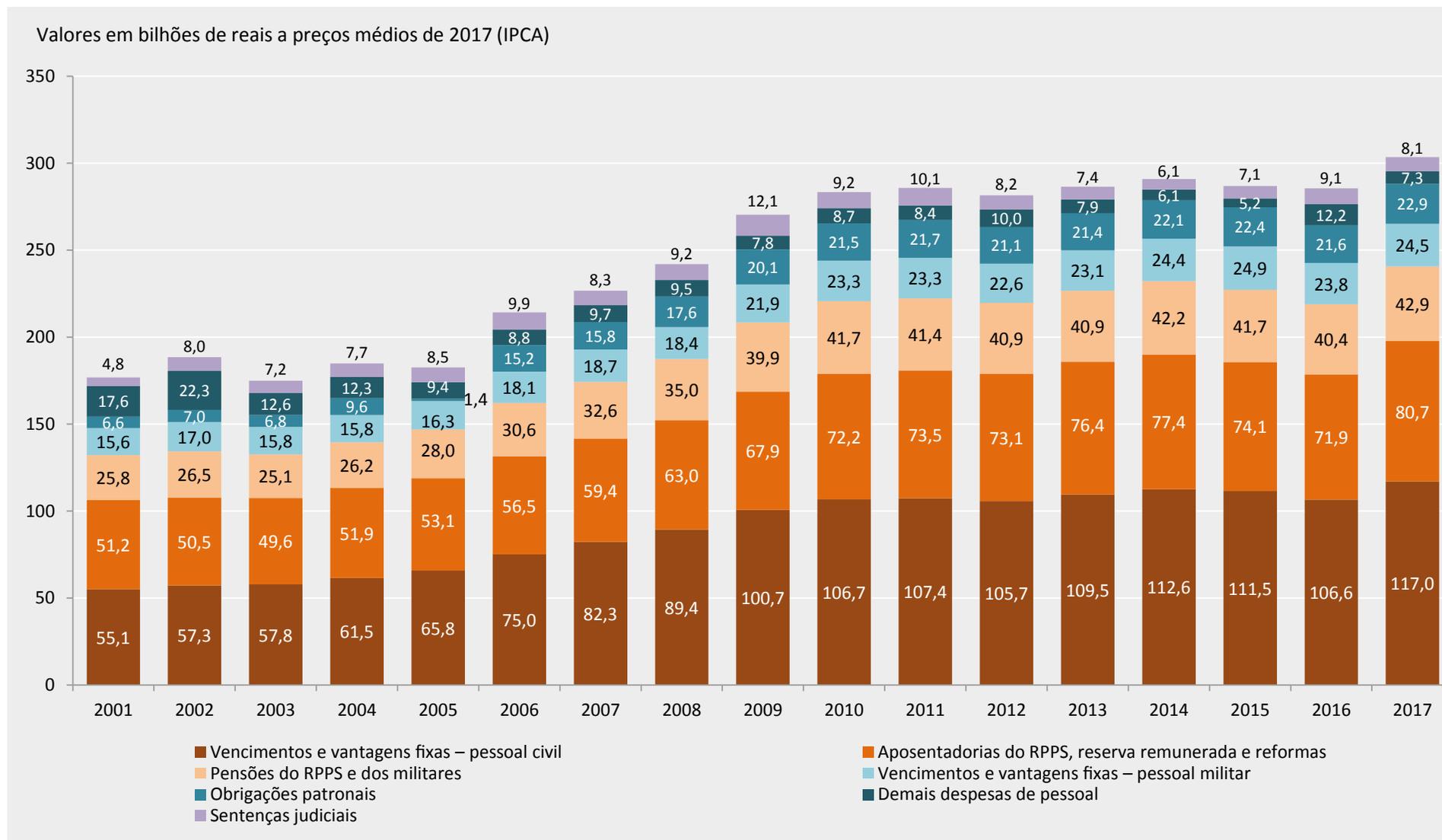
* Exclui o montante de despesa obrigatória classificada como Brasil sem Miséria.

Gráfico 37 – Despesas com pessoal e encargos sociais: autorizado x pago – GND 1 (2001-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 38 – Despesa executada com pessoal por elemento de despesa (2001-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Filtro: GND 1.

Tabela 11 – Evolução das despesas com pessoal x RCL (2014-2018)

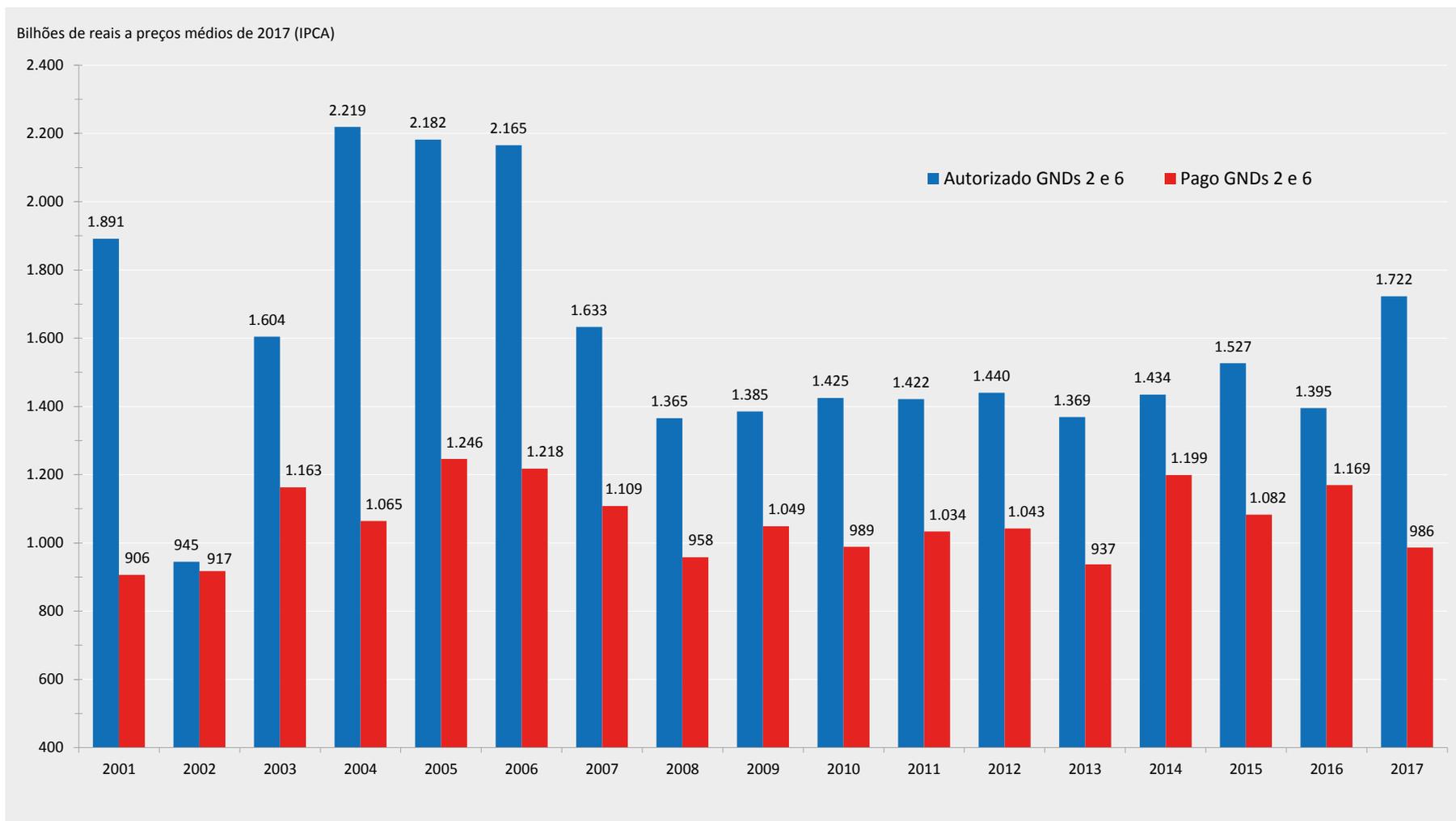
Valores em milhões de reais

Poder	Limite LRF	Pago 2014	% RCL	Pago 2015	% RCL	Pago 2016	% RCL	Pago 2017	% RCL	PL 2018	% RCL
Poder Executivo	37,90%	188.166,9	28,68%	205.894,4	32,09%	221.076,5	32,78%	239.133,9	33,68%	258.228,5	35,51%
Poder Legislativo	2,50%	8.352,2	1,27%	9.063,5	1,41%	9.273,5	1,37%	9.773,0	1,38%	10.488,1	1,44%
Poder Judiciário	6,00%	25.124,1	3,83%	27.551,3	4,29%	29.578,7	4,39%	31.934,1	4,50%	34.329,7	4,72%
Ministério Público e CNMP	0,60%	3.218,9	0,49%	3.633,0	0,57%	3.942,3	0,58%	4.388,9	0,62%	4.649,7	0,64%
Demais (incisos XIII e XIV do art. 21 da CF e art. 31 da EC nº 19/1998)	3,00%	14.583,9	2,22%	8.106,5	1,26%	13.479,5	2,00%	14.414,5	2,03%	15.083,2	2,07%
Total	50,00%	239.446,1	36,50%	257.132,8	40,08%	277.350,4	41,12%	304.682,9	42,92%	322.779,3	44,38%
Receita corrente líquida (RCL)		641.578,2		674.522,7		709.929,6		727.254,3		784.155,8	

Fonte: Prodasen/Siafi.

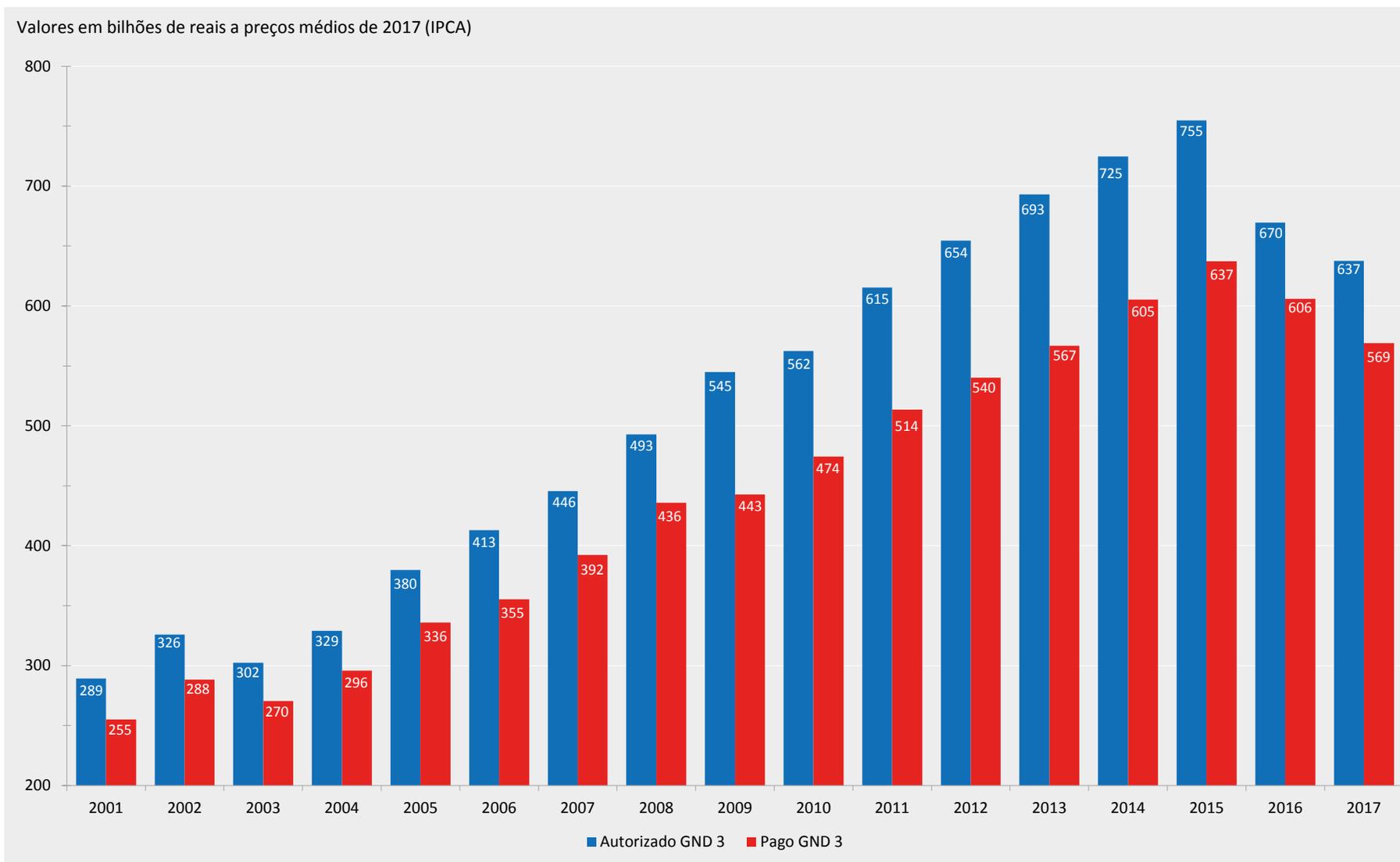
Obs.: Arts.19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF): GND 1 – Pessoal e encargos sociais + outras despesas de pessoal (terceirização), conforme § 1º do art. 18 da LRF. Apurado, porém com valores segundo regime de caixa (e não de competência, conforme § 2º do art. 18 da LRF).

Gráfico 39 – Despesas com juros e amortização: autorizado x pago – GNDs 2 e 6 (2001-2017)



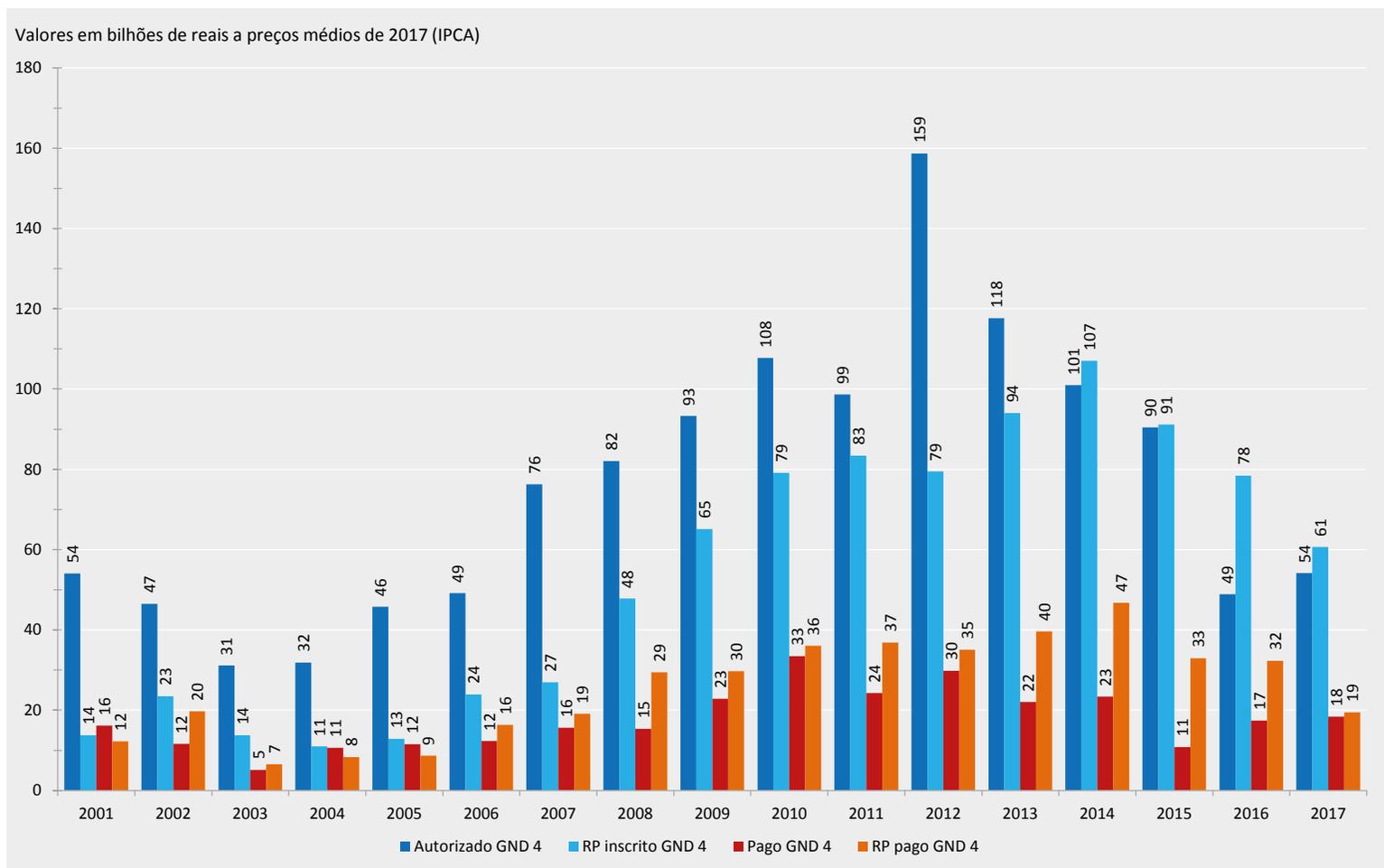
Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 40 – Outras despesas correntes: autorizado x pago – GND 3 (2001-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 41 – Execução dos investimentos – GND 4 (2001-2017)



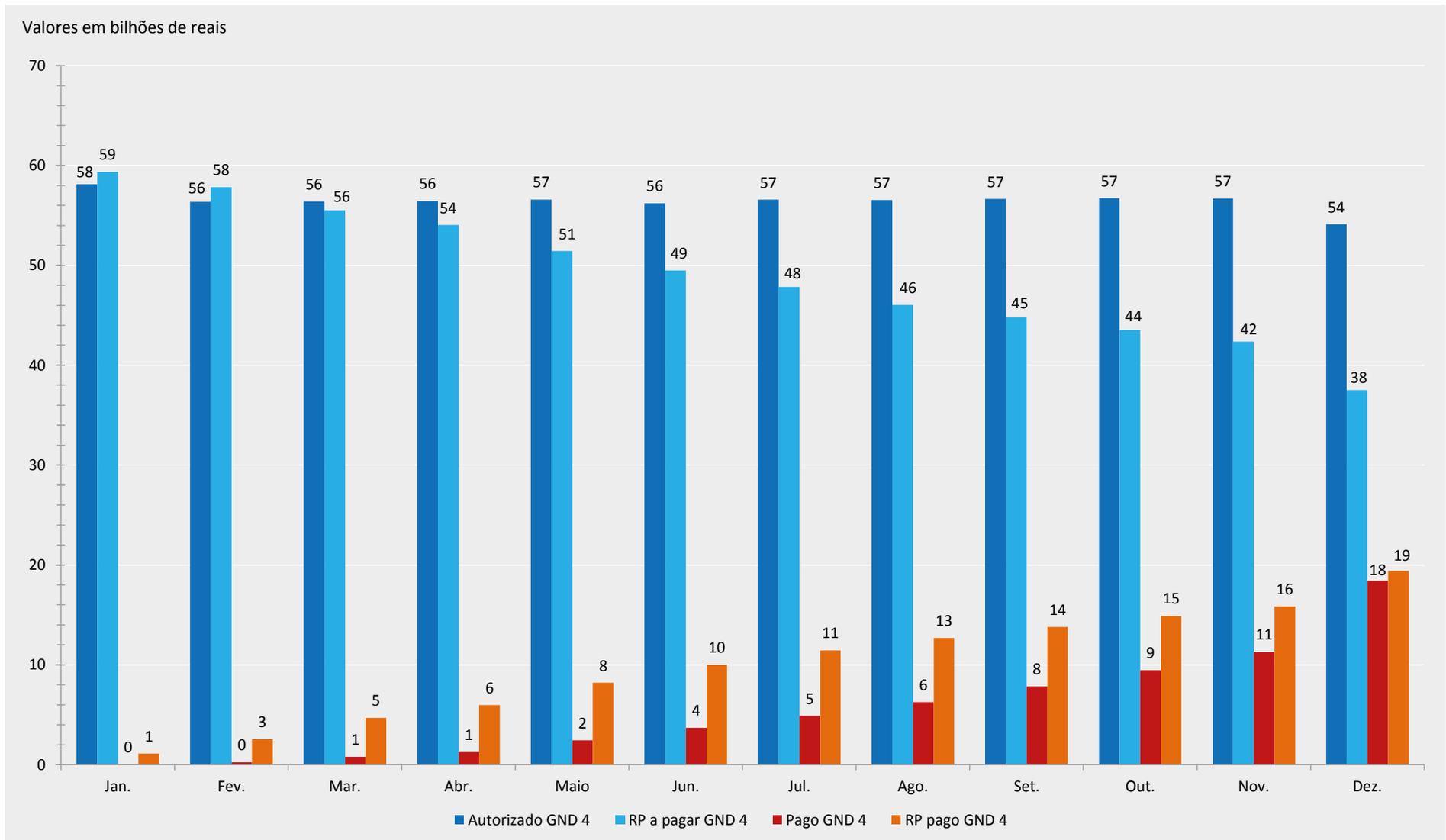
Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Orçamentos fiscal e da seguridade social.

O gráfico 41 demonstra que a execução orçamentária das despesas com investimentos tem-se mantido em níveis historicamente baixos. A partir de 2006, observa-se o expressivo crescimento do volume de recursos inscritos em restos a

pagar, fazendo com que o comprometimento financeiro com o pagamento dessa rubrica passasse a superar a execução das despesas com investimentos aprovadas no exercício.

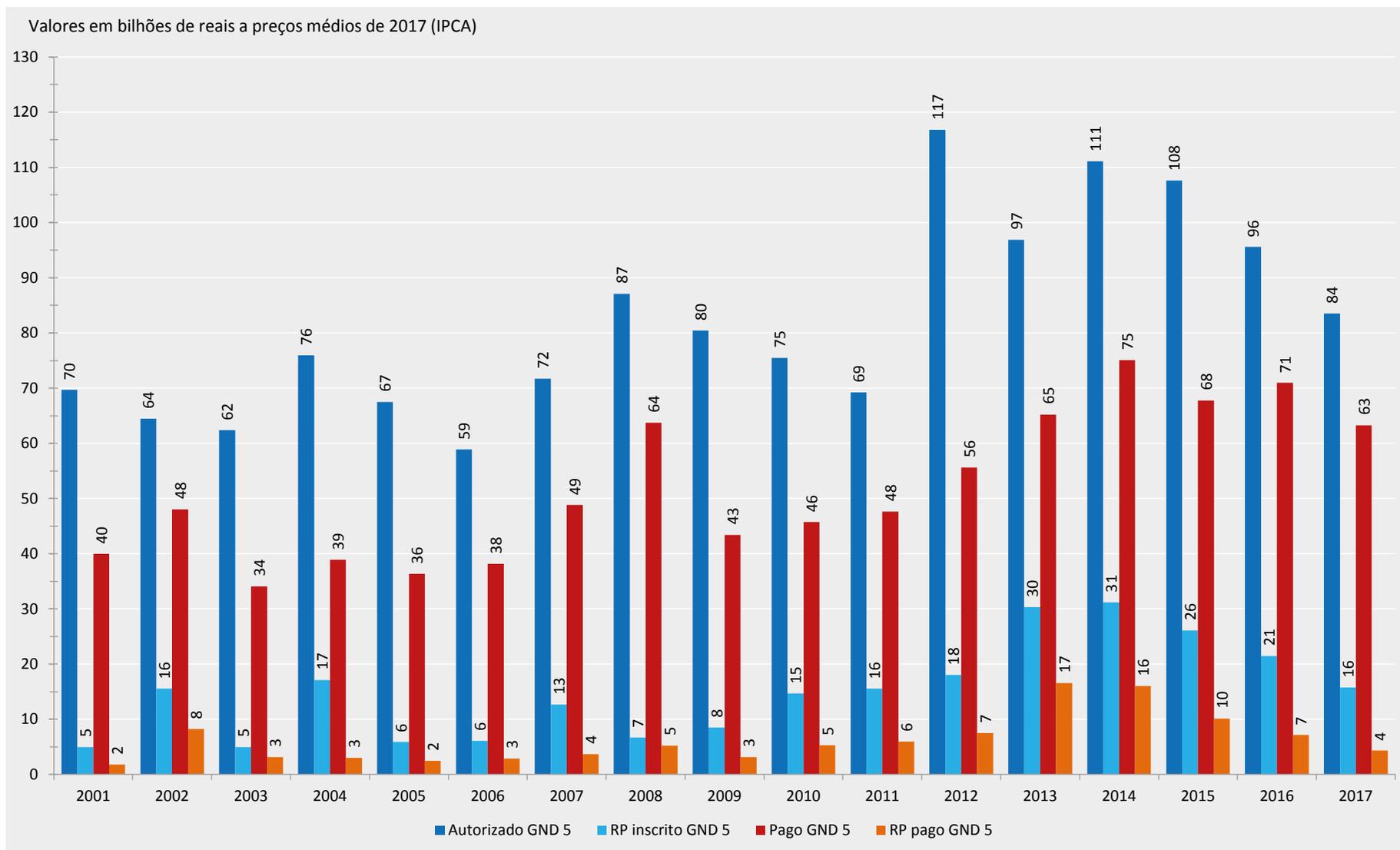
Gráfico 42 – Execução acumulada de investimentos (2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Orçamentos fiscal e da seguridade social.

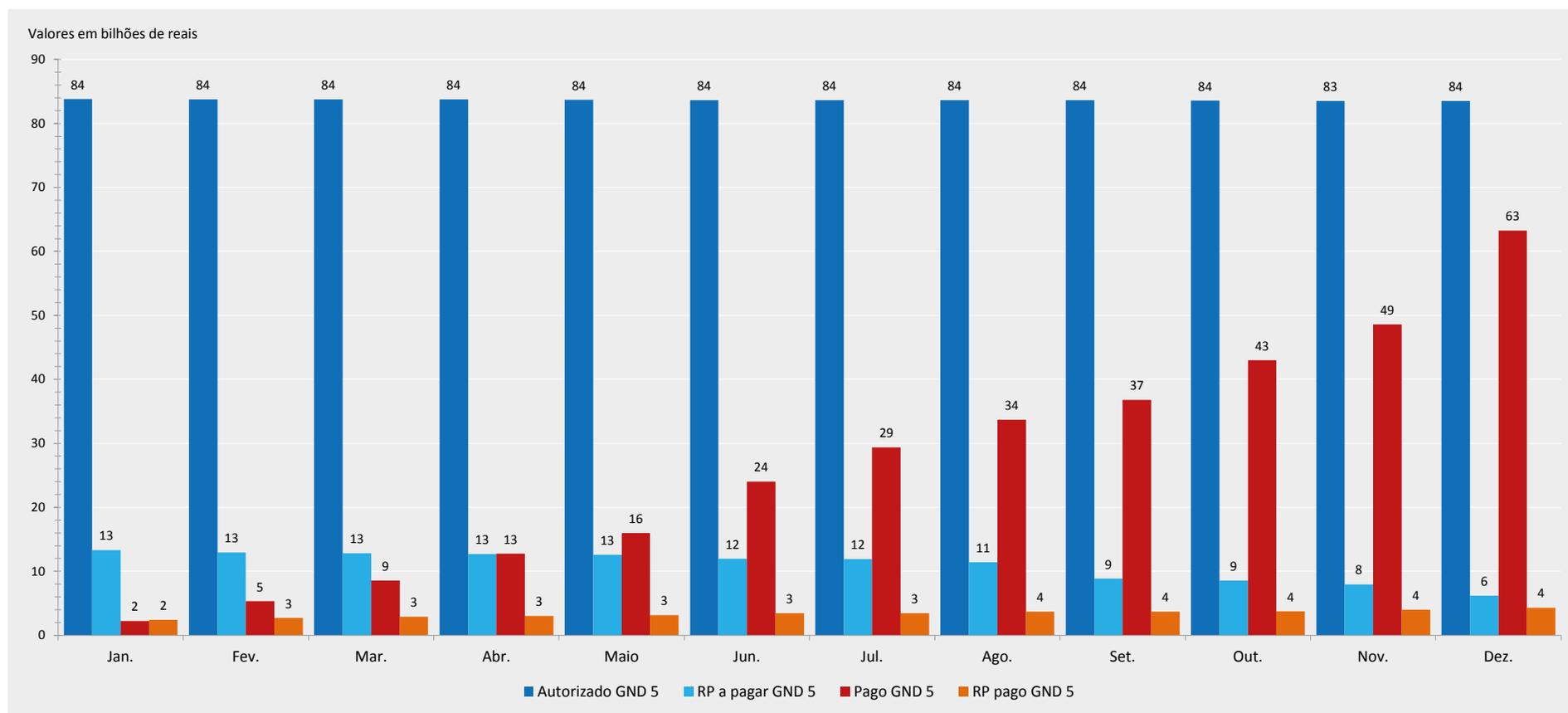
Gráfico 43 – Execução de inversões financeiras – GND 5 (2001-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Orçamentos fiscal e da seguridade social.

Gráfico 44 – Execução acumulada de inversões financeiras (2017)



Fonte: Prodasen/Safi.

Obs.: Orçamentos fiscal e da seguridade social.

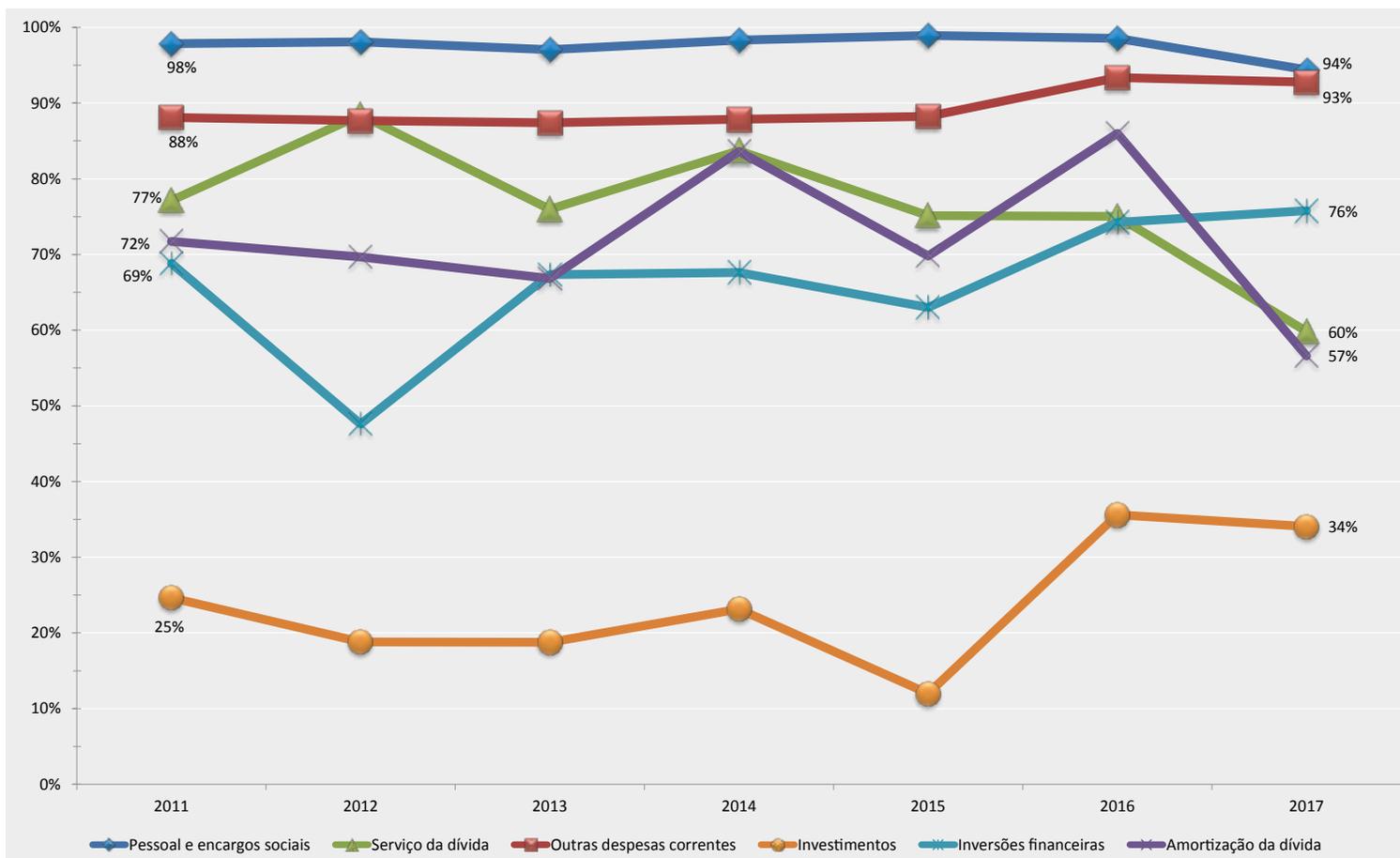
Tabela 12 – Despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por GND (2016-2017)

Valores em bilhões de reais

GND	2017				2016			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016
1 – Pessoal e encargos sociais	321,6	304,8	303,5	0,8	280,1	276,0	0,9	94,38%	98,53%	9,87%
2 – Juros e encargos da dívida	339,5	203,2	203,1	0,1	273,1	204,9	0,0	59,83%	75,02%	-0,83%
3 – Outras despesas correntes	1.198,9	1.176,8	1.112,4	51,5	1.157,5	1.080,6	66,5	92,79%	93,35%	1,46%
4 – Investimentos	54,1	45,1	18,4	19,4	47,3	16,8	31,2	34,05%	35,60%	-21,22%
5 – Inversões financeiras	83,5	70,9	63,3	4,3	92,4	68,6	6,9	75,76%	74,23%	-10,46%
6 – Amortização/ refinanciamento da dívida	1.382,8	783,0	783,0	0,1	1.075,8	925,3	0,0	56,63%	86,01%	-15,37%
Total	3.380,4	2.583,7	2.483,7	76,2	2.926,2	2.572,2	105,6	73,47%	87,90%	-4,40%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 45 – Percentual de valores pagos x dotação autorizada por GND (2011-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Orçamentos fiscal e da seguridade social.

Entre as transferências da União a estados, Distrito Federal e municípios por determinação constitucional ou legal, as principais referem-se às transferências para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os montantes desses fundos correspondem a, respectivamente, 21,5% e 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

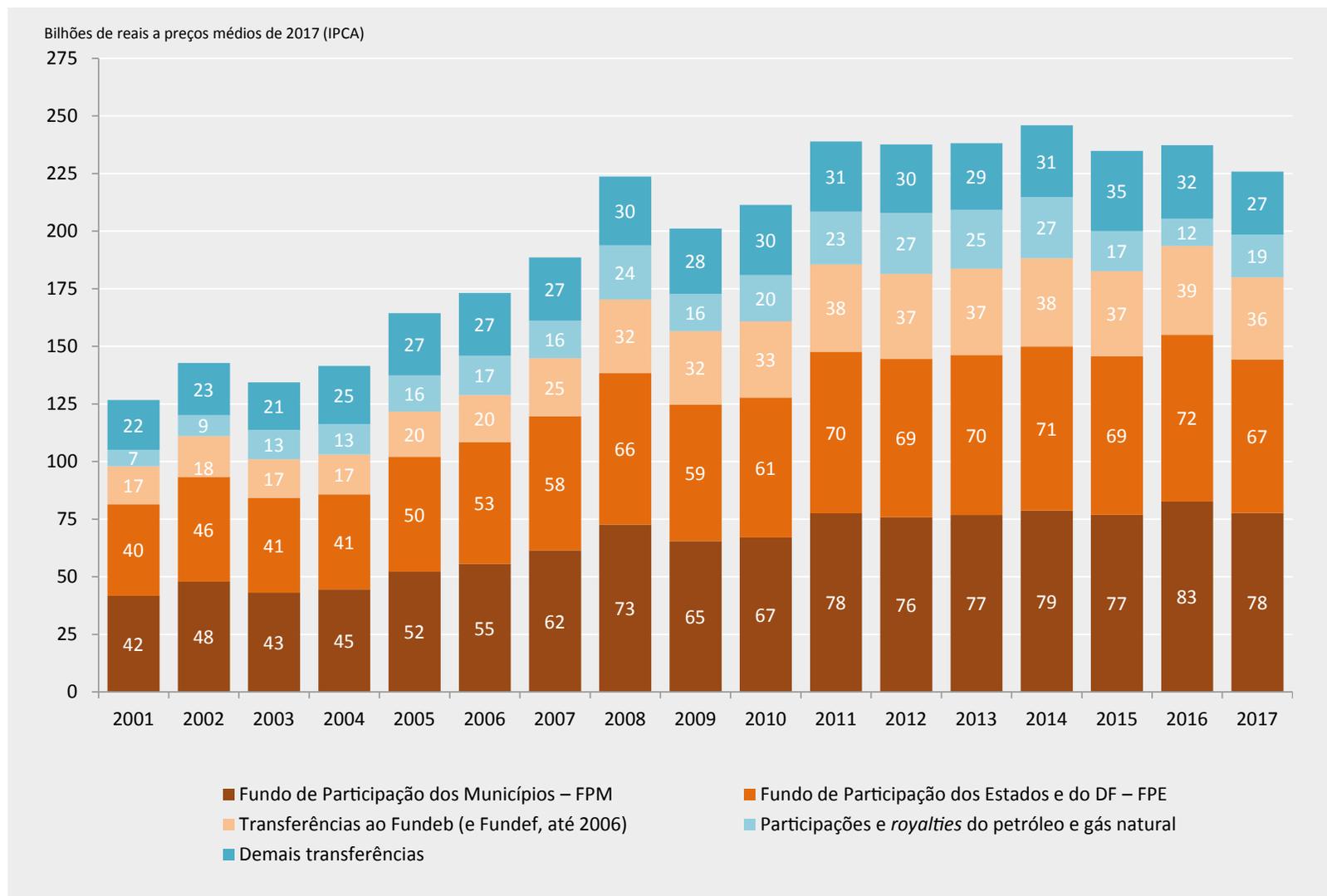
Além do FPE e do FPM, destacam-se, em conformidade com o art. 60 do ADCT, as transferências para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Constituem receitas do Fundeb os 20% incidentes sobre:

- a) receitas estaduais e do DF: ITCMD, ICMS, IPVA e imposto residual sobre a parcela pertencente aos estados e DF (arts. 155 e 157, II, da CF);
- b) cotas municipais: ITR, IPVA e ICMS (art. 158, II, III e IV, da CF);
- c) FPE, FPM e IPI-Exportação (art. 159, I, *a* e *b*, e II, da CF); e
- d) compensação pela desoneração de ICMS aos estados exportadores (LC nº 87/1998 e § 1º do art. 3º da Lei nº 11.494/2007).

Além disso, a União complementa o Fundeb com 10% do total dos recursos do fundo, nos termos da alínea *d* do inciso VII do art. 60 do ADCT.

7 Transferências constitucionais E LEGAIS (2001-2017)

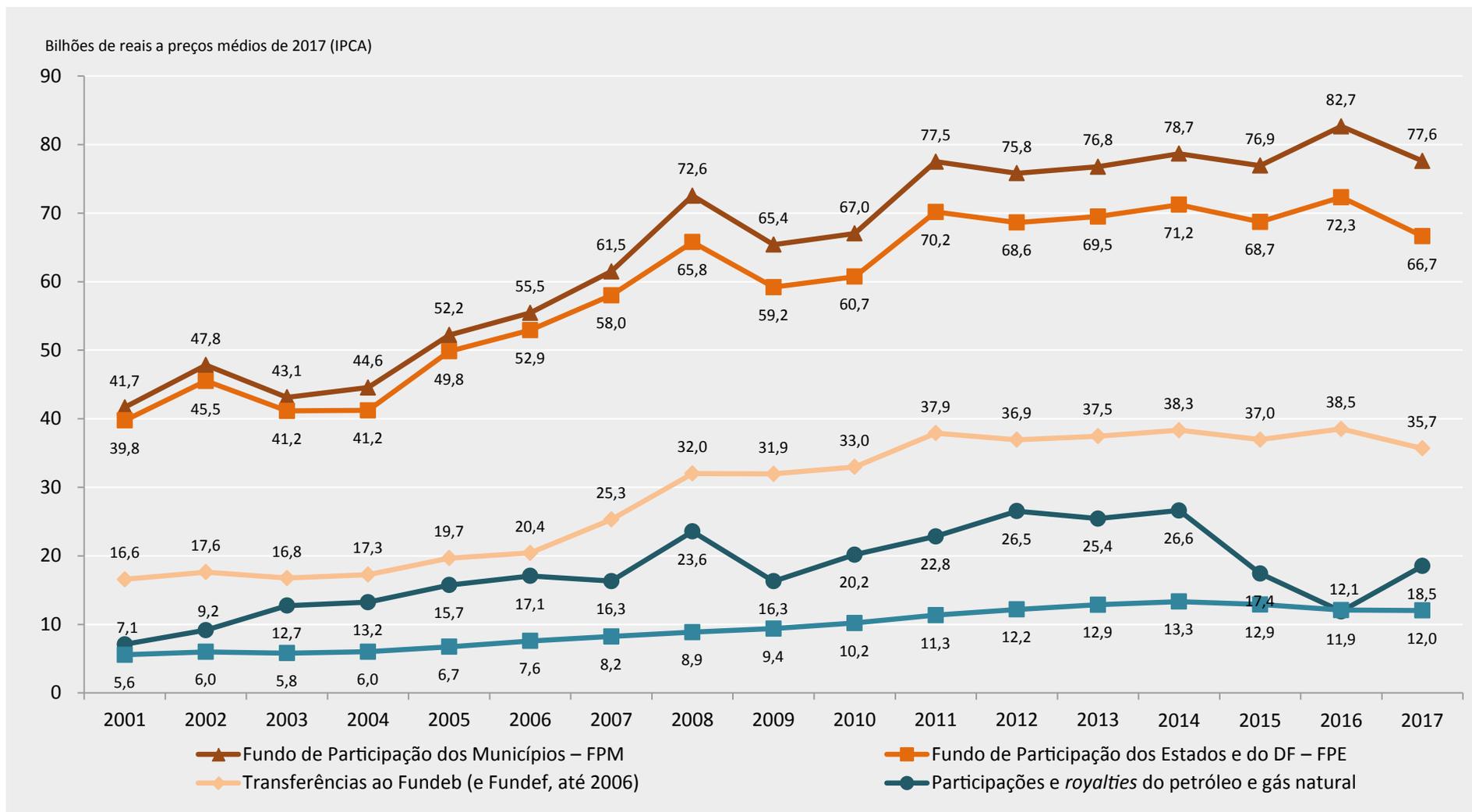
Gráfico 46 – Transferências constitucionais e legais (2001-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Órgão orçamentário "73000", exceto "GND 1. Valores pagos mais RAP pagos".

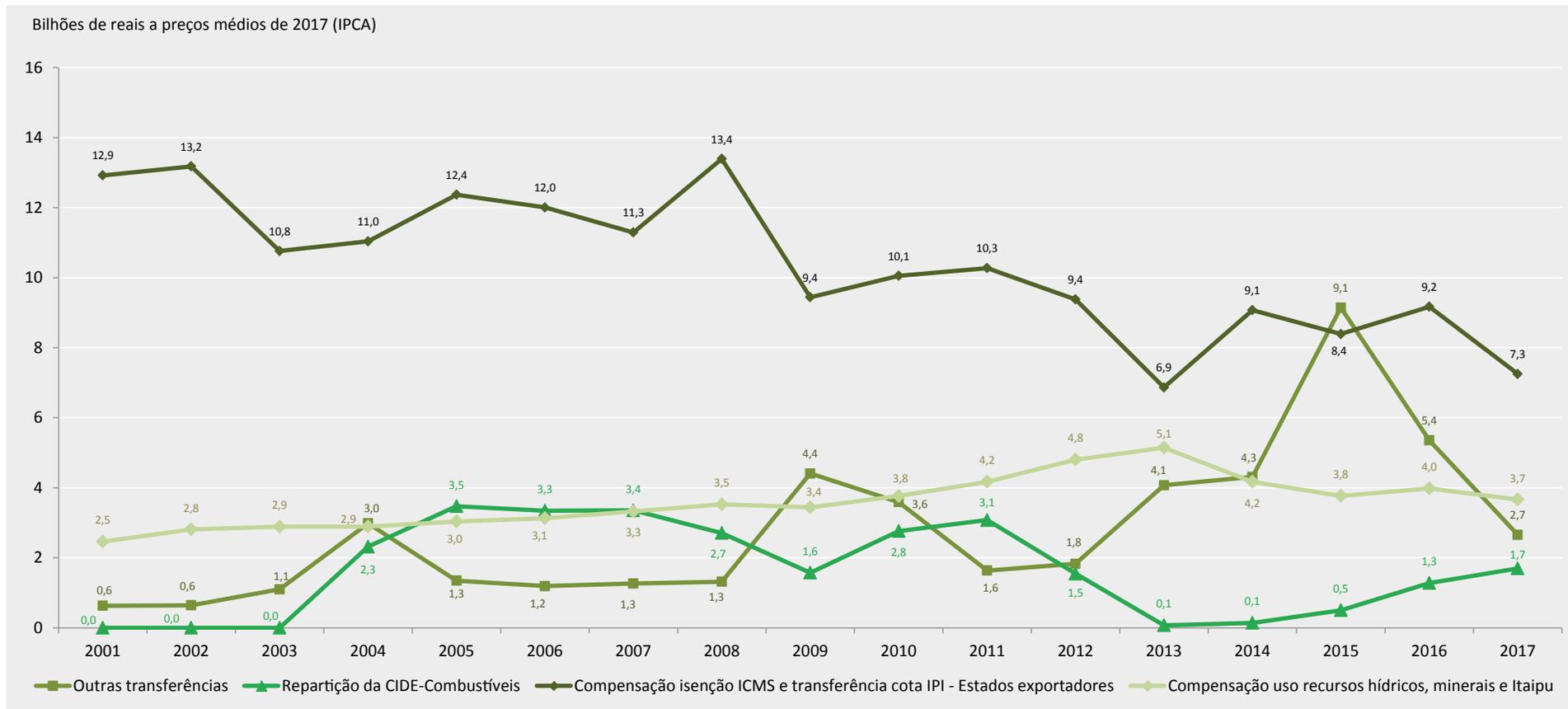
Gráfico 47 – Principais transferências constitucionais (2001-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Órgão orçamentário "73000", exceto "GND 1. Valores pagos mais RAP pagos".

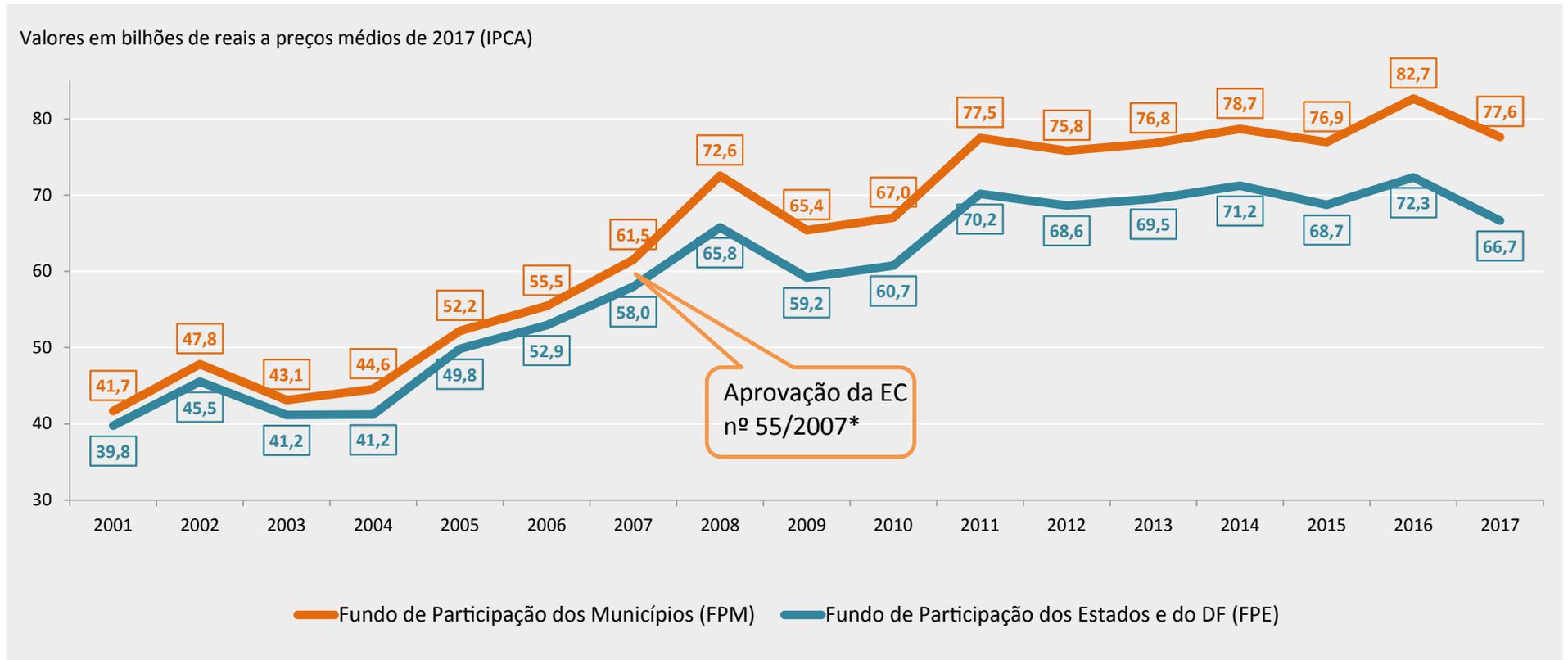
Gráfico 48 – Demais transferências legais (2001-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Órgão orçamentário "73000", exceto "GND 1. Valores pagos mais RAP pagos".

Gráfico 49 – Evolução do FPM x FPE (2001-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Valores pagos mais RAP pagos.

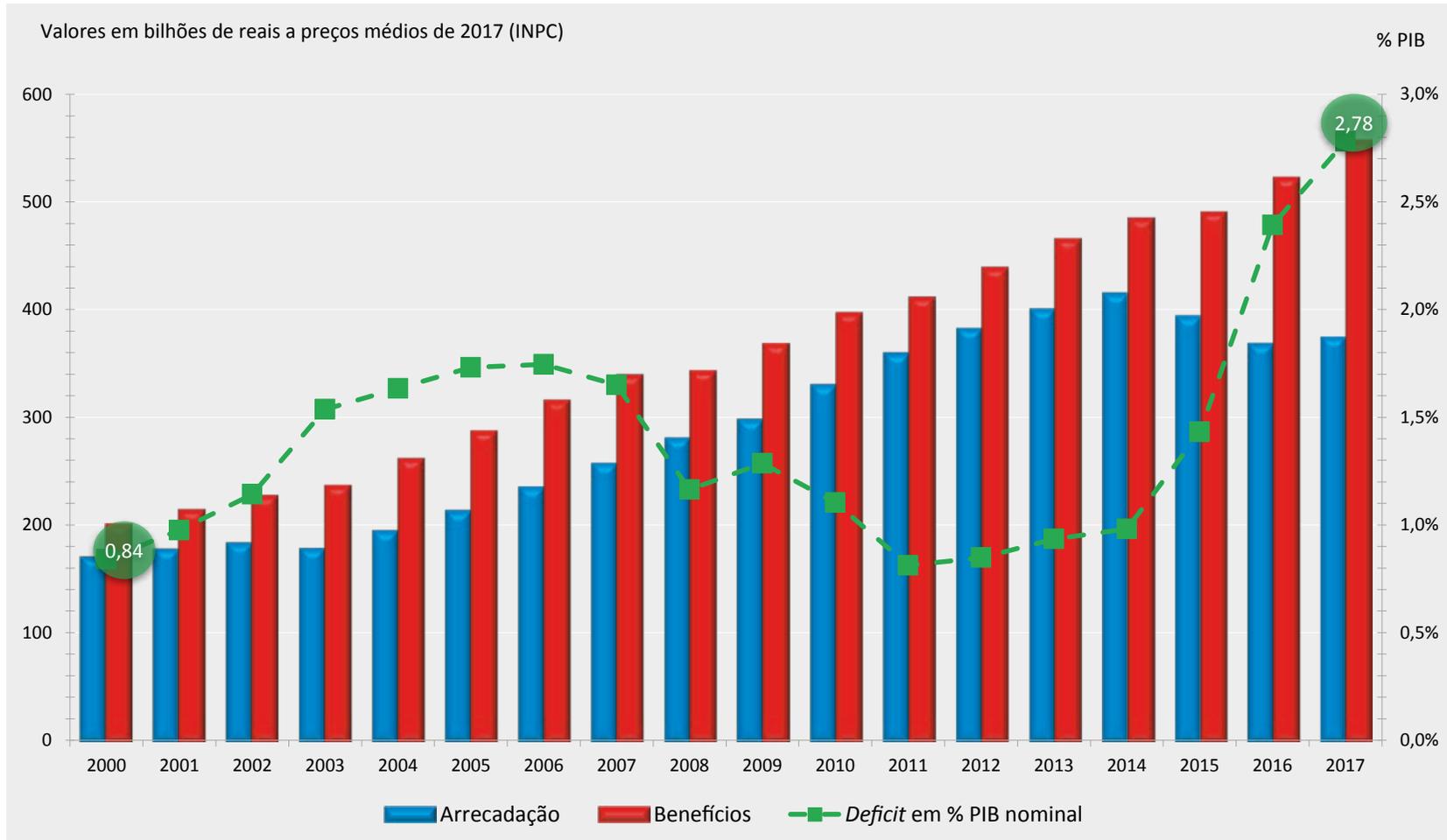
* As ECs nºs 55/2007 e 84/2014 aumentaram em 1% cada uma o repasse do IPI para municípios.

Entre 2000 e 2006, conforme demonstrado no gráfico 50, a Necessidade de Financiamento do Regime Geral de Previdência Social (NFPS) apresentou trajetória crescente em percentual do PIB. Essa trajetória passou a declinar a partir de 2007, atingindo o menor percentual em 2011 e 2012, cerca de 0,9% do PIB. O declínio deve-se, principalmente, ao aumento da arrecadação motivada pelo aumento do salário médio dos trabalhadores e pela ampliação do número de contribuintes para a Previdência Social. De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social, o quantitativo de contribuintes pessoas físicas que fizeram pelo menos uma contribuição no ano para o Regime Geral de Previdência Social cresceu de 39,85 milhões, em 2003, para 67,15 milhões, em 2015, o que implicou elevação de 68,5%. Contudo, a base de contribuintes passou a cair e em 2017 contabilizava 54,08 milhões. A partir de 2012 a NFPS voltou a apresentar trajetória crescente, atingindo em 2017 o percentual de 2,78% do PIB.



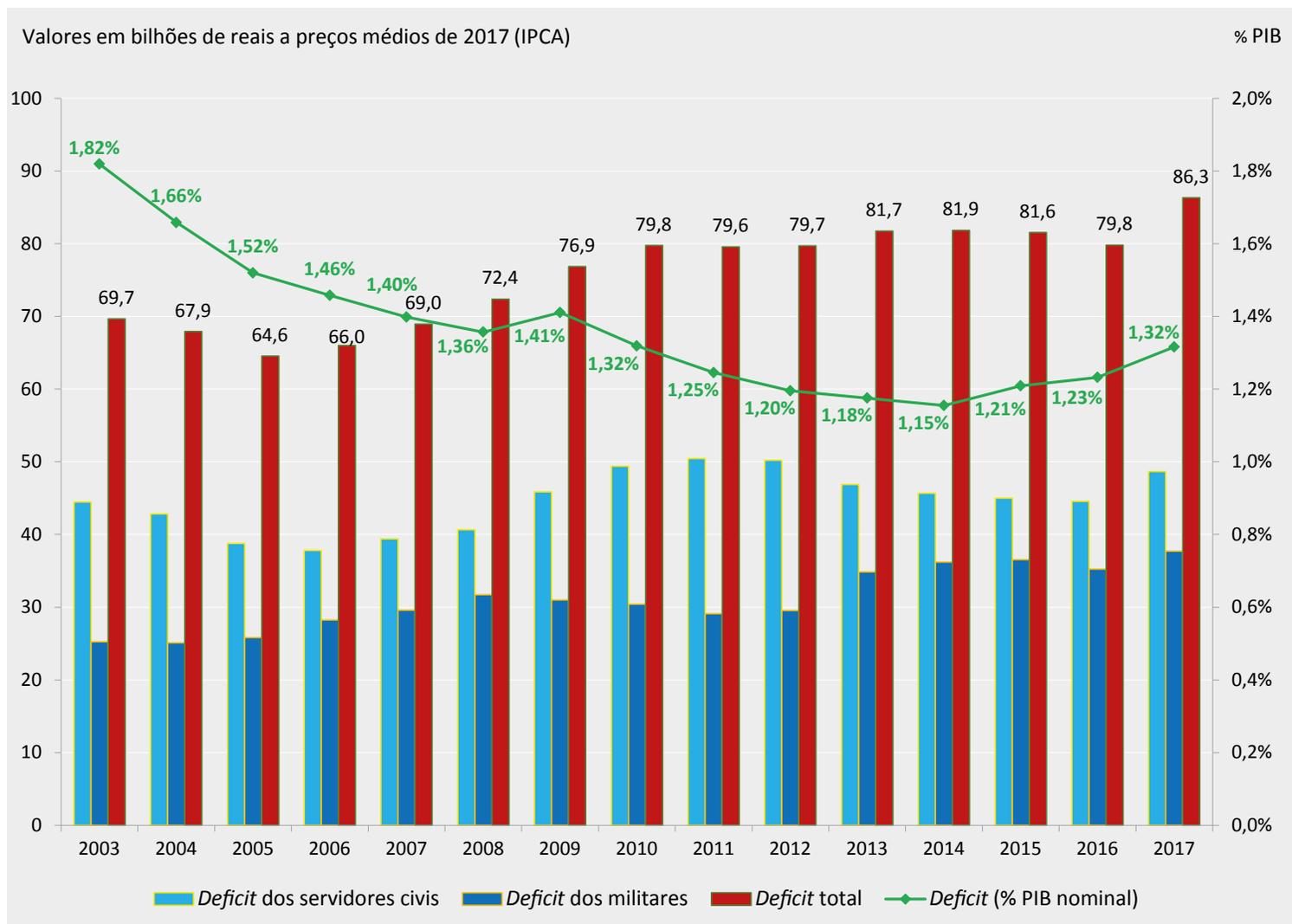
Previdência e Assistência SOCIAL (2000-2017)

Gráfico 50 – Previdência Social: receita, despesa e NFPS (2000-2017)



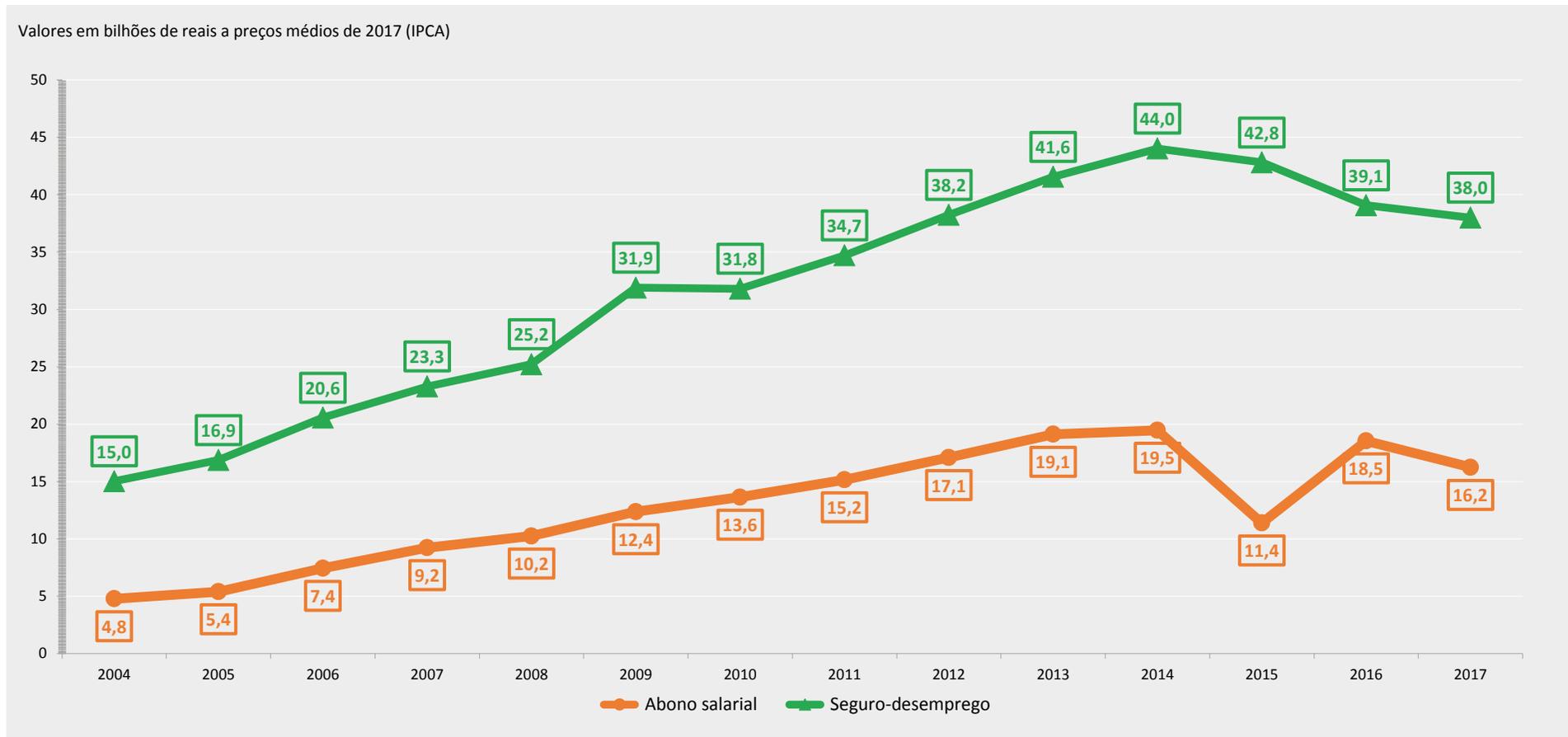
Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social.

Gráfico 51 – Previdência dos servidores da União: receita, despesa e *deficit* (2003-2017)



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) da STN.

Gráfico 52 – Seguro-desemprego x abono salarial (2004-2017)

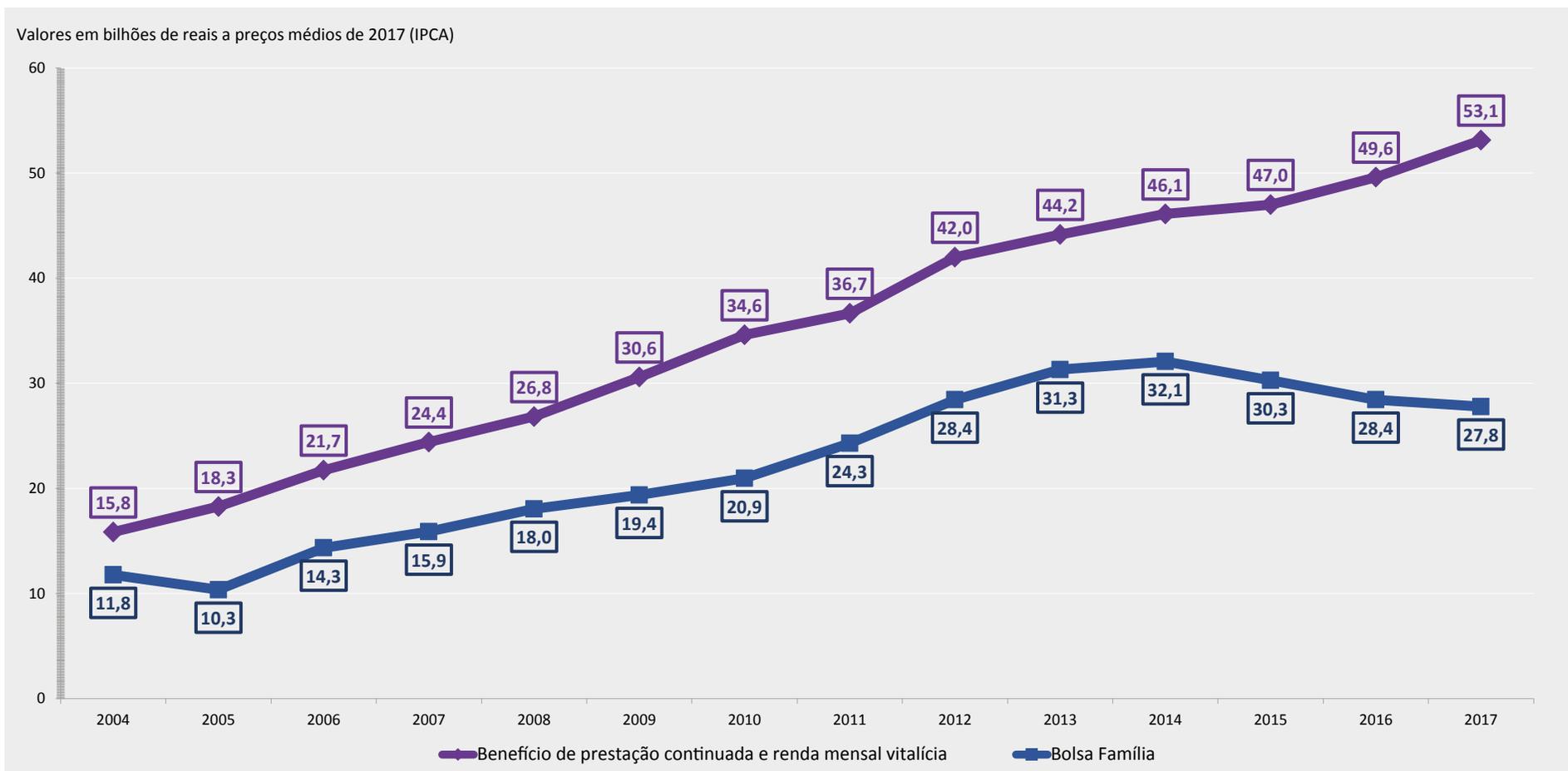


Fonte: Prodasen/Siafi.

As despesas com pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial apresentaram trajetória crescente, em face do incremento do número de trabalhadores formais no mercado de trabalho, da relativa manutenção da taxa de rotatividade

de mão de obra, e da sucessão de aumentos reais do salário mínimo. Ressalta-se, contudo, que em 2015 há uma inflexão das despesas executadas com o abono salarial, provocada pela mudança de calendário do abono salarial.

Gráfico 53 – Execução do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia (2004-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Segundo consta do *Balanço de 4 Anos do PAC 2007-2010*, elaborado pelo MPOG¹, o PAC, lançado em janeiro de 2007, tinha como principais desafios estabilizar a economia e implementar um novo modelo de desenvolvimento para o país, combinando crescimento com distribuição de renda.

Com esses objetivos, os investimentos públicos dobraram entre 2007 e 2010, passando de 1,62% do PIB, em 2006, para 3,27% do PIB nos 12 meses encerrados em outubro de 2010. No período, foram executados 559,6 bilhões de reais, equivalentes a 85,1% do total inicialmente previsto.

Em 2011, foi lançado o PAC 2 (2011-2014) também com objetivos estratégicos para a execução de obras estruturantes. O *11º Balanço do PAC 2*, publicado em 11/12/2014², registrou a conclusão de 99,7% das ações previstas para o período.

Contudo, ao se analisar o percentual de execução das despesas do PAC (filtro RP 3) constante do gráfico 33, observa-se um percentual médio de execução de 82,9% entre 2006 e 2016. Ademais, o gráfico 54 mostra que os pagamentos em cada exercício não se aproximam do montante empenhado, resultando em um acúmulo do estoque de restos a pagar nas despesas do PAC.

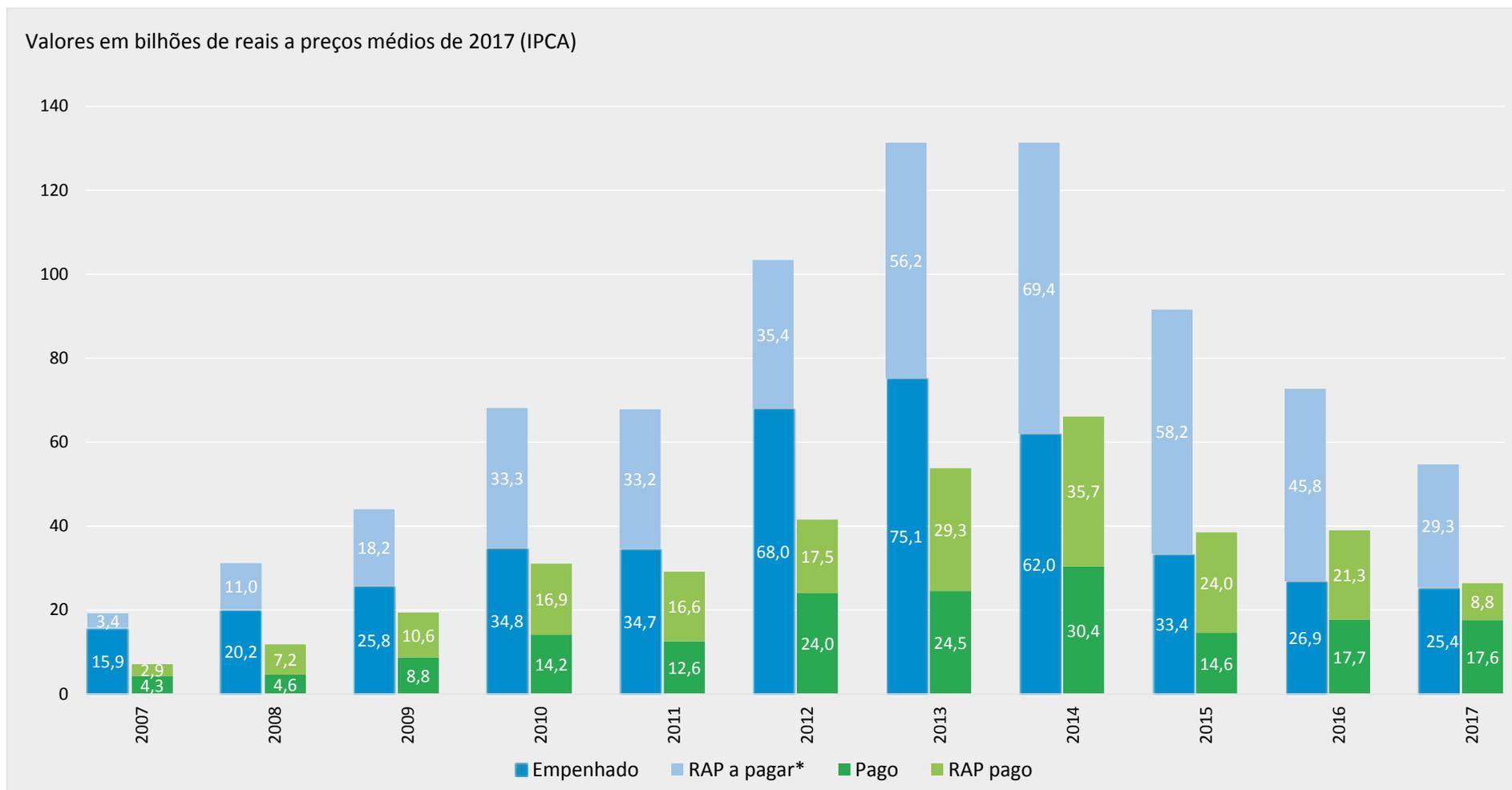
1 Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoes-nacionais>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

2 Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoes-nacionais>>. Acesso em: 13 jun. 2017.



Programa de Aceleração do CRESCIMENTO (PAC) (2007-2017)

Gráfico 54 – Investimentos e inversões financeiras do PAC (2007-2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

* RAP inscrito – RAP cancelado.

Tabela 13 – Nível de execução do PAC por GND (2016-2017)

Valores em milhões de reais

GND	2017				2016			Nível de execução		Varição (%)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016
4 - Investimentos	20.766,2	20.367,9	12.612,4	8.537,8	21.111,2	10.306,6	19.318,2	60,74%	48,82%	-28,61%
5 - Inversoes financeiras	5.065,9	5.049,2	4.990,7	235,8	7.130,1	6.830,4	1.263,0	98,52%	95,80%	-35,42%
Total	25.832,1	25.417,1	17.603,2	8.773,7	28.241,3	17.137,0	20.581,2	68,14%	60,68%	-30,07%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 14 – Nível de execução do PAC por GND e órgão (2016-2017)

Valores em milhões de reais

GND	Órgão	2017				2016			Nível de execução		Variação (%)
		Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016
Investimentos	20000 – Presidência da República	24,6	24,6	1,1	2,3	0,0	0,0	21,1	4,27%	0,00%	-83,90%
	22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,0	0,0	0,0	5,9	0,0	0,0	32,8	0,00%	0,00%	-82,16%
	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	51,0	40,0	17,8	14,2	36,4	8,3	0,0	34,97%	22,71%	287,99%
	26000 – Ministério da Educação	279,5	226,9	15,2	613,5	1.692,8	497,0	2.031,8	5,43%	29,36%	-75,14%
	28000 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	150,0	0,0	0,0	0,00%	0,00%	0,00%
	32000 – Ministério de Minas e Energia	21,1	1,3	0,5	0,7	27,8	2,4	4,9	2,36%	8,49%	-83,38%
	36000 – Ministério da Saúde	773,4	769,1	416,8	194,3	983,7	595,2	583,2	53,90%	60,51%	-48,14%
	39000 – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	9.074,3	8.857,9	5.450,8	3.548,9	7.784,1	3.550,1	6.882,0	60,07%	45,61%	-13,73%
	41000 – Ministério das Comunicações	0,0	0,0	0,0	13,7	0,9	0,0	6,8	0,00%	0,00%	103,62%
	42000 – Ministério da Cultura	118,6	118,2	75,7	54,5	67,4	61,4	151,4	63,86%	91,17%	-38,79%
	47000 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	8,6	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,6	0,00%	0,00%	-70,69%
	49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00%	0,00%	0,00%
	51000 – Ministério do Esporte	109,7	106,9	103,5	61,7	477,8	176,4	767,3	94,36%	36,92%	-82,50%
	52000 – Ministério da Defesa	5.284,2	5.377,1	4.363,5	911,3	4.423,0	3.236,6	3.166,4	82,58%	73,18%	-17,62%
	53000 – Ministério da Integração Nacional	2.881,8	2.770,7	885,9	1.167,9	3.618,0	1.407,1	1.716,7	30,74%	38,89%	-34,26%
	54000 – Ministério do Turismo	0,0	0,0	0,0	147,4	0,0	0,0	363,7	0,00%	0,00%	-59,46%

Valores em milhões de reais

GND	Órgão	2017				2016			Nível de execução		Varição (%)
		Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016
Investimentos	55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	46,8	32,9	14,8	72,5	110,5	76,5	310,3	31,61%	69,25%	-77,44%
	56000 – Ministério das Cidades	2.092,6	2.042,5	1.266,9	1.457,2	1.253,8	659,5	3.100,4	60,54%	52,60%	-27,55%
	62000 – Secretaria de Aviação Civil	0,0	0,0	0,0	12,9	138,4	5,9	37,1	0,00%	4,30%	-69,93%
	65000 – Secretaria de Políticas para as Mulheres					0,0	0,0	0,0		0,00%	-100,00%
	68000 – Secretaria de Portos	0,0	0,0	0,0	258,6	346,4	30,2	141,8	0,00%	8,72%	50,36%
Total	Investimentos	20.766,2	20.367,9	12.612,4	8.537,8	21.111,2	10.306,6	19.318,2	60,74%	48,82%	-28,61%
Inversões financeiras	20000 – Presidência da República	0,0	0,0	0,0	0,0				0,00%		-100,00%
	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	167,0	167,0	167,0	0,0				100,00%		-100,00%
	39000 – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	2.702,1	2.685,4	2.666,9	0,0	173,4	140,0	0,0	98,70%	80,72%	1.804,96%
	41000 – Ministério das Comunicações					717,5	717,5	14,8		99,99%	-100,00%
	47000 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	40,0	40,0	0,0	0,0				0,00%		-100,00%
	52000 – Ministério da Defesa	38,8	38,8	38,8	0,0	117,8	117,8	0,0	100,00%	100,00%	-67,11%
	56000 – Ministério das Cidades	2.118,0	2.118,0	2.118,0	0,0	4.474,3	4.474,3	571,5	100,00%	100,00%	-58,02%
	62000 – Secretaria de Aviação Civil	0,0	0,0	0,0	127,9	1.460,7	1.299,9	497,9	0,00%	88,99%	-92,89%
	68000 – Secretaria de Portos	0,0	0,0	0,0	107,9	186,3	80,9	178,8	0,00%	43,41%	-58,43%
Total	71000 – Encargos Financeiros da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	Inversões financeiras	5.065,9	5.049,2	4.990,7	235,8	7.130,1	6.830,4	1.263,0	98,52%	95,80%	-35,42%

Fonte: Prodasen/Siafi.

A seguir são apresentadas tabelas com séries históricas de execução orçamentária por órgão, por função e subfunção.

10 Execução ORÇAMENTÁRIA (2004- 2017)

Tabela 15 – Execução por função (2005-2017)

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Função	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Autorizado	Pago																								
Administração	21,3	15,7	22,4	18,4	28,6	22,1	28,2	22,2	30,9	24,6	33,2	27,6	31,0	25,2	34,6	25,2	33,6	25,3	30,9	23,8	33,0	23,1	29,0	23,5	29,6	25,4
Agricultura	23,5	14,6	25,1	15,8	28,7	14,4	26,4	13,3	29,5	18,3	30,8	14,1	29,5	14,0	30,8	14,2	32,6	12,7	30,2	12,4	32,4	20,3	31,3	20,4	27,6	15,3
Assistência social	31,4	30,5	42,4	40,0	45,1	44,4	49,9	48,8	56,1	53,9	61,4	60,2	67,1	65,5	80,7	74,6	86,2	79,2	87,0	82,0	83,9	77,8	82,8	80,2	85,3	83,1
Ciência e tecnologia	7,6	5,2	7,9	5,4	8,3	5,7	9,5	6,8	10,7	7,9	12,6	8,3	11,1	7,2	15,0	8,0	15,8	8,9	11,8	7,4	11,9	6,9	8,0	6,3	8,0	6,2
Comércio e serviços	7,2	3,1	6,9	3,5	8,0	2,8	9,2	2,3	8,8	2,3	9,0	2,2	8,9	1,7	9,4	1,8	9,1	1,7	7,3	1,7	6,6	1,2	4,3	2,5	4,3	2,1
Comunicações	2,0	0,8	1,2	0,8	1,9	0,9	1,1	0,7	1,2	0,7	1,8	0,8	2,0	1,0	2,2	1,0	2,2	1,5	2,2	1,5	1,8	1,4	1,6	1,4	1,4	1,2
Cultura	1,2	0,7	1,3	0,7	1,8	0,8	2,1	0,9	2,1	1,1	3,4	1,3	2,7	0,9	4,2	1,2	4,6	1,1	3,7	1,1	3,1	1,0	2,4	1,0	2,2	1,0
Defesa nacional	32,4	27,7	33,3	29,4	36,6	31,6	41,2	31,9	47,9	37,7	53,7	43,2	49,8	40,6	57,9	40,9	51,8	40,3	52,4	42,0	52,2	37,5	65,1	59,2	69,9	63,2
Desporto e lazer	1,3	0,2	1,9	0,5	2,9	1,4	2,4	0,3	2,4	0,2	3,2	0,4	4,0	0,5	5,0	0,5	5,4	0,5	4,0	1,0	3,9	0,7	1,7	0,5	1,5	0,3
Direitos da cidadania	2,1	1,3	2,3	1,4	2,4	1,2	3,6	1,6	3,1	1,8	3,5	2,0	2,8	1,4	3,0	0,9	2,7	0,9	2,3	0,9	2,5	0,8	3,8	1,9	2,6	1,4
Educação	36,0	27,4	38,4	32,1	45,4	36,2	51,4	40,7	65,2	50,3	82,6	63,5	91,6	68,7	116,1	79,3	117,1	85,9	125,6	99,2	129,9	99,7	113,7	98,5	115,1	101,8
Encargos especiais	2429,9	1.457,6	2.413,8	1.435,9	1.908,6	1.352,4	1.688,7	1.255,5	1.727,9	1.310,1	1.750,4	1.262,2	1.778,3	1.333,7	1.829,0	1.348,3	1.742,1	1.238,7	1.847,0	1.529,0	1.964,7	1.441,7	1.774,6	1.509,5	2.059,8	1.291,5
Energia	1,6	0,8	1,1	0,7	1,4	0,8	1,4	0,8	1,6	1,0	1,7	0,8	1,4	0,8	1,6	0,9	1,6	1,0	2,7	1,0	2,6	1,8	2,1	1,8	2,0	1,8
Essencial à justiça	5,4	4,3	6,0	5,5	7,3	6,2	8,0	7,3	8,4	7,8	8,7	8,0	8,8	7,8	5,8	5,0	6,3	5,5	7,0	6,3	7,8	6,6	6,9	6,5	7,5	7,0
Gestão ambiental	5,3	2,3	4,5	2,2	6,9	2,4	7,6	2,5	6,9	2,7	7,6	3,2	7,5	3,4	11,7	3,8	9,8	4,4	10,6	4,3	8,2	3,4	6,7	3,5	4,7	3,1
Habitação	1,4	0,3	2,9	0,1	1,9	0,0	2,2	0,3	2,0	0,2	0,5	0,0	1,0	0,1	1,0	0,2	0,4	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Indústria	3,6	2,3	4,5	3,8	5,4	4,4	4,4	2,7	5,5	2,1	4,3	2,3	4,4	2,4	3,6	2,6	3,4	2,5	3,2	2,6	3,1	2,2	2,6	2,2	2,4	2,2
Judiciária	24,1	19,4	27,6	25,6	29,7	27,1	32,6	30,5	33,9	31,3	35,5	32,5	33,5	30,8	35,6	31,5	34,8	31,3	36,1	32,7	36,2	32,7	33,9	32,3	36,1	33,3
Legislativa	8,5	7,1	9,6	8,4	9,8	8,1	10,0	8,0	9,1	7,8	9,3	8,2	9,2	8,3	9,1	8,1	9,2	8,0	8,6	7,8	8,4	7,6	7,5	7,2	7,9	7,1

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Função	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Autorizado	Pago																								
Organização agrária	8,0	5,0	8,8	5,6	9,3	6,4	10,3	4,3	9,2	4,1	8,8	3,4	7,6	3,1	10,9	2,6	13,1	3,5	7,3	3,1	6,6	1,9	4,4	2,4	3,2	1,8
Previdência social	371,0	366,6	401,0	399,2	426,3	423,5	445,3	412,9	481,5	452,7	509,7	486,9	527,5	505,2	555,6	532,8	582,9	560,5	607,9	578,4	609,3	578,7	616,7	599,9	656,5	637,4
Relações exteriores	3,3	2,7	2,8	2,6	3,3	2,6	2,9	3,2	3,1	2,5	3,4	2,9	3,2	2,8	3,3	3,1	3,1	2,9	2,9	2,9	3,5	3,5	3,5	2,9	3,0	2,9
Reserva de contingência	36,8	0,0	42,2	0,0	40,7	0,0	37,1	0,0	31,3	0,0	21,2	0,0	28,8	0,0	26,1	0,0	32,8	0,0	37,5	0,0	34,3	0,0	77,6	0,0	48,1	0,0
Saneamento	0,4	0,1	0,3	0,0	3,2	0,1	3,4	0,8	5,1	1,4	3,7	0,8	2,6	0,4	6,0	1,0	4,5	0,8	2,8	0,6	2,8	0,3	0,7	0,4	0,9	0,7
Saúde	76,3	65,0	79,4	68,0	89,1	72,7	90,4	76,2	97,4	81,0	100,1	86,4	108,8	93,2	123,3	98,9	121,4	99,8	123,0	105,9	127,1	105,6	116,2	103,6	120,4	102,7
Segurança pública	7,4	5,1	8,2	6,2	10,8	8,3	13,3	9,4	14,5	10,6	16,9	12,4	14,9	9,4	15,9	9,3	14,7	9,3	13,0	8,9	12,2	8,7	10,7	8,7	11,5	9,1
Trabalho	25,6	24,6	31,5	30,6	36,2	35,4	40,8	37,7	50,1	46,8	49,7	48,4	55,7	52,5	67,6	57,5	87,8	83,3	89,6	85,3	78,7	73,5	76,2	72,5	77,4	69,3
Transporte	17,4	6,6	17,0	6,6	25,7	10,0	27,8	8,1	31,5	13,2	38,9	17,1	35,0	15,5	47,7	16,6	31,3	13,7	31,9	15,0	27,7	11,0	17,8	10,4	18,6	10,9
Urbanismo	6,2	1,2	5,7	1,2	9,7	1,4	10,4	1,9	10,9	2,7	11,5	2,8	10,7	1,8	12,7	1,5	11,4	1,4	9,8	1,7	10,8	1,3	5,0	1,6	7,7	1,8
Total	3.198,4	2.098,2	3.250,1	2.150,0	2.834,9	2.123,3	2.661,7	2.031,7	2.788,2	2.176,9	2.877,1	2.201,9	2.939,6	2.297,9	3.125,5	2.371,2	3.071,7	2.324,8	3.199,0	2.658,5	3.305,4	2.550,8	3.106,9	2.660,8	3.415,5	2.483,7

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 16 – Execução por função (2016-2017)

Valores em bilhões de reais

Função	2017				2016			Execução		Variação % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016
Encargos especiais	2.059,8	1.310,4	1.291,5	14,7	1.715,5	1.459,2	12,17	62,7%	85,1%	-11,2%
Previdência social	656,5	655,8	637,4	15,2	596,1	579,9	26,37	97,1%	97,3%	7,6%
Saúde	120,4	117,6	102,7	6,4	112,3	100,2	8,54	85,3%	89,2%	0,4%
Educação	115,1	111,4	101,8	9,5	109,9	95,2	13,91	88,4%	86,6%	2,0%
Assistência social	85,3	84,7	83,1	2,2	80,1	77,6	3,88	97,4%	96,9%	4,8%
Trabalho	77,4	71,5	69,3	2,2	73,7	70,0	1,93	89,6%	95,1%	-0,7%
Defesa nacional	69,9	68,7	63,2	4,6	63,0	57,3	7,87	90,3%	91,0%	4,0%
Judiciária	36,1	34,5	33,3	0,7	32,8	31,2	1,79	92,3%	95,3%	2,9%
Agricultura	29,0	27,4	25,4	1,2	25,7	22,7	1,10	87,7%	88,4%	11,8%
Administração	27,6	23,2	15,3	5,3	30,3	19,7	3,74	55,4%	65,1%	-12,3%
Transporte	18,6	15,3	10,9	4,2	17,2	10,1	7,90	58,6%	58,4%	-16,1%
Reserva de contingência	13,6	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,00	0,0%	0,0%	0,0%
Segurança pública	11,5	10,9	9,1	1,0	10,3	8,4	1,28	79,1%	81,4%	4,7%
Ciência e tecnologia	8,0	7,3	6,2	1,0	7,7	6,1	2,44	76,9%	79,1%	-15,3%
Legislativa	7,9	7,2	7,1	0,1	7,3	7,0	0,28	89,2%	96,0%	-1,3%
Urbanismo	7,7	6,4	1,8	1,9	4,8	1,5	3,01	24,1%	31,6%	-17,3%
Essencial à justiça	7,5	7,3	7,0	0,3	6,7	6,3	0,51	93,6%	94,2%	6,9%

Valores em bilhões de reais

Função	2017				2016			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016
Gestão ambiental	4,7	4,2	3,1	1,3	6,5	3,4	1,90	65,5%	52,6%	-16,2%
Comércio e serviços	4,3	2,8	2,1	0,5	4,1	2,4	0,79	48,3%	57,9%	-16,8%
Organização agrária	3,2	2,8	1,8	0,6	4,2	2,3	0,97	56,7%	54,3%	-25,9%
Relações exteriores	3,0	3,0	2,9	0,1	3,4	2,8	0,03	96,9%	82,4%	6,0%
Direitos da cidadania	2,6	1,8	1,4	0,6	3,7	1,8	0,59	54,2%	49,5%	-15,9%
Indústria	2,4	2,3	2,2	0,1	2,5	2,1	0,20	90,0%	84,1%	-1,1%
Cultura	2,2	1,9	1,0	0,9	2,3	1,0	1,12	46,7%	40,8%	-8,2%
Energia	2,0	1,9	1,8	0,2	2,0	1,7	0,22	88,6%	85,7%	2,1%
Desporto e lazer	1,5	1,3	0,3	0,5	1,7	0,5	1,42	20,7%	28,5%	-55,9%
Comunicações	1,4	1,3	1,2	0,1	1,5	1,3	0,17	85,0%	88,5%	-16,6%
Saneamento	0,9	0,9	0,7	0,7	0,6	0,4	1,36	78,6%	63,8%	-20,6%
Habitação	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,10	9,0%	16,3%	-57,5%
Total	3.380,4	2.583,7	2.483,7	76,2	2.926,2	2.572,2	105,61	73,5%	87,9%	-4,4%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 17 – Execução por subfunção (2005-2017)

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Subfunção	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Autorizado	Pago																								
Refinanciamento da dívida interna	1733,5	949,9	1.475,5	649,9	1.074,8	647,6	755,3	467,3	643,0	419,6	894,7	563,2	950,4	672,9	732,8	405,6	909,5	579,3	901,1	750,6	815,5	628,6	780,3	668,2	775,0	440,6
Serviço da dívida interna	278,3	228,4	503,2	434,3	371,7	312,9	426,4	347,4	524,1	435,0	331,8	305,0	376,7	318,3	518,4	474,2	414,3	323,4	422,3	354,7	614,0	429,7	492,1	385,4	653,9	392,2
Previdência básica	280,1	278,4	305,2	304,5	324,1	323,1	338,6	308,5	366,3	339,1	387,3	366,1	404,5	383,5	433,9	412,3	459,1	438,5	483,2	454,9	485,6	456,1	517,0	501,0	549,2	531,2
Outros encargos especiais	90,2	55,4	110,2	83,6	188,4	153,4	221,8	192,5	225,0	198,4	214,0	126,1	90,8	41,6	209,6	178,6	74,2	51,1	188,7	152,2	219,1	125,7	214,6	192,8	348,9	216,5
Outras transferências	199,3	182,4	206,3	187,9	224,6	208,2	217,2	205,4	213,4	166,2	202,7	173,8	223,9	194,3	240,5	198,1	244,3	201,8	251,0	208,0	228,6	186,3	212,5	197,8	195,6	186,4
Administração geral	69,9	58,5	85,2	80,6	95,0	87,3	104,4	92,9	114,2	105,8	121,7	112,6	122,7	112,5	149,9	137,0	151,5	137,7	150,4	139,2	149,3	138,7	161,1	153,6	152,6	144,1
Previdência do regime estatutário	82,6	81,6	86,9	86,5	91,5	90,7	96,3	95,4	104,4	103,6	110,4	109,8	111,1	110,5	110,0	109,3	112,1	111,1	113,3	112,7	112,6	112,3	89,3	88,8	97,3	96,5
Proteção e benefícios ao trabalhador	23,5	23,2	29,2	28,7	33,7	33,3	37,6	35,9	47,0	45,0	46,7	46,5	52,8	51,0	56,9	55,8	62,7	59,8	73,6	71,5	64,6	61,2	69,7	66,6	71,4	63,7
Transferências para a educação básica							50,6	47,5	63,5	51,5	64,5	56,0	72,6	62,9	77,0	63,6	74,4	63,6	74,7	62,7	71,4	60,9	66,7	62,1	65,3	59,8
Assistência hospitalar e ambulatorial	38,5	35,4	41,6	37,9	46,6	41,3	48,8	43,0	53,9	48,2	58,0	51,7	62,4	55,0	66,4	56,4	62,9	53,4	64,2	56,7	68,1	58,4	60,1	55,0	62,5	56,0
Reserva de contingência	36,8	0,0	42,2	0,0	40,7	0,0	37,1	0,0	31,3	0,0	21,2	0,0	28,8	0,0	26,1	0,0	32,8	0,0	39,3	0,0	40,6	0,0	80,0	0,0	48,7	0,0
Refinanciamento da dívida externa	80,6	20,0	77,8	50,6	50,6	31,3	35,8	6,6	18,3	8,1	14,6	14,2	12,1	10,0	17,7	5,9	18,2	10,5	10,9	3,5	20,4	11,9	8,9	4,8	39,5	17,8
Ensino superior	19,1	15,1	18,8	16,5	21,2	17,9	22,7	18,9	27,2	21,2	31,2	23,4	34,1	26,1	34,5	25,1	36,4	28,7	38,0	31,8	38,7	33,4	34,8	30,6	34,6	30,7
Assistência comunitária	1,8	1,0	3,2	2,2	3,6	2,3	3,9	2,0	23,4	21,4	25,8	23,3	29,3	26,7	37,6	32,6	41,8	37,0	40,0	36,6	36,7	32,2	33,9	31,2	34,1	30,7
Assistência ao portador de deficiência	10,5	10,4	12,1	12,1	13,3	13,3	14,5	14,5	16,6	16,4	18,5	18,5	19,8	19,5	22,2	21,2	23,5	22,3	24,4	23,5	26,3	25,3	27,9	27,5	30,1	29,5

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Subfunção	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Autorizado	Pago																								
Atenção básica	13,8	12,2	15,2	13,2	17,2	15,0	17,3	16,0	18,2	16,0	19,2	17,6	22,0	18,8	26,8	21,0	27,3	23,8	30,6	26,5	29,6	25,3	27,6	25,6	28,0	24,5
Assistência ao idoso	8,1	7,9	9,8	9,7	11,1	11,1	12,3	12,3	14,6	14,2	16,1	16,1	16,8	16,8	20,0	18,9	20,8	19,7	21,7	20,9	20,8	20,0	21,8	21,5	23,2	22,7
Serviços financeiros	1,0	0,7	1,1	0,9	0,9	0,7	0,7	0,5	0,8	0,6	0,8	0,4	0,8	0,2	10,2	4,7	9,5	7,4	14,9	14,8	18,7	15,7	19,3	17,6	19,9	19,5
Serviço da dívida externa	89,6	47,8	84,0	58,8	49,9	32,2	33,7	24,5	37,5	26,0	28,1	20,3	46,6	29,4	27,5	15,9	26,7	23,7	17,0	11,4	15,6	12,2	15,4	12,2	17,8	12,0
Fomento ao trabalho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	17,8	15,8	18,8	18,1	19,9	19,8	29,6	21,3	23,8	22,6	23,2	21,1	21,4	19,2	17,1	15,9	16,6	15,7
Suporte profilático e terapêutico	6,6	5,1	7,3	5,8	8,2	6,4	8,6	6,6	10,0	7,5	9,7	7,5	10,4	9,1	12,4	10,0	14,3	11,0	13,3	11,1	15,1	12,4	15,4	13,5	13,9	11,4
Ensino profissional	2,4	1,5	2,3	1,7	2,6	1,9	3,7	2,3	4,9	3,0	6,2	4,6	8,8	5,7	12,7	8,0	14,6	10,5	16,5	13,0	16,0	11,4	12,7	10,7	12,3	10,6
Promoção da produção agropecuária															1,7	0,0	12,9	3,8	11,9	4,2	13,3	8,3	13,8	8,9	12,2	5,9
Transporte rodoviário	11,3	3,6	10,4	3,6	16,2	5,6	15,2	3,0	17,0	5,8	20,3	7,9	20,2	7,5	26,2	5,8	16,2	4,0	14,9	3,7	10,8	1,1	7,2	3,2	8,7	5,1
Abastecimento	4,7	2,9	5,1	2,4	5,1	1,9	5,4	1,1	12,8	6,9	13,3	4,1	10,4	2,9	11,1	2,8	11,4	2,5	10,2	1,4	11,0	5,3	10,3	5,0	8,5	3,0
Educação básica															12,5	6,6	12,7	5,8	11,1	6,6	10,4	4,5	7,0	4,4	8,1	4,0
Vigilância epidemiológica	3,9	3,0	4,6	3,2	4,1	2,7	4,3	2,8	5,8	2,8	4,9	3,6	5,0	3,8	5,4	4,0	6,0	4,4	5,3	4,3	6,4	4,2	6,7	5,0	7,1	5,0
Defesa aérea	3,7	2,2	3,5	2,5	4,4	2,4	5,3	3,2	6,1	3,3	6,0	3,4	5,2	2,8	9,0	4,3	6,7	4,0	7,1	4,3	6,9	2,8	5,3	3,8	5,5	4,1
Promoção industrial	2,0	0,9	2,9	1,2	2,1	1,7	3,8	2,3	6,5	3,4	8,1	4,0	6,0	3,7	9,0	6,6	5,9	5,0	6,5	5,5	7,3	5,6	5,2	3,6	4,7	2,3
Alimentação e nutrição	6,2	5,9	6,7	6,4	6,7	6,4	7,0	6,6	7,9	7,4	11,1	10,8	10,8	10,4	11,8	10,9	12,5	11,2	5,9	5,1	5,0	4,7	4,3	3,9	4,4	4,1
Tecnologia da informação	5,7	3,9	5,5	3,9	5,9	4,5	6,0	3,7	8,7	4,8	6,7	3,9	6,1	3,9	6,2	3,6	5,5	3,2	4,5	2,8	4,5	2,4	4,3	3,3	3,9	2,7
Defesa naval	1,7	1,1	1,4	0,9	1,7	1,5	2,1	1,6	6,3	2,5	7,8	5,6	5,0	3,6	5,9	3,8	5,0	2,7	4,5	2,8	3,9	1,0	1,9	1,5	3,4	2,4
Desenvolvimento tecnológico e engenharia	2,9	2,1	3,7	1,9	4,2	2,4	4,1	2,4	6,0	3,8	7,2	3,9	6,4	3,3	9,6	3,8	8,1	3,4	4,4	1,5	4,6	2,3	3,2	2,4	3,3	2,3

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Subfunção	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Autorizado	Pago																								
Desenvolvimento científico	1,5	0,8	2,6	2,0	2,6	1,9	2,7	1,8	3,0	2,1	3,0	2,0	3,0	2,0	4,0	2,4	5,9	3,5	6,8	4,5	6,6	2,9	3,4	2,5	3,3	2,6
Comércio exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	4,3	1,4	2,5	1,2	3,6	1,4	4,5	1,4	4,2	1,4	5,1	1,3	4,1	1,0	3,1	2,2	3,3	1,8
Ação judiciária	21,2	17,7	18,7	17,7	19,5	18,5	21,6	20,8	21,6	21,0	22,9	22,1	21,8	21,0	4,4	3,2	4,0	2,9	3,6	2,8	3,1	2,1	2,9	2,4	3,1	2,2
Demais	67,4	39,1	68,0	38,8	92,7	44,0	96,5	42,5	106,7	49,2	121,4	54,5	118,9	47,0	131,6	36,3	100,0	30,1	84,6	30,4	78,8	25,3	50,1	26,5	45,6	24,1
Total	3.198,4	2.098,2	3.250,1	2.150,0	2.834,9	2.123,3	2.661,7	2.031,7	2.788,2	2.176,9	2.877,1	2.201,9	2.939,6	2.297,9	3.125,5	2.371,2	3.071,7	2.324,8	3.199,0	2.658,5	3.305,4	2.550,8	3.106,9	2.660,8	3.415,5	2.483,7

Fonte: Prodasen/Siafi

Tabela 18 – Execução por subfunção (2016-2017)

Valores em bilhões de reais

Subfunção	2017				2016			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016
Refinanciamento da dívida interna	775,0	440,6	440,6	0,0	754,3	645,9	0,0	56,9%	85,6%	-31,8%
Serviço da dívida interna	653,9	392,3	392,2	0,0	475,7	372,6	0,0	60,0%	78,3%	5,3%
Previdência básica	549,2	549,1	531,2	14,9	499,7	484,3	25,9	96,7%	96,9%	7,0%
Outros encargos especiais	348,9	226,1	216,5	7,1	207,4	186,4	4,7	62,1%	89,9%	17,0%
Outras transferências	195,6	193,0	186,4	5,4	205,4	191,2	6,0	95,3%	93,1%	-2,7%
Administração geral	152,6	149,1	144,1	2,9	155,7	148,5	3,8	94,5%	95,4%	-3,5%
Previdência do regime estatutário	97,3	96,9	96,5	0,2	86,3	85,9	0,1	99,3%	99,5%	12,5%
Proteção e benefícios ao trabalhador	71,4	65,4	63,7	2,0	67,3	64,4	2,5	89,2%	95,5%	-1,6%
Transferências para a educação básica	65,3	63,8	59,8	3,4	64,5	60,1	4,9	91,5%	93,1%	-2,7%
Assistência hospitalar e ambulatorial	62,5	61,1	56,0	2,3	58,1	53,2	2,4	89,7%	91,6%	4,8%
Refinanciamento da dívida externa	39,5	17,8	17,8	0,0	8,6	4,6	0,0	45,1%	53,7%	284,7%
Ensino superior	34,6	33,2	30,7	2,4	33,6	29,6	1,9	88,8%	87,9%	5,1%
Assistência comunitária	34,1	33,4	30,7	1,6	32,8	30,2	1,7	89,9%	92,2%	1,1%
Assistência ao portador de deficiência	30,1	30,0	29,5	0,3	27,0	26,6	0,8	97,7%	98,7%	8,5%
Atenção básica	28,0	27,5	24,5	1,2	26,7	24,7	2,0	87,4%	92,6%	-3,7%
Assistência ao idoso	23,2	23,1	22,7	0,3	21,1	20,7	0,7	97,7%	98,5%	7,4%
Serviços financeiros	19,9	19,9	19,5	1,4	18,7	17,1	2,2	97,8%	91,2%	8,2%
Serviço da dívida externa	17,8	12,0	12,0	0,0	14,9	11,8	0,0	67,2%	79,3%	1,5%
Fomento ao trabalho	16,6	16,6	15,7	0,6	16,6	15,4	0,0	94,6%	92,8%	6,1%
Suporte profilático e terapêutico	13,9	13,8	11,4	1,2	14,9	13,0	2,0	82,3%	87,5%	-15,9%
Reserva de contingência	13,6	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Ensino profissional	12,3	11,8	10,6	1,1	12,3	10,3	2,1	86,5%	84,0%	-5,0%
Promoção da produção agropecuária	12,2	10,7	5,9	2,5	13,3	8,6	2,1	48,0%	64,4%	-21,8%
Transporte rodoviário	8,7	8,1	5,1	3,1	7,0	3,0	6,1	58,9%	43,7%	-9,5%
Abastecimento	8,5	5,8	3,0	2,5	10,0	4,8	1,2	35,2%	48,1%	-8,3%

Valores em bilhões de reais

Subfunção	2017				2016			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016
Educação básica	8,1	7,2	4,0	2,1	6,8	4,3	3,0	48,9%	62,9%	-17,1%
Vigilância epidemiológica	7,1	7,0	5,0	1,4	6,5	4,8	1,8	71,4%	74,0%	-1,2%
Defesa aérea	5,5	5,3	4,1	1,3	5,1	3,6	2,6	74,0%	71,1%	-13,5%
Promoção industrial	4,7	2,3	2,3	0,0	5,0	3,5	0,0	49,3%	69,5%	-34,2%
Alimentação e nutrição	4,4	4,3	4,1	0,4	4,1	3,7	0,2	93,0%	90,5%	13,5%
Tecnologia da informação	3,9	3,5	2,7	0,7	4,2	3,1	0,8	69,1%	75,0%	-16,0%
Defesa naval	3,4	3,1	2,4	0,6	1,9	1,4	1,2	70,3%	76,0%	13,3%
Desenvolvimento tecnológico e engenharia	3,3	2,9	2,3	0,6	3,1	2,3	1,2	69,5%	74,8%	-15,1%
Desenvolvimento científico	3,3	3,2	2,6	0,6	3,3	2,4	1,6	78,3%	72,8%	-21,0%
Comércio exterior	3,3	1,8	1,8	0,0	3,0	2,2	0,0	55,9%	73,3%	-15,5%
Ação judiciária	3,1	2,5	2,2	0,2	2,8	2,3	0,7	70,0%	82,5%	-19,2%
Infraestrutura urbana	3,0	2,2	0,0	1,2	2,2	0,1	1,7	0,9%	2,8%	-31,8%
Previdência especial	3,0	2,8	2,7	0,0	3,0	2,8	0,1	90,0%	94,6%	-6,5%
Recursos hídricos	2,4	2,1	1,2	1,2	3,8	1,6	1,7	48,5%	40,6%	-25,9%
Defesa terrestre	2,4	2,3	1,1	0,6	2,0	1,2	1,4	46,8%	60,9%	-33,8%
Policiamento	1,9	1,4	0,6	0,5	1,3	0,6	0,5	29,2%	46,0%	-11,2%
Defesa civil	1,8	1,8	1,2	0,3	1,6	1,0	0,4	63,6%	63,8%	2,8%
Saneamento básico urbano	1,8	1,7	1,0	0,9	1,4	0,7	1,9	57,0%	51,6%	-23,6%
Assistência aos povos indígenas	1,8	1,8	1,4	0,1	1,5	1,2	0,1	81,5%	80,5%	18,3%
Custódia e reintegração social	1,6	1,0	0,9	0,4	2,6	1,2	0,3	52,9%	45,6%	-10,5%
Normatização e fiscalização	1,4	1,2	0,9	0,2	1,4	1,0	0,2	65,9%	75,3%	-11,5%
Formação de recursos humanos	1,3	1,3	1,1	0,1	1,4	1,0	0,1	80,2%	74,7%	2,2%
Comunicação social	1,2	1,1	0,7	0,2	1,0	0,6	0,3	59,6%	63,4%	1,0%
Reforma agrária	1,2	0,9	0,3	0,2	1,8	0,4	0,3	29,6%	25,2%	-24,3%
Transportes coletivos urbanos	1,2	1,1	0,8	0,5	1,1	0,5	1,0	69,1%	43,4%	-15,7%
Planejamento e orçamento	1,1	0,9	0,6	0,2	0,5	0,2	0,3	53,4%	39,7%	63,9%
Ação legislativa	1,1	0,9	0,8	0,1	0,9	0,8	0,1	71,9%	85,7%	-11,7%
Administração financeira	1,0	0,9	0,7	0,1	1,2	0,7	0,3	67,2%	62,0%	-27,9%

Valores em bilhões de reais

Subfunção	2017				2016			Execução		Variação % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016
Promoção comercial	1,0	0,8	0,1	0,7	0,9	0,1	0,8	10,5%	7,2%	-5,0%
Energia elétrica	1,0	0,9	0,9	0,0	0,8	0,8	0,1	98,2%	94,2%	9,2%
Desporto comunitário	0,9	0,8	0,1	0,3	0,5	0,1	0,6	14,2%	13,5%	-37,9%
Turismo	0,9	0,8	0,1	0,5	1,0	0,1	0,7	15,5%	9,9%	-20,9%
Transporte hidroviário	0,9	0,7	0,3	0,3	0,9	0,3	0,5	30,9%	34,8%	-25,4%
Defesa do interesse público no processo judiciário	0,8	0,8	0,7	0,1	0,7	0,6	0,2	83,9%	84,1%	-10,8%
Produção industrial	0,8	0,7	0,4	0,2	0,7	0,5	0,2	50,0%	68,2%	-9,5%
Relações diplomáticas	0,8	0,8	0,7	0,1	1,0	0,7	0,0	97,4%	70,1%	6,4%
Direitos individuais, coletivos e difusos	0,7	0,6	0,4	0,2	0,8	0,4	0,3	51,3%	48,7%	-20,7%
Representação judicial e extrajudicial	0,7	0,7	0,5	0,1	0,7	0,6	0,1	81,2%	84,2%	-10,2%
Transporte ferroviário	0,6	0,6	0,3	0,3	1,2	0,7	0,4	53,5%	61,4%	-46,8%
Difusão cultural	0,6	0,4	0,2	0,1	0,8	0,2	0,2	27,6%	24,5%	-22,4%
Difusão do conhecimento científico e tecnológico	0,5	0,5	0,4	0,0	0,6	0,4	0,1	72,3%	78,9%	-20,1%
Saneamento básico rural	0,5	0,5	0,1	0,2	0,4	0,1	0,5	11,5%	25,0%	-66,1%
Ordenamento territorial	0,5	0,3	0,1	0,1	0,7	0,1	0,2	32,3%	13,0%	17,1%
Preservação e conservação ambiental	0,4	0,3	0,2	0,1	0,9	0,2	0,1	52,9%	25,1%	-5,6%
Extensão rural	0,4	0,3	0,2	0,2	0,6	0,2	0,4	47,0%	38,1%	-35,1%
Desporto de rendimento	0,4	0,3	0,1	0,2	0,9	0,3	0,8	14,8%	30,7%	-77,4%
Vigilância sanitária	0,4	0,3	0,3	0,0	0,4	0,3	0,0	73,6%	77,8%	-3,3%
Controle externo	0,4	0,2	0,2	0,1	0,3	0,2	0,1	56,9%	75,2%	-9,4%
Habitação urbana	0,3	0,3	0,2	0,1	0,3	0,2	0,1	62,3%	69,9%	-10,6%
Assistência à criança e ao adolescente	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	57,8%	3,5%	387,7%
Telecomunicações	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	0,3	0,1	60,1%	84,9%	-49,8%
Educação infantil	0,2	0,2	0,1	0,4	0,7	0,2	0,9	59,0%	32,1%	-44,6%
Cooperação internacional	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	61,3%	58,7%	-5,1%
Informação e inteligência	0,2	0,2	0,2	0,1	1,1	0,9	0,2	80,8%	83,0%	-77,7%
Patrimônio histórico, artístico e arqueológico	0,2	0,2	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	55,8%	60,5%	-28,3%
Defesa agropecuária	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	69,1%	64,4%	-12,3%

Valores em bilhões de reais

Subfunção	2017				2016			Execução		Variação % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016
Controle ambiental	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	30,9%	47,6%	-40,4%
Transporte aéreo	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	8,8%	9,2%	-55,5%
Educação de jovens e adultos	0,2	0,1	0,1	0,0	0,4	0,3	0,2	50,1%	80,3%	-78,9%
Serviços urbanos	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2	0,2	0,1	92,0%	98,4%	-40,5%
Empregabilidade	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	17,5%	4,1%	11,6%
Irrigação	0,1	0,1	0,0	0,0	0,3	0,1	0,1	44,1%	29,5%	-55,1%
Combustíveis minerais	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	54,2%	38,3%	-5,6%
Controle interno	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	70,0%	69,8%	-14,2%
Mineração	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	46,3%	47,9%	-10,9%
Normalização e qualidade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	52,8%	51,5%	-69,7%
Biocombustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	48,3%	68,1%	-18,6%
Administração de receitas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	68,6%	67,2%	-15,8%
Recuperação de áreas degradadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	64,1%	42,6%	-17,6%
Meteorologia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	97,3%	91,1%	-9,5%
Relações de trabalho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,2%	58,1%	-79,5%
Administração de concessões	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	71,0%	84,1%	-52,6%
Previdência complementar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	81,0%	24,1%	218,1%
Propriedade industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Ensino fundamental	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Ensino médio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	-100,0%
Educação especial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	-100,0%
Promoção da produção animal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	-76,4%
Defesa sanitária vegetal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Defesa sanitária animal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	-100,0%
Comercialização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Lazer	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0%	0,0%	-51,5%
Promoção da produção vegetal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0%	0,0%
Total	3.380,4	2.583,7	2.483,7	76,2	2.926,2	2.572,2	105,6	7347,5%	8790,2%	-440,2%

Fonte: Prodasen/Siafi

Tabela 19 – Execução por órgão (2005-2017)

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Órgão	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Autorizado	Pago																								
Câmara dos Deputados	5,2	4,5	5,8	5,0	6,1	4,9	6,4	4,8	5,7	4,9	6,0	5,1	6,2	5,4	6,2	5,5	6,5	5,7	6,1	5,6	6,0	5,6	5,5	5,4	5,9	5,3
Senado Federal	5,1	4,2	5,1	4,7	5,0	4,5	4,9	4,6	4,5	4,1	4,9	4,5	4,9	4,7	4,8	4,6	4,8	4,3	4,6	4,2	4,4	4,1	4,1	4,0	4,2	4,1
Tribunal de Contas da União	1,5	1,3	1,9	1,8	1,9	1,8	2,0	1,6	2,1	1,9	2,1	1,9	2,0	1,9	1,9	1,8	2,0	1,8	2,0	1,9	2,1	1,9	2,0	1,9	2,1	1,9
Supremo Tribunal Federal	0,6	0,5	0,6	0,5	0,8	0,6	0,8	0,6	0,9	0,7	0,8	0,7	0,7	0,6	0,7	0,6	0,7	0,6	0,7	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6
Superior Tribunal de Justiça	1,2	0,9	1,2	1,1	1,5	1,3	1,4	1,3	1,5	1,4	1,4	1,3	1,4	1,2	1,4	1,2	1,4	1,3	1,4	1,3	1,5	1,3	1,4	1,3	1,4	1,3
Justiça Federal	11,1	9,8	12,9	11,9	14,4	13,4	16,0	15,4	18,9	18,0	10,6	9,9	10,3	9,6	10,4	9,6	10,6	10,0	11,2	10,4	11,5	10,6	10,8	10,3	11,6	10,9
Justiça Militar da União	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Justiça Eleitoral	4,9	4,2	6,0	5,4	5,9	5,3	7,5	6,8	7,2	6,2	8,1	7,0	6,7	5,9	7,8	6,6	6,7	5,9	7,6	6,7	7,4	6,4	7,5	7,1	7,7	6,8
Justiça do Trabalho	13,8	11,8	16,0	15,4	16,6	15,6	17,7	17,1	19,7	19,1	18,9	18,2	18,6	17,9	19,6	18,0	19,7	18,2	19,3	18,0	19,8	18,7	18,5	17,9	20,1	19,1
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1,8	1,5	1,9	1,8	2,1	1,9	2,1	2,0	2,3	2,2	2,5	2,4	2,5	2,3	2,6	2,3	2,5	2,3	2,5	2,4	2,6	2,4	2,5	2,5	2,7	2,6
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1
Presidência da República	6,0	4,4	6,0	5,0	8,3	5,9	11,6	7,6	13,6	8,9	13,5	9,1	11,9	8,4	15,0	8,4	3,2	2,0	2,7	2,1	2,8	2,0	2,7	2,0	6,9	4,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10,9	7,6	11,4	7,7	12,2	7,4	12,9	7,7	15,9	12,2	15,1	10,1	14,8	9,8	15,7	9,3	15,2	9,4	14,1	9,4	14,0	9,0	13,3	9,2	12,4	9,5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	10,0	5,9	9,7	5,9	9,9	6,1	11,0	6,9	10,8	7,4	12,3	8,3	10,7	6,7	13,3	7,4	13,8	8,3	12,5	8,1	11,3	6,5	9,6	6,2	15,0	8,1
Ministério da Fazenda	21,6	17,7	22,3	19,5	27,4	23,1	29,0	24,0	31,2	25,6	32,9	26,5	32,0	26,8	33,8	26,3	33,9	26,4	35,0	25,2	36,6	24,8	27,4	22,7	28,2	25,2
Ministério da Educação	43,7	35,4	46,8	40,7	53,4	44,6	59,7	49,7	74,0	59,5	90,4	73,7	99,8	78,2	118,0	86,6	120,4	91,2	124,1	97,8	123,3	96,8	109,7	93,8	110,9	96,6

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Órgão	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		
	Autorizado	Pago																									
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2,0	1,3	2,1	1,3	2,5	1,9	2,4	1,5	2,9	1,7	2,9	1,8	2,8	1,8	4,9	2,0	3,7	1,9	3,5	2,0	3,8	2,0	3,2	1,8	2,7	1,8	
Defensoria Pública da União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4	0,4	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	
Ministério da Justiça e Cidadania	10,5	8,3	11,6	9,5	13,9	11,4	15,8	12,5	15,7	13,0	17,2	13,7	17,9	12,8	18,6	12,1	16,8	12,0	15,6	11,3	15,2	11,2	16,3	12,4	17,1	13,1	
Ministério de Minas e Energia	8,8	1,5	8,2	1,3	9,9	1,4	10,8	1,7	12,0	1,8	11,5	1,8	11,9	1,9	11,4	1,9	14,4	2,0	6,1	2,0	5,1	2,7	8,6	5,6	4,0	2,7	
Ministério da Previdência Social	303,1	299,5	329,5	327,5	349,7	347,3	363,6	332,3	394,6	366,5	417,7	395,2	432,7	410,6	460,4	438,0	485,5	463,8	510,5	481,0	512,2	481,8	-	-	-	-	
Ministério Público da União	3,9	3,3	4,5	4,0	5,3	4,3	5,4	5,0	5,5	5,0	5,6	5,1	5,7	5,0	5,6	5,0	6,1	5,4	6,2	5,6	6,7	6,0	6,1	5,9	6,6	6,3	
Ministério das Relações Exteriores	3,6	3,0	3,1	2,8	3,6	2,9	3,2	3,5	3,4	2,8	3,8	3,3	3,7	3,1	3,7	3,4	3,4	3,3	3,3	3,3	3,8	3,8	3,7	3,1	3,2	3,1	
Ministério da Saúde	84,0	72,1	86,7	75,0	96,0	79,5	97,3	83,0	105,2	88,8	108,6	94,8	118,1	102,3	132,8	108,4	131,1	109,3	132,9	115,4	136,3	114,7	125,1	112,4	129,7	112,0	
Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	1,0
Ministério do Trabalho e Emprego	61,7	44,8	65,8	51,0	65,8	53,8	70,1	58,4	75,6	67,8	74,2	71,6	81,4	77,8	93,7	80,2	92,1	84,5	94,5	86,7	97,5	92,3	-	-	-	-	
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	20,0	9,4	18,1	9,1	26,0	11,5	25,9	8,5	27,3	12,6	33,1	16,2	32,6	15,1	39,3	12,7	27,5	11,8	26,7	12,3	21,5	8,0	14,5	9,2	26,1	14,7	
Ministério do Trabalho e Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	630,1	608,9	86,4	77,9
Ministério das Comunicações	7,2	2,0	7,6	2,0	8,9	2,1	8,6	2,0	10,7	2,1	5,3	2,2	6,6	2,3	7,8	2,1	7,0	2,1	16,1	2,3	12,6	2,2	6,9	2,4	-	-	
Ministério da Cultura	1,3	0,8	1,5	0,9	2,0	0,9	2,3	1,1	2,3	1,3	3,6	1,4	3,2	1,1	4,2	1,4	4,4	1,3	4,1	1,3	3,8	1,1	2,7	1,2	2,6	1,2	
Ministério do Meio Ambiente	4,4	2,0	4,5	2,3	5,1	2,5	5,4	2,4	5,8	2,5	6,0	2,8	5,4	3,0	5,4	2,8	6,1	2,9	4,1	3,0	3,7	2,8	3,2	2,7	3,9	3,0	

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Órgão	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		
	Autorizado	Pago																									
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	4,3	3,3	4,9	4,0	8,5	5,5	7,0	4,5	7,7	5,2	9,3	7,2	7,4	5,4	9,6	5,5	10,2	6,1	7,8	5,6	6,2	5,4	6,4	5,5	7,3	6,1	
Ministério do Desenvolvimento Agrário	6,5	5,0	7,0	5,2	7,5	5,3	8,1	3,9	7,6	4,1	8,0	4,1	7,0	3,6	9,7	3,4	12,6	4,5	6,9	3,7	6,9	3,3	4,2	3,2	-	-	
Ministério do Esporte	1,3	0,2	1,9	0,5	2,9	1,4	2,4	0,4	2,4	0,2	3,2	0,4	4,1	0,5	5,0	0,6	5,4	0,5	4,1	1,0	3,9	0,7	1,8	0,5	1,6	0,3	
Ministério da Defesa	68,5	60,2	72,1	64,8	75,6	68,4	82,4	69,8	90,4	78,5	98,8	86,1	94,3	83,5	100,3	82,8	97,0	83,6	99,3	86,9	98,9	83,1	89,4	82,5	95,0	87,6	
Ministério da Integração Nacional	15,4	10,3	14,6	10,3	19,6	11,3	23,1	13,5	24,3	14,1	14,3	6,1	11,2	3,5	19,5	5,0	16,0	6,5	13,8	5,5	10,2	3,9	8,1	4,0	8,7	3,8	
Ministério do Turismo	2,0	0,7	3,2	1,3	3,8	1,1	5,2	0,9	4,8	0,9	6,6	1,0	5,4	0,4	4,8	0,4	4,7	0,4	2,0	0,3	2,3	0,2	1,1	0,2	1,0	0,2	
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	31,3	30,4	42,4	40,0	45,1	44,4	49,9	48,8	56,1	53,9	61,9	60,7	67,6	66,0	80,4	74,6	84,9	78,6	87,4	82,4	84,8	78,8	83,9	81,3	662,7	642,1	
Ministério das Cidades	8,8	2,2	9,6	2,4	16,5	3,1	15,0	3,3	25,0	7,1	25,2	3,9	32,5	3,5	39,5	6,4	34,9	10,8	33,3	16,1	41,9	19,2	13,6	9,2	11,2	6,2	
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	0,2	-	-
Ministério da Pesca e Aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	-	1,2	0,3	0,8	0,2	0,5	0,1	0,8	0,2	0,5	0,2	0,9	0,1	-	-	-	-	
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	
Gabinete da Vice-Presidência da República	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Secretaria de Assuntos Estratégicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	-	-	-	-	
Secretaria de Aviação Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,5	2,4	5,2	2,3	6,2	2,4	19,9	2,5	-	-	
Advocacia Geral da União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,5	3,3	3,5	3,4	3,7	3,4	3,6	3,4	3,6	3,5	

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Órgão	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Secretaria de Direitos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	0,1	0,4	0,1	0,5	0,1	-	0,0	-	-
Secretaria de Políticas para as Mulheres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	-	-	-	-
Controladoria Geral da União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	-	-
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	-	-	-	-
Secretaria de Portos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,4	0,2	1,9	0,3	1,3	0,3	1,0	0,3	-	-
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0,1	0,1	0,1	-	-	-	-
Encargos Financeiros da União	358,1	272,1	604,9	513,4	514,1	435,4	593,2	504,8	733,2	621,5	532,6	422,9	478,5	360,0	708,9	643,0	470,1	368,3	580,2	486,0	772,4	505,1	674,1	545,9	972,8	560,9
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	188,3	171,9	191,7	177,2	208,5	195,2	245,1	230,8	258,5	209,2	245,8	219,4	265,4	244,5	284,3	246,0	288,8	246,5	293,5	248,7	274,1	233,0	262,9	245,4	248,4	234,8
Operações Oficiais de Crédito	44,7	14,2	39,1	17,1	40,3	16,6	38,5	14,5	41,5	15,7	48,5	23,3	49,8	26,9	68,9	33,1	64,2	32,8	67,3	39,4	72,5	49,1	69,1	51,2	64,0	44,9
Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	1.814,1	969,9	1.553,3	700,5	1.125,4	679,0	791,1	473,9	661,3	427,7	909,3	577,5	962,4	682,9	750,5	411,6	927,7	589,8	912,0	754,1	835,9	640,5	789,2	673,0	814,5	458,4
Reserva de Contingência	6,8	-	14,0	-	12,5	-	6,3	-	5,4	-	2,9	-	8,0	-	3,6	-	1,0	-	9,1	-	13,0	-	40,2	-	9,8	-
Receita do Tesouro da União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.198,4	2.098,23	2.250,12	1.150,02	2.834,92	1.123,32	2.661,72	1.031,72	2.788,22	1.176,92	2.877,12	1.201,92	2.939,62	1.297,93	3.125,52	1.371,23	2.071,72	3.324,83	1.199,02	2.658,53	3.305,42	1.550,83	3.106,92	2.660,83	4.415,52	2.483,7

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 20 – Execução por órgão (2016-2017)

Valores em bilhões de reais

Órgão+	2017			2016			Execução		Varição % (pago + RP pago)	
	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016	
Câmara dos Deputados	5,9	5,4	5,3	0,0	5,4	5,21	0,12	90,2%	97,2%	1,1%
Senado Federal	4,2	4,1	4,1	0,0	3,9	3,84	0,09	95,5%	97,8%	4,1%
Tribunal de Contas da União	2,1	2,0	1,9	0,1	1,9	1,81	0,09	91,9%	96,1%	4,2%
Supremo Tribunal Federal	0,7	0,6	0,6	0,0	0,6	0,55	0,02	87,4%	96,5%	5,4%
Superior Tribunal de Justiça	1,4	1,4	1,3	0,0	1,3	1,26	0,12	92,7%	95,7%	-0,5%
Justiça Federal	11,6	11,3	10,9	0,2	10,4	10,00	0,45	94,3%	96,3%	6,8%
Justiça Militar da União	0,5	0,5	0,5	0,0	0,5	0,46	0,02	90,5%	97,2%	1,5%
Justiça Eleitoral	7,7	7,0	6,8	0,2	7,3	6,86	0,57	88,5%	94,1%	-5,7%
Justiça do Trabalho	20,1	19,8	19,1	0,2	17,9	17,34	0,50	94,9%	96,9%	8,2%
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2,7	2,7	2,6	0,0	2,4	2,39	0,13	97,0%	97,6%	6,5%
Conselho Nacional de Justiça	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,13	0,04	53,6%	63,8%	-26,9%
Presidência da República	6,3	5,8	4,6	0,2	2,3	1,91	0,32	73,5%	81,9%	116,2%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12,4	10,8	9,5	0,6	12,7	8,85	1,14	77,0%	69,5%	1,9%
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	9,9	9,1	8,1	1,0	7,5	6,00	2,41	82,1%	79,8%	8,1%
Ministério da Fazenda	27,6	26,2	25,2	0,8	24,2	21,93	0,59	91,1%	90,5%	15,2%
Ministério da Educação	109,4	105,7	96,6	8,0	103,4	90,68	10,98	88,3%	87,7%	2,9%
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2,0	1,8	1,8	0,0	2,0	1,72	0,13	90,8%	83,7%	-1,3%
Defensoria Pública da União	0,6	0,6	0,5	0,0	0,5	0,46	0,04	89,3%	89,7%	14,9%

Valores em bilhões de reais

Órgão+	2017			2016			Execução		Varição % (pago + RP pago)	
	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016	
Ministério da Justiça e Cidadania	16,1	14,6	13,1	1,2	15,0	11,97	1,30	81,2%	79,6%	7,8%
Ministério de Minas e Energia	3,0	2,9	2,7	0,2	7,3	5,43	0,31	89,9%	74,7%	-49,6%
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	26,36	0,0%	0,0%	-100,0%
Ministério Público da União	6,6	6,5	6,3	0,2	5,9	5,66	0,38	95,7%	96,2%	7,6%
Ministério das Relações Exteriores	3,2	3,2	3,1	0,1	3,6	2,97	0,03	97,3%	83,6%	7,1%
Ministério da Saúde	129,7	126,9	112,0	6,5	120,9	108,68	8,58	86,4%	89,9%	1,1%
Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União	1,0	1,0	1,0	0,0				94,4%	0,0%	-100,0%
Ministério do Trabalho e Emprego	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	1,93	0,0%	0,0%	-98,1%
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	20,1	19,0	14,7	3,8	14,0	8,91	7,53	73,0%	63,8%	12,3%
Ministério do Trabalho e Previdência Social	86,4	80,1	77,9	17,1	608,7	588,63	0,00	90,1%	96,7%	-83,9%
Ministério das Comunicações	0,0	0,0	0,0	0,1	2,5	2,33	0,11	0,0%	93,0%	-97,2%
Ministério da Cultura	2,2	2,0	1,2	0,9	2,3	1,11	1,11	53,8%	49,2%	-6,7%
Ministério do Meio Ambiente	3,6	3,3	3,0	0,2	3,0	2,62	0,29	83,8%	85,9%	10,7%
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	7,1	6,5	6,1	0,2	6,2	5,31	0,22	84,7%	85,6%	13,3%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,0	0,0	0,0	0,5	4,0	3,13	0,95	0,0%	77,4%	-87,2%
Ministério do Esporte	1,6	1,3	0,3	0,5	1,7	0,48	1,42	20,3%	27,8%	-55,6%
Ministério da Defesa	94,7	93,1	87,6	4,6	86,1	79,74	7,83	92,6%	92,6%	5,3%
Ministério da Integração Nacional	8,7	7,8	3,8	1,9	7,8	3,88	2,59	43,6%	49,7%	-11,2%
Ministério do Turismo	1,0	0,9	0,2	0,5	1,1	0,21	0,72	20,8%	20,2%	-20,7%
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	662,7	661,8	642,1	2,2	81,1	78,59	3,88	96,9%	96,9%	681,3%

Valores em bilhões de reais

Órgão+	2017			2016			Execução		Varição % (pago + RP pago)	
	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2017 c/a (%)	2016 f/e (%)	2017/2016	
Ministério das Cidades	10,1	9,0	6,2	2,5	12,2	8,87	5,44	61,8%	72,8%	-39,1%
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	0,19	0,00	0,0%	42,3%	-43,7%
Ministério da Pesca e Aquicultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,03	0,0%	0,0%	-80,3%
Conselho Nacional do Ministério Público	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,07	0,00	84,8%	91,9%	6,9%
Gabinete da Vice-Presidência da República	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,01	0,00	12,9%	65,6%	-85,6%
Secretaria de Assuntos Estratégicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,01	0,0%	0,0%	-99,8%
Advocacia Geral da União	3,6	3,6	3,5	0,4	6,5	5,75	0,71	96,3%	89,0%	-40,1%
Secretaria de Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,09	0,0%	0,0%	-88,2%
Secretaria de Políticas para as Mulheres	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,04	0,0%	0,0%	-89,7%
Controladoria Geral da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,89	0,03	0,0%	95,4%	-98,3%
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,01	0,0%	0,0%	-96,8%
Secretaria de Portos	0,0	0,0	0,0	0,4	1,0	0,33	0,48	0,0%	33,7%	-50,0%
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,01	0,0%	0,0%	-98,3%
Encargos Financeiros da União	966,5	567,3	560,9	5,8	645,4	527,70	1,25	58,0%	81,8%	7,1%
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	248,4	244,1	234,8	7,7	254,2	237,22	7,21	94,5%	93,3%	-0,8%
Operações Oficiais de Crédito	64,0	55,4	44,9	7,1	66,8	49,50	7,00	70,2%	74,1%	-8,0%
Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	814,5	458,4	458,4	0,0	762,9	650,57	0,00	56,3%	85,3%	-29,5%
Reserva de Contingência					0,1	0,00	0,00	0,0%	0,0%	-100,0%
Total	3.380,4	2.583,7	2.483,7	76,2	2.926,2	2.572,2	105,6	73,5%	87,9%	-4,4%

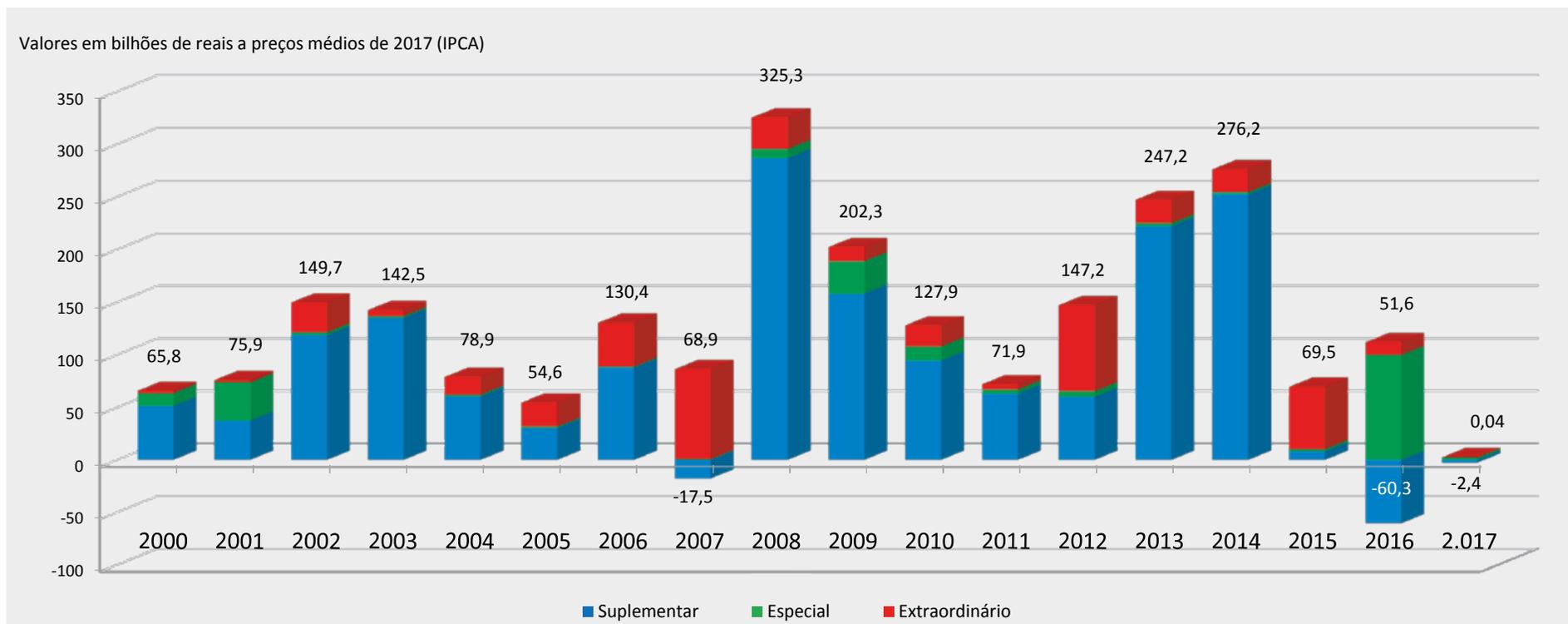
Fonte: Prodasen/Siafi

A Lei Orçamentária Anual pode ser alterada por intermédio de créditos adicionais, nos termos dos arts. 40 e 46 da Lei nº 4.320/1964 e do art. 167, § 3º, combinado com o art. 62 da Constituição.

Os créditos adicionais são classificados como suplementares (os destinados a reforço de dotação orçamentária), especiais (os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica), e extraordinários (os destinados a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública).

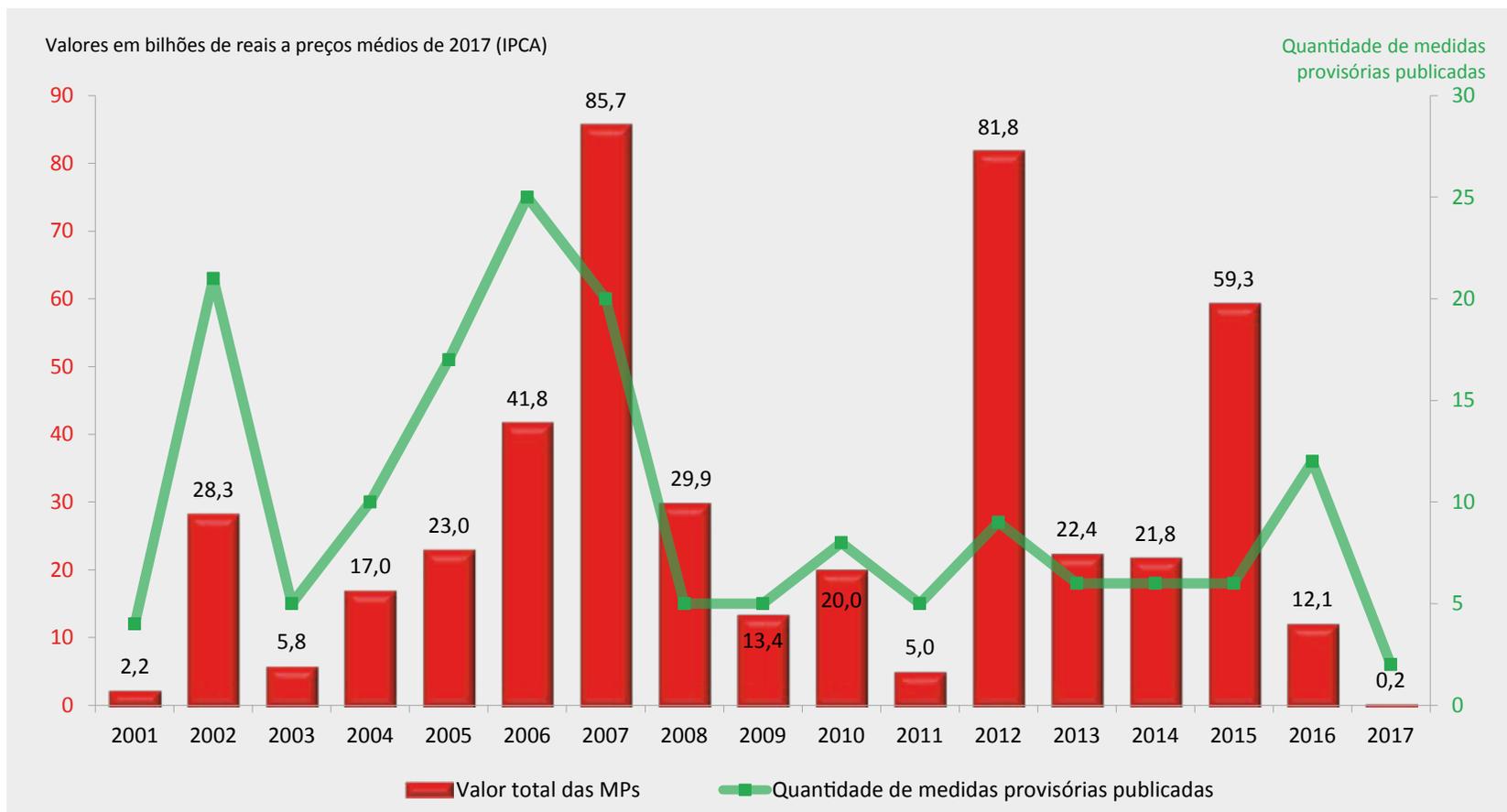
11 Créditos ADICIONAIS (2000-2017)

Gráfico 55 – Acréscimos líquidos ao orçamento vigente decorrentes de créditos adicionais (2000-2017)



Fonte: Siop.

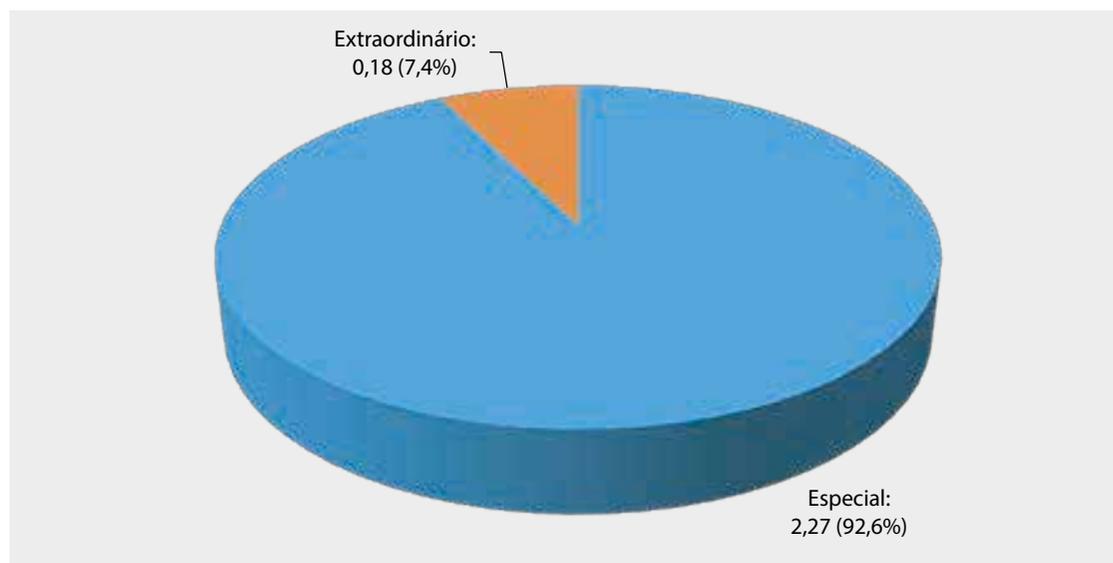
Gráfico 56 – Créditos extraordinários (2001-2017)



Fonte: Siop e www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao.

Gráfico 57 – Créditos adicionais (2017)

Valores em bilhões de reais



Fonte: Siop.

Obs.: Os créditos suplementares diminuiram, em termos líquidos, as autorizações orçamentárias em 2,41 bilhões de reais, enquanto os créditos especiais e extraordinários acresceram 2,5 bilhões de reais ao orçamento.

Tabela 21 – Créditos adicionais (2017)

Valores em bilhões de reais

Tipo de crédito	Dotação inicial	3.415,43
	Créditos adicionais	0,04
	Suplementar	-2,41
	Especial	2,27
	Extraordinário	0,18
Dotação autorizada total		3.415,47

Fonte: Siop.

Contingenciamento é o procedimento por meio do qual o Poder Executivo determina, por decreto, a limitação orçamentária e financeira de programações constantes da Lei Orçamentária Anual com o objetivo de assegurar o equilíbrio orçamentário e o cumprimento de metas fiscais.

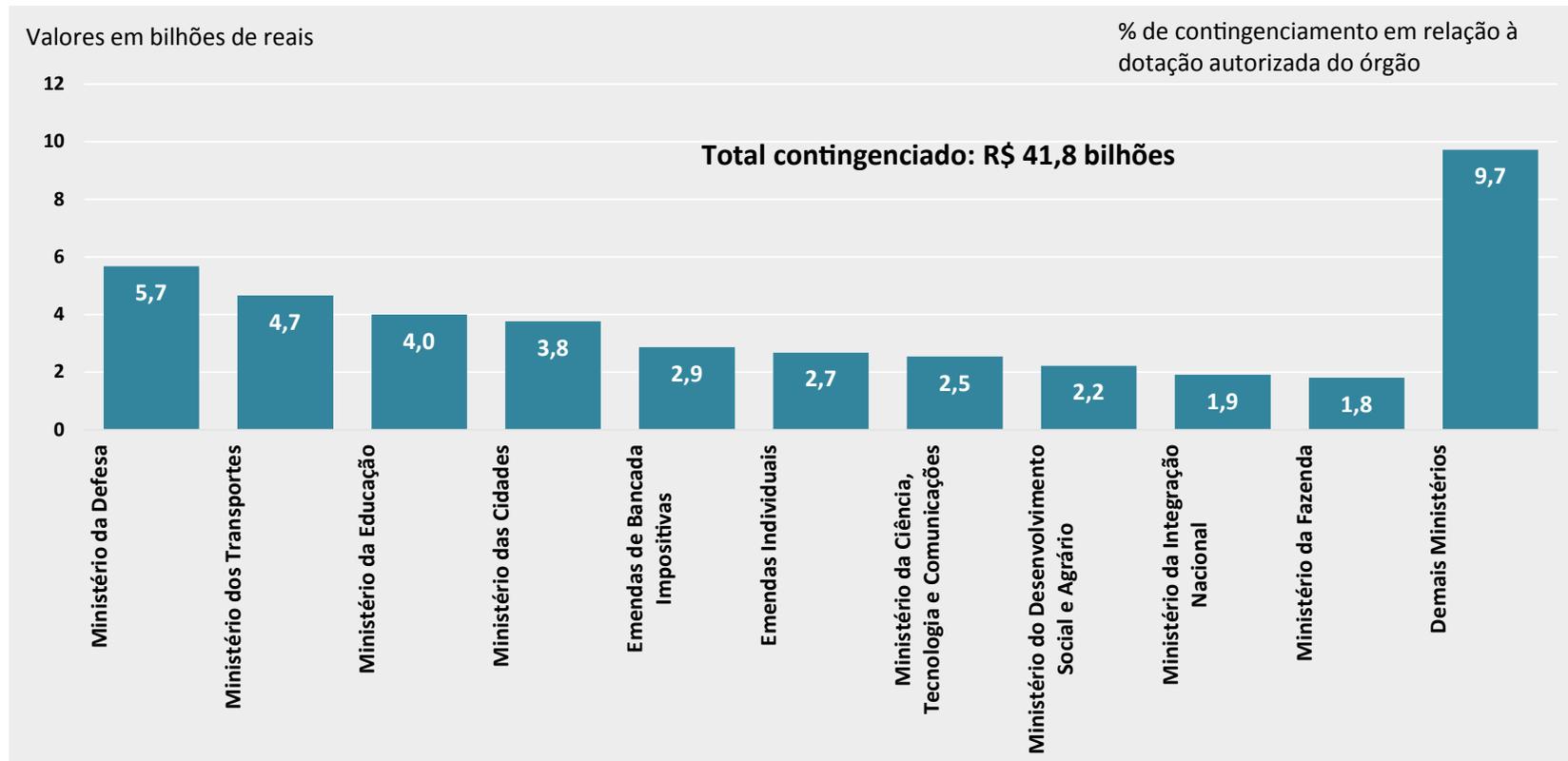
Esse procedimento está previsto na LRF (art. 9º) e pode ser acionado se verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas para o exercício na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os demais Poderes e o Ministério Público devem promover, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

Restabelecida a receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados deverá ocorrer de forma proporcional às reduções efetivadas.

12 Limites de empenho e MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (contingenciamento) (2007-2017)

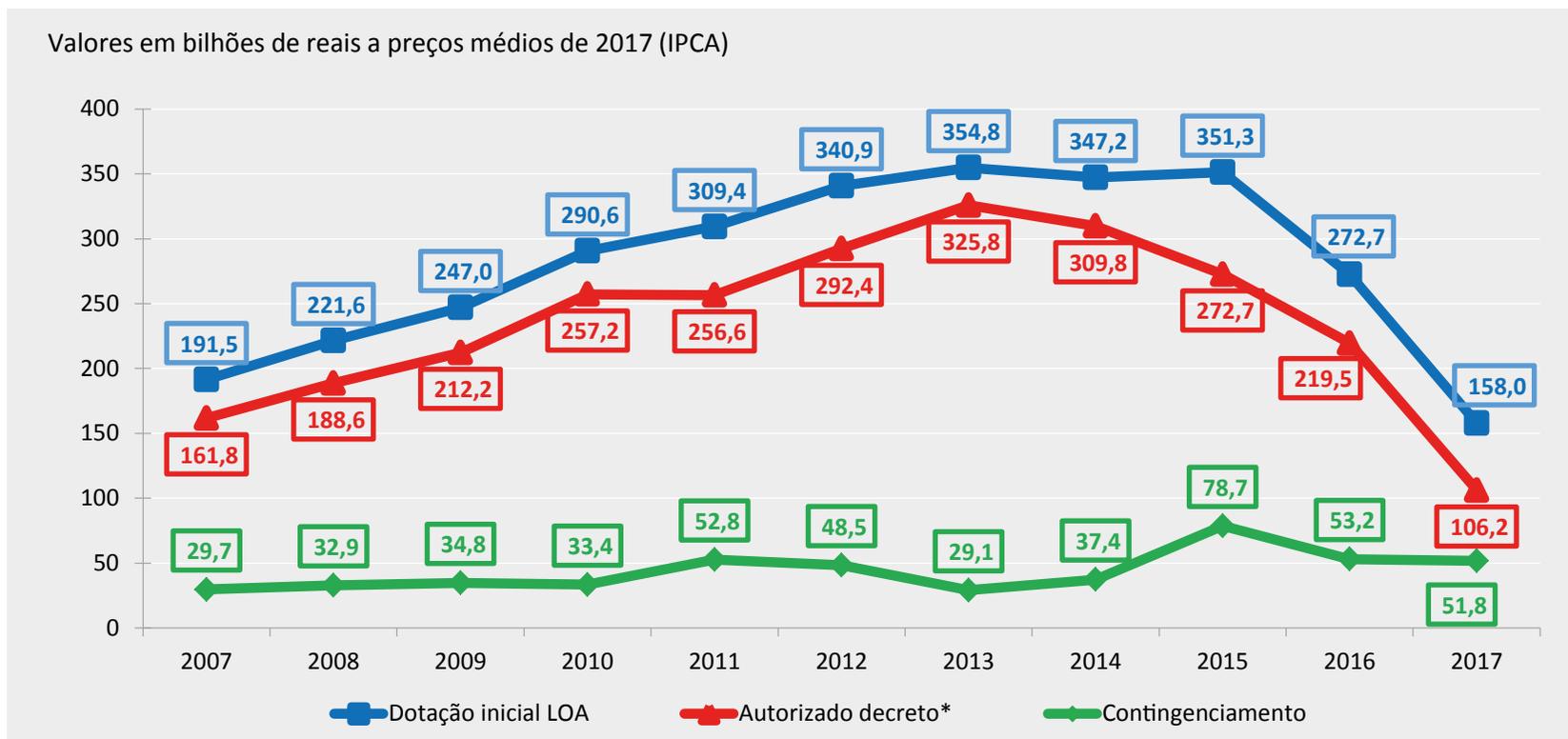
Gráfico 58 – Participação por órgão no contingenciamento (2017)



Fonte: Prodasen/Siafi e Decreto nº 9.018 de 30/03/2017.

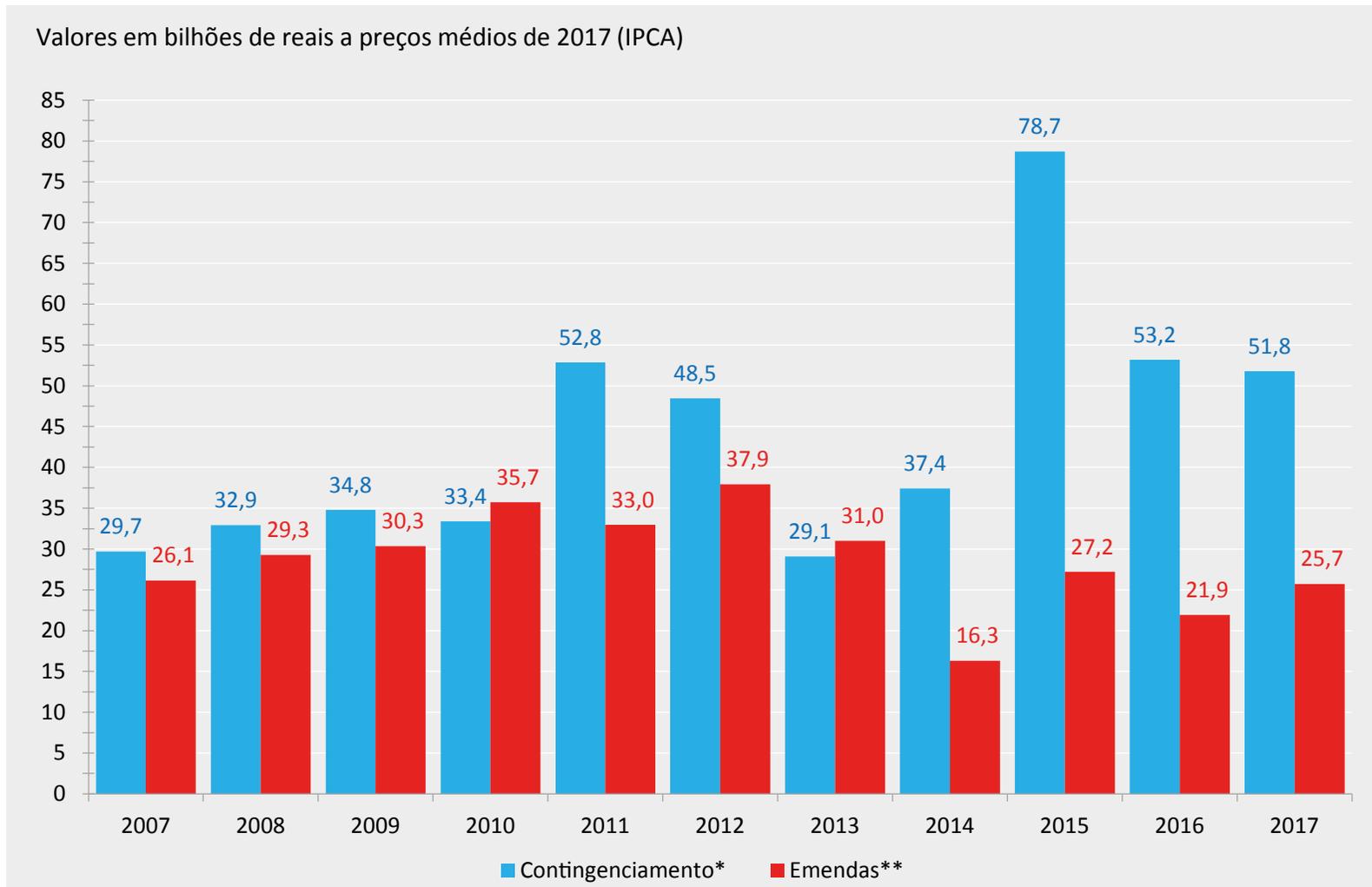
Obs.: % médio de contingenciamento em relação à dotação autorizada do órgão.

Gráfico 59 – Contingenciamento: autorizado na LOA x limites dos decretos (2007-2017)



Fonte: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara dos Deputados.
 * Primeiro decreto de contingenciamento do exercício.

Gráfico 60 – Emendas x montante inicial do contingenciamento (2007-2017)



Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

* Dados retirados do primeiro decreto de contingenciamento de cada Exercício.

** Emendas individuais, de comissão e de bancada.

A Resolução nº 1 de 2006-CN estabelece que parlamentares, comissões permanentes e bancadas estaduais podem apresentar emendas aos projetos de leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA e créditos adicionais).

Cada parlamentar pode apresentar até 25 emendas à despesa, de acordo com o montante definido anualmente pela Comissão Mista de Orçamento. As emendas individuais permitem a transferência de recursos federais para atendimento de demandas localizadas nos estados e municípios brasileiros. A partir de 2014, por determinação da LDO daquele exercício, as emendas individuais passaram a ser de execução obrigatória, tendo sido identificadas pelo Identificador de Resultado Primário (RP 6). Com a aprovação da LDO 2015 e da PEC do Orçamento Impositivo (Emenda Constitucional nº 86, de 2015), a norma passou a ser permanente.

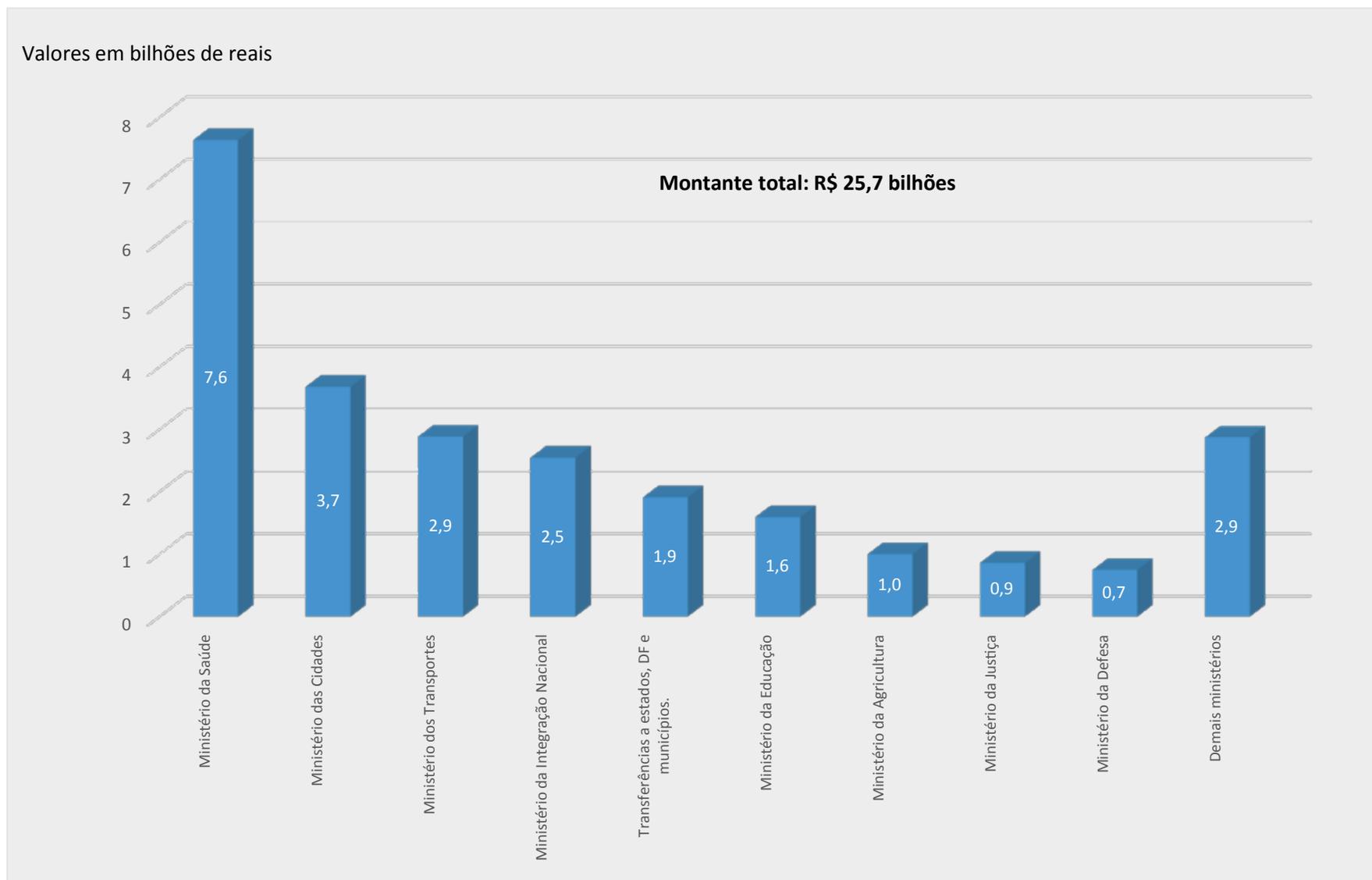
A LDO 2015 previu um marcador especial para identificar as programações derivadas de emendas individuais, o que permitirá um acompanhamento mais preciso de sua execução. Até 2015 a forma de avaliar a execução de emendas era selecionar o conjunto de programações da LOA incluídas por emendas individuais. Havia dois tipos de programações selecionadas: dotação orçamentária que recebeu recursos de diversas emendas individuais ou a que recebeu recursos de uma única emenda individual.

O primeiro caso é frequentemente denominado “programações exclusivas de emendas individuais” ou, mais simplificadamente, “emendas individuais exclusivas”. O segundo é comumente denominado “programações puras” ou “emendas individuais puras”. Nesse caso, é perfeitamente possível correlacionar a execução da programação com o autor da emenda.

O montante de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais representa cerca de 95% do total das programações afetadas por emendas individuais, do que se conclui que essa seleção é representativa para o propósito de avaliar a execução das emendas individuais como um todo. Valendo-se dessa seleção, a tabela 22 mostra como se deu a execução financeira (valores pagos) das programações exclusivas (excluindo-se, portanto, as programações que constaram do PL, ou que receberam recursos originários de emendas coletivas e de relator). Observe-se que o pagamento das programações incluídas por emendas individuais “exclusivas” (valor autorizado) é diferido ao longo de vários exercícios. A tabela mostra também, para cada exercício financeiro, o montante pago em prol das citadas programações exclusivas, bem como a contribuição percentual de cada exercício.

13 Execução de EMENDAS (2010-2017)

Gráfico 61 – Total de emendas por órgão (2017)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 22 – Execução de emendas individuais exclusivas (2012-2017)

Valores em milhões de reais

Programações	Autorizado	Valor pago												Total pago	
		2012		2013		2014		2015		2016		2017			
2004 a 2010		2.231,2	88,55%	1.156,4	47,88%	393,1	16,79%	328,5	7,86%	221,0	5,05%	84,7	2,27%	4.415,0	22,57%
2012	8.398,1	288,6	11,45%	1.119,2	46,34%	652,8	27,89%	351,1	8,40%	155,9	3,56%	77,5	2,08%	2.645,2	13,52%
2013	8.453,5	-	0,00%	139,6	5,78%	1.169,3	49,95%	1.253,2	29,99%	635,3	14,52%	230,2	6,17%	3.427,6	17,52%
2014	8.241,7	-	-	-	-	125,7	5,37%	2.223,7	53,22%	1.239,7	28,33%	366,4	9,82%	3.955,5	20,22%
2015	4.035,1	-	-	-	-	-	-	21,8	0,52%	528,2	12,07%	165,2	4,43%	715,1	3,66%
2016	8.453,1	-	-	-	-	-	-	-	-	1.596,3	36,47%	2.067,3	55,40%	3.663,6	18,73%
2017	8.103,9	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	740,1	19,83%	740,1	3,78%
		2.519,8	100,00%	2.415,2	100,00%	2.340,9	100,00%	4.178,2	100,00%	4.376,5	100,00%	3.731,5	100,00%	19.562,1	100,00%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Inclusive restos a pagar.

Tabela 23 – Percentual de pagamento de emendas individuais em relação ao valor autorizado (2012-2017)

Valores em milhões de reais.

Programações	Autorizado	Percentual autorizado (%)						Total
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	
2012	8.398,1	3,44%	13,33%	7,77%	4,18%	1,86%	0,92%	31,50%
2013	8.453,5	-	1,65%	13,83%	14,82%	7,52%	2,72%	40,55%
2014	8.241,7	-	-	1,52%	26,98%	15,04%	4,45%	47,99%
2015	4.035,1	-	-	-	0,54%	13,09%	4,09%	17,72%
2016	8.453,1	-	-	-	-	18,88%	24,46%	43,34%
2017	8.103,9	-	-	-	-	-	9,13%	9,13%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Na tabela 23, apresenta-se, para cada exercício, a relação percentual entre o valor pago e o autorizado das programações incluídas exclusivamente por emendas individuais, no período entre 2012 e 2017. Verifica-se que, decorridos cinco anos, do valor total autorizado em 2012, apenas 31,5% foram efetivamente pagos. Percebe-se, ainda, para todos os anos, baixo percentual de execução financeira no exercício para o qual a programação foi aprovada, atingindo no máximo 18,9% do

valor autorizado. A execução financeira a partir de 2014, sob a égide do orçamento impositivo, apresenta diferenças em relação aos exercícios anteriores. As emendas de 2014 tiveram uma execução de 1,5% no próprio ano, de 27,0% em 2015, de 15,0% em 2016, e de 4,5% em 2017, totalizando 48,0% de pagamentos efetivados do montante autorizado – já refletindo o impacto da legislação sobre a execução das emendas.

Tabela 24 – Pagamento de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais e coletivas por região/UF (2017)

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Região	UF	Exercícios anteriores RP pago (a)	2017					Total pago (a+d)
			Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	% (c/b)	% (d/b)	
Centro-Oeste	Centro-Oeste	2,5	9,6	6,8	-	70,93%	0,00%	2,5
	DF	42,2	372,7	229,2	22,7	61,50%	6,10%	64,9
	GO	118,5	651,0	406,0	26,5	62,36%	4,07%	145,0
	MS	57,1	460,0	320,4	20,4	69,64%	4,44%	77,5
	MT	54,3	432,3	313,9	50,7	72,61%	11,72%	104,9
Subtotal		274,5	1.925,5	1.276,1	120,3	66,27%	6,25%	394,8
Exterior	Nacional	0,0	0,2	0,2	0,2	100,12%	79,54%	0,2
Subtotal		0,0	0,2	0,2	0,2	100,12%	79,54%	0,2
Nacional	Nacional	112,9	1.948,1	1.935,1	1.925,4	99,33%	98,83%	2.038,3
Subtotal		112,9	1.948,1	1.935,1	1.925,4	99,33%	98,83%	2.038,3
Nordeste	Nordeste	2,7	34,8	0,3	-	0,77%	0,00%	2,7
	AL	50,8	315,9	201,1	21,3	63,64%	6,73%	72,1
	BA	266,4	963,1	653,9	78,2	67,90%	8,12%	344,6
	CE	78,9	730,7	476,0	171,2	65,15%	23,42%	250,1
	MA	153,0	342,4	226,7	21,7	66,20%	6,34%	174,7
	PB	90,3	430,6	310,6	29,3	72,13%	6,82%	119,6
	PE	100,9	497,7	334,4	43,4	67,19%	8,73%	144,3
	PI	80,1	503,1	317,1	134,1	63,03%	26,65%	214,2
	RN	97,1	345,4	211,4	49,5	61,22%	14,34%	146,6
SE	117,5	491,2	291,4	44,5	59,32%	9,05%	162,0	
Subtotal		1.037,7	4.655,0	3.022,8	593,2	64,94%	12,74%	1.630,9

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2017 (IPCA)

Região	UF	Exercícios anteriores	2017					Total pago (a+d)
		RP pago (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	% (c/b)	% (d/b)	
Norte	Norte	-	3,1	-	-	0,00%	0,00%	-
	AC	48,3	437,7	302,3	49,2	69,06%	11,23%	97,5
	AM	38,0	527,1	310,4	23,7	58,89%	4,50%	61,7
	AP	30,3	317,4	197,4	25,2	62,21%	7,93%	55,4
	PA	176,0	685,8	464,4	43,1	67,71%	6,29%	219,2
	RO	102,4	461,5	281,9	4,0	61,09%	0,87%	106,4
	RR	53,4	373,0	267,7	66,3	71,77%	17,77%	119,7
	TO	66,2	499,6	320,0	89,1	64,06%	17,84%	155,3
Subtotal		514,6	3.305,2	2.144,1	300,6	64,87%	9,09%	815,2
	Sudeste	ES	93,2	561,8	383,5	4,6	68,27%	0,82%
	MG	344,2	1.162,9	829,7	140,8	71,35%	12,11%	485,0
	RJ	164,6	952,8	688,9	287,3	72,30%	30,16%	451,9
	SP	483,2	1.355,5	976,2	163,7	72,02%	12,08%	646,9
Subtotal		1.085,1	4.032,9	2.878,4	596,5	71,37%	14,79%	1.681,6
Sul	Sul	1,2	12,6	10,8	1,8	85,98%	14,33%	3,0
	PR	266,6	869,9	634,6	127,3	72,95%	14,63%	393,9
	RS	245,0	760,7	544,0	60,5	71,51%	7,95%	305,5
	SC	138,3	563,8	401,1	170,7	71,15%	30,28%	309,0
Subtotal		651,1	2.207,0	1.590,6	360,3	72,07%	16,32%	1.011,4
Total		3.676,0	18.073,9	12.847,3	3.896,40	71,08%	21,56%	7.572,4

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 25 – Execução de emendas coletivas exclusivas (2012-2017)

Valores em milhões de reais

Programações	Autorizado	Valor pago						Total pago
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	
2005 a 2011		1.073,6	379,7	238,0	161,7	62,3	36,2	1.889,2
2012	10.706,0	119,0	282,4	145,9	40,3	14,7	0,7	588,3
2013	10.350,9	-	27,7	27,4	11,9	1,8	-	67,0
2014	8.049,6	-	-	17,5	83,5	42,1	9,0	110,0
2015	7.841,8	-	-	-	1,4	32,2	19,7	21,1
2016	5.976,5	-	-	-	-	535,5	576,3	576,3
2017	5.720,2	-	-	-	-	-	145,1	145,1
		1.192,6	689,9	428,7	298,9	688,6	786,9	3.396,9

Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: Inclusive restos a pagar.

A programação incluída exclusivamente por emendas coletivas é aquela incluída na LOA tendo por origem apenas emendas coletivas. Portanto, excluem-se dos valores da tabela 25 todas as programações coincidentes com as constantes do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, bem como as que receberam contribuições de outros tipos de emendas (emendas individuais e emendas de relator).

A tabela mostra, quanto aos valores pagos relativos às programações exclusivas de emendas coletivas, que os valores pagos apresentam, de modo geral, tendência decrescente. Contudo, a LDO 2016 passou a incluir dispositivos que não apenas tornam obrigatórias de execução duas emendas coletivas por bancada estadual, mas também identificam tais programações no orçamento com o RP 7.

A inscrição em restos a pagar está prevista no art. 36 da Lei nº 4.320/1964. Segundo esse dispositivo, a despesa orçamentária que não for paga no exercício em que for empenhada será inscrita, em 31 de dezembro, como restos a pagar, distinguindo-se as processadas das não processadas.

As despesas processadas são aquelas que atingiram o estágio da liquidação, ou seja, os bens ou serviços foram entregues e aceitos pela Administração no exercício em que foi realizado o empenho. As não processadas são aquelas cujo reconhecimento depende da implementação de providências por parte dos fornecedores ou da própria Administração em exercícios posteriores ao do empenho.

14 Restos a PAGAR (2013-2017)

Tabela 26 – Restos a pagar inscritos e pagos por GND (2017)

Valores em bilhões de reais

GND	Despesas empenhadas em:								Total
	2016				Anos anteriores				
	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito até 31/12/2017
1- Pessoal e encargos sociais	1,3	0,4	0,8	0,1	0,5	0,3	0,0	0,1	1,8
2- Juros e encargos da dívida	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
3- Outras despesas correntes	58,7	2,8	49,9	6,0	11,1	4,6	1,7	4,9	69,8
4- Investimentos	21,3	0,3	11,6	9,4	39,4	3,4	7,8	28,2	60,7
5- Inversões financeiras	7,9	2,5	3,5	1,8	7,9	2,7	0,8	4,4	15,7
6- Amortização/refinanciamento da dívida	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	89,3	6,0	65,9	17,4	58,9	11,1	10,3	37,5	148,2

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 27 – Restos a pagar de investimentos e inversões financeiras (2017)

Valores em bilhões de reais

GND	Despesas empenhadas em:								Total	
	2016				Anos anteriores					
	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito até 31/12/2017	
4 - Investimentos	PAC	8,0	0,1	4,7	3,2	22,1	1,1	3,9	17,1	30,1
	Demais	13,3	0,2	7,0	6,1	17,3	2,3	3,9	11,0	30,6
5 - Inversões financeiras	PAC	0,3	0,0	0,2	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1	0,4
	Demais	7,6	2,5	3,3	1,8	7,7	2,7	0,8	4,2	15,3
Total		29,2	2,9	15,2	11,2	47,2	6,1	8,6	32,5	76,4

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 28 – Restos a pagar inscritos e pagos por modalidade de aplicação (2017)

Valores em bilhões de reais

GND	Despesas empenhadas em:								Total
	2016				Anos anteriores				
	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito até 31/12/2017
Transferências a estados e ao Distrito Federal	8,1	0,3	5,6	2,3	9,6	1,1	1,6	7,0	17,8
Transferências a estados e DF (fundo a fundo)	0,5	0,0	0,4	0,2	0,4	0,1	0,0	0,3	1,0
Execução orçamentária delegada aos estados e ao DF	0,3	0,0	0,1	0,2	0,5	0,0	0,1	0,5	0,8
Transferências a municípios	10,3	0,2	5,0	5,0	20,6	2,4	3,4	14,8	30,8
Transferências a municípios (fundo a fundo)	2,4	0,0	1,9	0,5	2,0	0,1	0,2	1,7	4,4
Execução orçamentária delegada a municípios	0,4	0,0	0,0	0,4	0,3	0,1	0,1	0,2	0,8
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	1,3	0,1	0,8	0,4	0,9	0,1	0,1	0,7	2,3
Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Transferências a instituições multigovernamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
Transferências a consórcios públicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Transferências ao exterior	0,6	0,0	0,5	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,7
Aplicações diretas	62,2	5,3	49,1	7,8	23,4	6,9	4,7	11,8	85,6
Aplicações diretas – operações intra-orçamentárias	2,9	0,1	2,4	0,5	0,7	0,2	0,0	0,5	3,6
Aplicação direta – ações e serviços de saúde art. 24, LC 141/2012	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Total	89,3	6,0	65,9	17,4	58,9	11,1	10,3	37,5	148,2

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 29 – Restos a pagar por Poder/órgão (2017)

Valores em bilhões de reais

Poder/Órgão	Despesas empenhadas em:								Total
	2016				Anos anteriores				
	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito até 31/12/2017
Poder Judiciário	0,8	0,1	0,6	0,2	0,5	0,1	0,1	0,2	1,3
Ministério Público	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,1	0,3
Poder Legislativo	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
Defensoria Pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Educação	9,6	0,2	6,4	3,0	10,4	0,5	1,6	8,2	20,0
Ministério do Trabalho	18,2	0,6	17,1	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	18,2
Operações oficiais de crédito	10,8	2,6	6,4	1,8	7,0	2,6	0,7	3,7	17,8
Ministério da Saúde	8,1	0,3	5,8	2,1	6,3	0,7	0,7	4,9	14,5
Ministério das Cidades	2,3	0,0	0,5	1,8	10,8	1,1	2,0	7,7	13,1
Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	8,9	0,4	7,7	0,8	0,7	0,7	0,0	0,0	9,6
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	3,8	0,0	2,7	1,1	3,9	0,3	1,1	2,4	7,7
Encargos financeiros da União	6,0	0,1	5,7	0,2	0,3	0,2	0,0	0,1	6,3
Ministério da Defesa	4,8	0,1	3,8	0,9	1,4	0,2	0,7	0,4	6,1
Ministério da Integração Nacional	2,7	0,0	1,5	1,2	2,6	0,3	0,5	1,8	5,3
Ministério da Fazenda	1,9	1,1	0,6	0,2	2,3	1,9	0,1	0,3	4,2
Ministério do Turismo	0,6	0,0	0,1	0,5	2,7	0,3	0,4	2,0	3,3
Ministério da Justiça e Cidadania	1,3	0,1	0,8	0,4	1,6	0,4	0,4	0,8	2,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	2,2	0,0	1,9	0,3	0,6	0,1	0,3	0,3	2,8
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1,1	0,1	0,7	0,4	1,4	0,2	0,3	0,9	2,6
Demais órgãos do Poder Executivo	5,7	0,2	3,4	2,1	6,2	1,4	1,2	3,7	11,8
Total	89,3	6,0	65,9	17,4	58,9	11,1	10,3	37,5	148,2

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 30 – Restos a pagar de emendas individuais exclusivas (2013-2017)

Valores em milhões de reais

Ano empenho	RAP inscritos no ano subsequente	RAP cancelados até 2017	RAP pagos até 2017	Saldo atual de RAP a pagar (até 31/12/2017)
2013	4.919,9	694,5	3.288,0	937,5
2014	5.750,5	953,6	3.829,8	967,1
2015	1.268,1	189,4	693,3	385,3
2016	5.139,9	95,7	2.067,3	2.977,0
Total	17.078,4	1.933,1	9.878,4	5.266,9

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 31 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas (2013-2017)

Valores em milhões de reais

Ano empenho	RAP inscritos no ano subsequente	RAP cancelados até 2017	RAP pagos até 2017	Saldo atual de RAP a pagar (até 31/12/2017)
2013	107,6	66,5	41,1	0,0
2014	149,6	12,7	134,6	2,3
2015	85,6	2,9	51,9	30,9
2016	1.896,4	63,8	576,3	1.256,3
Total	2.239,1	145,9	803,8	1.289,4

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 32 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas, por órgão (2017)

Valores em milhões de reais

Órgão	Exercícios anteriores	2017					Total pago (a+d)
	RP pago (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	% (c/b)	% (d/b)	
Conselho Nacional de Justiça	-	7,4	-	-	-	-	-
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	12,2	-	-	-	-	-	12,2
Justiça do Trabalho	6,2	19,1	8,3	3,6	0,43	0,19	9,9
Justiça Eleitoral	3,1	5,7	2,1	-	0,37	-	3,1
Justiça Federal	4,5	20,8	2,7	1,9	0,13	0,09	6,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	89,6	522,9	365,0	-	0,70	-	89,5
Ministério da Cultura	-	10,2	-	-	-	-	-
Ministério da Defesa	86,5	39,0	7,8	7,0	0,20	0,18	93,5
Ministério da Educação	75,3	432,0	138,0	-	0,32	-	75,3
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	-	0,5	-	-	-	-	-
Ministério da Integração Nacional	82,0	873,6	491,4	0,1	0,56	0,00	82,1
Ministério da Justiça e Cidadania	36,4	547,0	264,9	-	0,48	-	36,4
Ministério da Saúde	121,6	1.193,2	570,6	-	0,48	-	121,6
Ministério das Cidades	8,3	848,9	367,4	-	0,43	-	8,3
Ministério de Minas e Energia	-	0,7	-	-	-	-	-
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	3,7	10,7	3,5	-	0,33	-	3,7
Ministério do Esporte	2,4	7,1	-	-	-	-	2,4
Ministério do Meio Ambiente	-	42,7	21,1	-	0,49	-	-
Ministério do Trabalho	-	3,6	-	-	-	-	-
Ministério do Turismo	3,1	70,0	58,1	-	0,83	-	3,1
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	167,3	1.048,2	670,4	134,8	0,64	0,13	302,1
Ministério Público da União	4,5	27,3	3,4	0,0	0,12	0,00	4,5

Valores em milhões de reais

Órgão	Exercícios anteriores	2017					Total pago (a+d)
	RP pago (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	% (c/b)	% (d/b)	
Presidência da República	-	17,5	15,4	-	0,88	-	-
Reserva de Contingência	-	0,7	-	-	-	-	-
Secretaria de Aviação Civil	70	-	-	-	-	-	70,0
Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	-	1.910,4	1.910,4	1.910,4	1,00	1,00	1.910,4
Total	776,6	7.659,10	4.900,5	2.057,8	0,64	0,27	2.834,5

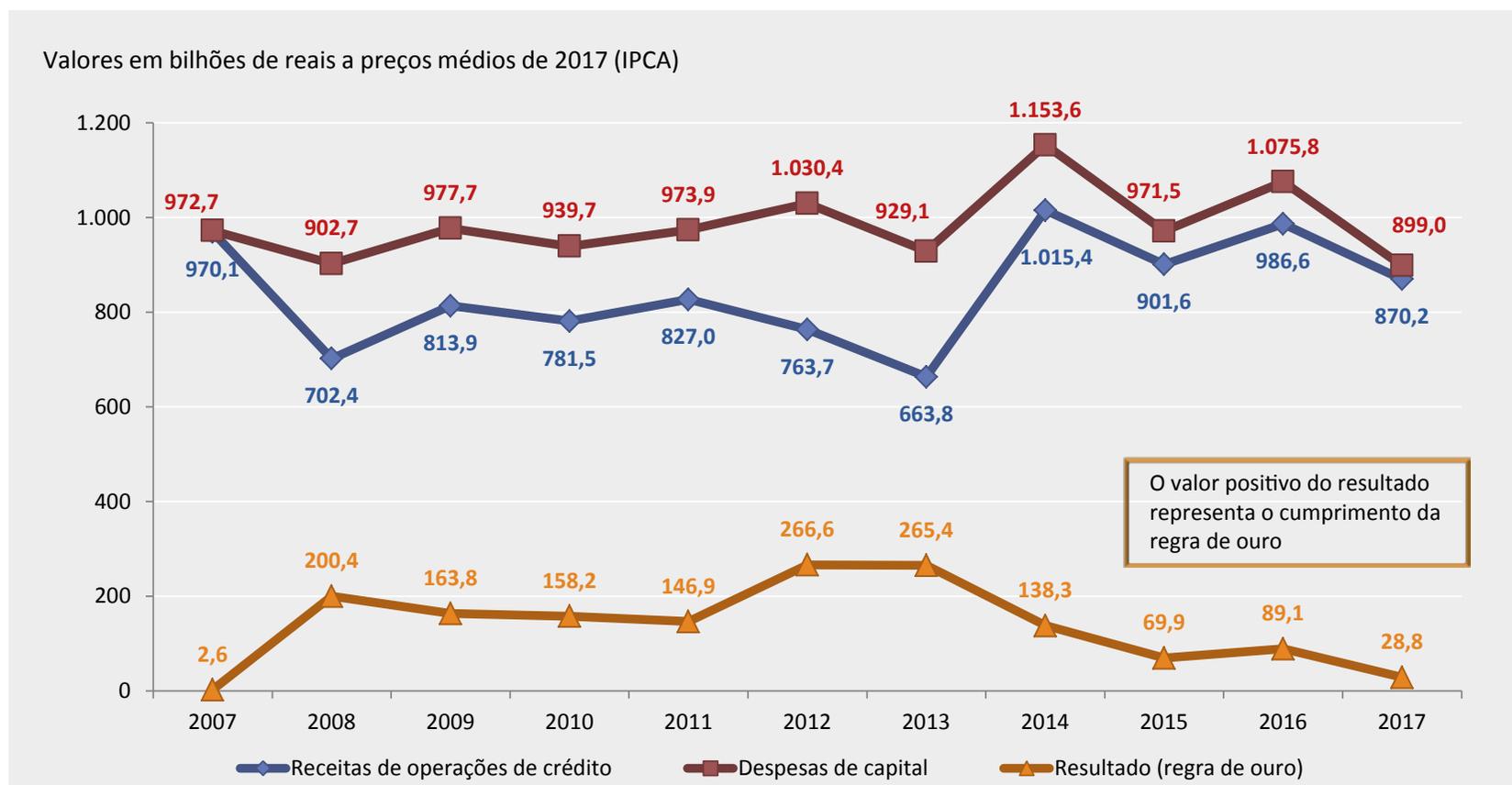
Neste tópico são apresentados gráficos e tabelas sobre o alcance da regra de ouro, a qual estabelece que o montante das operações de crédito (empréstimos) não pode ser superior ao montante das despesas de capital. Esse princípio orçamentário visa preservar o equilíbrio das contas públicas, pois caso os empréstimos sejam maiores que as despesas de capital (em geral investimentos e inversões financeiras), significa que o governo está-se endividando para pagar despesa corrente do ano como gasto com pessoal e material de consumo.

Também são apresentados neste tópico gráficos sobre o teto de gastos instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016 e sobre o cumprimento do mínimo gasto que deve ser realizado na saúde e na manutenção e desenvolvimento do ensino.

15

Tópicos especiais sobre a DESPESA PÚBLICA (2007-2018)

Gráfico 62 – Regra de ouro (2007-2017)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Tesouro Nacional.

Gráfico 63 – Cumprimento da regra de ouro da LOA (2018)



Fonte: Orçamento de 2018 (Autógrafo)

Obs.: Está previsto o valor de R\$ 148,6 bilhões oriundos do BNDES/FAT. Esse valor amplia a receita de capital.

Tabela 33 – Teto de gastos (2016-2018)

Valores em milhões de reais

Item	2016			2017			2018			
	Pago	Limite EC 95	Compensação	Dotação inicial	Autorizado	Pago	Limite EC 95	Compensação	Dotação inicial	Autorizado
Total de despesa primária	1.470.038,9	-	-	-	-	1.494.127,2	-	-	1.602.471,8	1.614.454,1
Deduções	263.635,5	-	-	-	-	250.613,2	-	-	270.029,8	283.629,7
Crédito extraordinário	11.441,3	-	-	-	-	1.028,2	-	-	-	10.975,6
FCDF	12.026,9	-	-	-	-	12.766,6	-	-	13.517,6	13.517,6
FPM/FPE/IPI-EE	189.849,2	-	-	-	-	183.123,0	-	-	191.421,0	191.421,0
Contribuição do Salário Educação	11.685,5	-	-	-	-	12.022,6	-	-	13.015,0	13.015,0
Complementação Fundeb	13.674,8	-	-	-	-	13.070,9	-	-	14.054,3	14.052,6
Compensações Financeiras	15.348,4	-	-	-	-	22.184,8	-	-	27.866,6	32.344,1
ITR	1.121,4	-	-	-	-	1.229,7	-	-	1.314,2	1.332,6
IOF Ouro	30,1	-	-	-	-	17,8	-	-	33,6	33,6
Cide Combustíveis	1.239,3	-	-	-	-	1.698,7	-	-	1.849,5	1.849,5
Realização de eleições	669,1	-	-	-	-	153,4	-	-	1.331,7	1.331,7
Aumento de capital de estatais não dependentes	6.549,5	-	-	-	-	3.317,5	-	-	5.626,1	3.756,3
Despesas primárias sujeitas ao teto dos gastos (orçamentário)	1.206.403,4	-	-	-	-	1.243.513,9	-	-	1.332.442,0	1.330.824,4
Despesas primárias sujeitas ao teto dos gastos (não orçamentário)	14.326,1	-	-	-	-	15.428,2	-	-	-	-
Despesas primárias sujeitas ao teto dos gastos (total)	1.220.729,5	-	-	-	-	1.258.942,2	-	-	-	-

Valores em milhões de reais

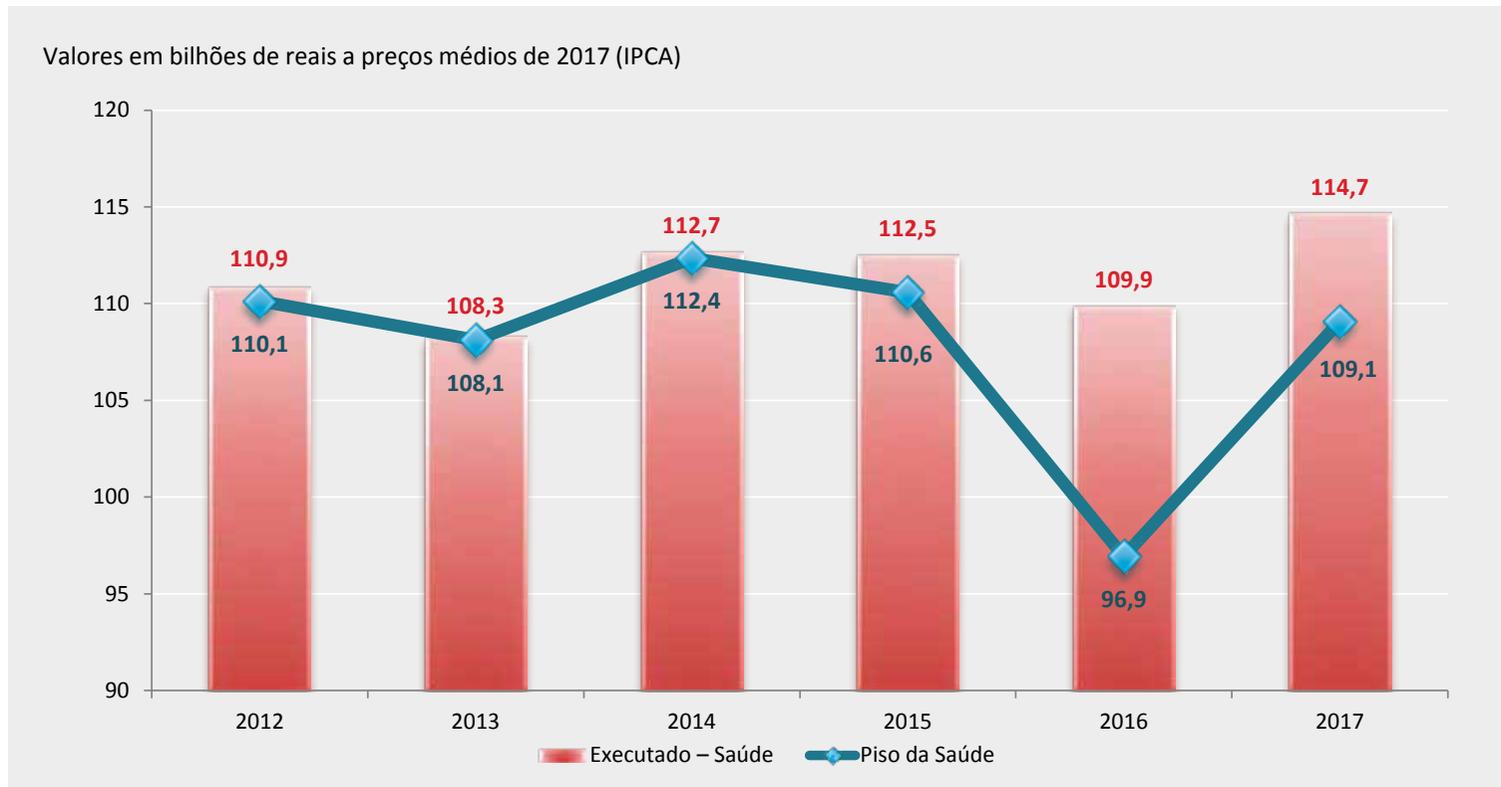
Item	2016		2017				2018			
	Pago	Limite EC 95	Compensação	Dotação inicial	Autorizado	Pago	Limite EC 95	Compensação	Dotação inicial	Autorizado
Limite de despesas primárias sujeitas ao teto dos gastos	-	1.308.622,0				-	1.347.880,7	-	-	-
Despesas primárias orçamentárias – Poder Executivo	1.153.935,0	1.252.375,9	(2.451,7)	1.248.212,6	1.232.907,3	1.187.466,7	1.289.947,2	(2.104,1)	1.272.404,4	1.270.986,8
Despesas primárias orçamentárias – Poder Legislativo	10.549,7	11.309,3	243,7	11.553,0	11.553,0	10.850,5	11.648,6	247,7	11.896,3	11.696,3
Câmara dos Deputados	5.067,2	5.432,1	185,5	5.617,6	5.617,6	5.127,7	5.595,1	190,9	5.785,9	5.585,9
Senado Federal	3.729,9	3.998,5	24,2	4.022,7	4.022,7	3.899,6	4.118,4	28,1	4.146,5	4.146,5
Tribunal de Contas da União	1.752,5	1.878,7	34,0	1.912,7	1.912,7	1.823,3	1.935,1	28,8	1.963,9	1.963,9
Despesas primárias orçamentárias – Poder Judiciário	36.019,7	38.613,1	1.909,4	40.471,2	40.517,6	38.714,8	39.771,5	1.748,6	41.520,0	41.520,0
Supremo Tribunal Federal	540,5	579,4	65,1	644,5	644,5	569,9	596,8	67,0	663,9	663,9
Superior Tribunal de Justiça	1.271,8	1.363,4	-	1.312,2	1.331,8	1.265,2	1.404,3	-	1.404,3	1.404,3
Justiça Federal	9.302,7	9.972,5	442,1	10.414,6	10.426,6	10.030,0	10.271,7	323,7	10.595,4	10.595,4
Justiça Militar da União	457,6	490,5	7,3	497,8	500,8	463,4	505,2	7,5	512,7	512,7
Justiça Eleitoral	6.192,7	6.638,6	64,3	6.702,9	6.702,9	6.324,9	6.837,8	99,6	6.937,4	6.937,4
Justiça do Trabalho	15.844,6	16.985,4	1.263,0	18.248,4	18.260,9	17.530,1	17.495,0	1.220,6	18.715,6	18.715,6
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.244,4	2.406,0	29,5	2.435,5	2.435,5	2.413,1	2.478,2	-	2.478,2	2.478,2
Conselho Nacional de Justiça	165,3	177,2	38,1	215,4	214,5	118,2	182,5	30,1	212,6	212,6
Despesas primárias orçamentárias – MPU	5.439,3	5.830,9	228,3	6.059,3	6.059,3	5.957,0	6.005,8	63,6	6.069,5	6.069,5
Ministério Público da União	5.369,0	5.755,5	218,7	5.974,2	5.974,2	5.881,8	5.928,2	53,7	5.981,9	5.981,9

Valores em milhões de reais

Item	2016	2017					2018			
	Pago	Limite EC 95	Compensação	Dotação inicial	Autorizado	Pago	Limite EC 95	Compensação	Dotação inicial	Autorizado
Conselho Nacional do Ministério Público	70,3	75,4	9,6	85,0	85,0	75,2	77,6	9,9	87,6	87,6
Despesas primárias orçamentárias - DPU	459,7	492,8	70,3	563,2	563,2	524,8	507,6	44,1	551,7	551,7

Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 64 – Mínimo da Saúde (2012-2017)



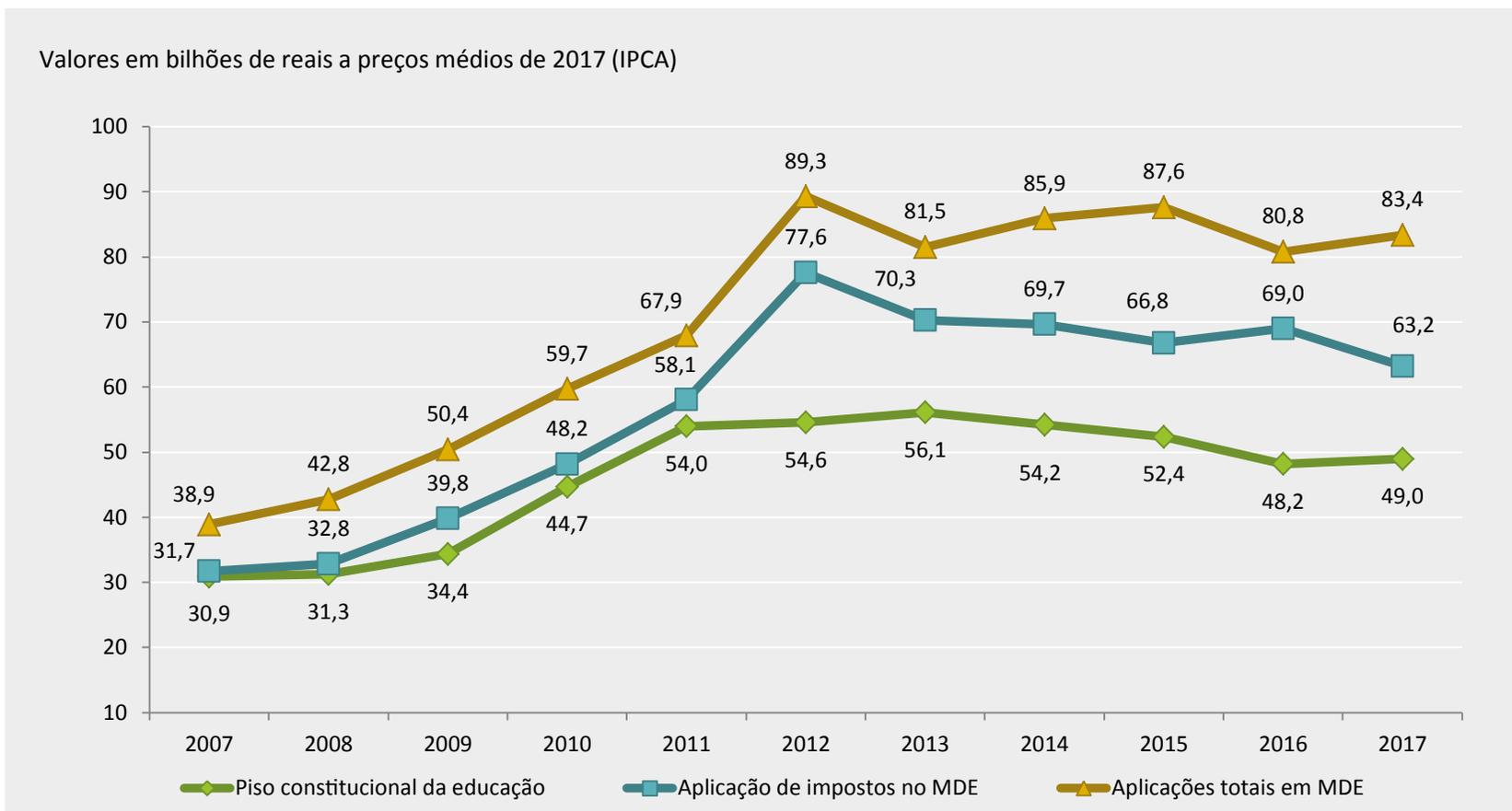
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Tesouro Nacional.

Obs.: Entre 2012 e 2015, o piso do ano representa a variação nominal do PIB sobre o executado em ações e serviços públicos de saúde do ano anterior.

Em 2016, o piso representa 13,2% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Em 2017, o piso representa 15% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Gráfico 65 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação – MDE (2007-2017)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Tesouro Nacional.

Obs.: As aplicações totais em manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) levam em conta outras fontes além dos impostos: salário-educação, operações de crédito e outras receitas para financiamento do ensino.



edições câmara
LEGISLATIVO



CÂMARA DOS
DEPUTADOS